

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

**ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA:
Reflexão sociológica**

Campinas
2007

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

**ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA:
Reflexão sociológica**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Dr. Gustavo Luis Gutierrez

Campinas
2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

M348e Marques, Renato Francisco Rodrigues.
Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica / Renato Francisco Rodrigues Marques. - Campinas, SP: [s.n], 2007.

Orientador: Gustavo Luis Gutierrez.
Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física,
Universidade Estadual de Campinas.

1. Esportes. 2. Qualidade de vida. 3. Sociologia. I. Gutierrez, Gustavo Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

(asm/fef)

Título em inglês: Sport & quality of life: sociological reflection.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Sport. Quality of life. Sociology.

Área de Concentração: Atividade física, Saúde e Adaptação.

Titulação: Mestrado em Educação Física.

Banca Examinadora: Gustavo Luis Gutierrez. Luis Alberto Pilatti. Roberto Rodrigues Paes. Ademir Gebara. Roberto Vilarta

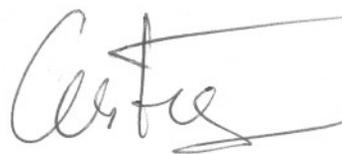
Data da defesa: 13/12/2007.

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

COMISSÃO JULGADORA

**ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA:
Reflexão sociológica**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Renato Francisco Rodrigues Marques e aprovada pela Comissão julgadora em: 13 / 12 / 07.

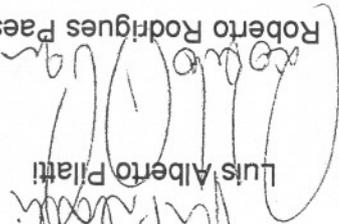


Orientador
Gustavo Luis Gutierrez

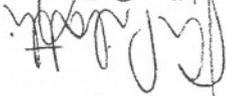
200803302

Campinas
2007

Roberto Rodrigues Paes



Luis Alberto Pilatti



Gustavo Luis Gutierrez



COMISSÃO JULGADORA

DEDICATÓRIA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio e Regina, pelo exemplo de empenho, dedicação, seriedade e justiça. Tenho muito orgulho de ser filho de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Titular Gustavo Luis Gutierrez, pelo voto de confiança em minha capacidade de trabalho, pelas orientações, conselhos e pela oportunidade de crescimento vivenciada no curso de mestrado;

Aos integrantes da banca avaliadora, Prof. Dr. Luis Alberto Pilatti e Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes, pelas preciosas contribuições para o crescimento de meu trabalho e para meu amadurecimento acadêmico;

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela bolsa de financiamento para minha pesquisa;

Ao meu colega de orientação, Marco Antonio Bettine de Almeida, pelos momentos de reflexão e trabalho;

A minha família, amigos e Carla, pessoas com quem sempre pude contar em todos os momentos dessa caminhada, compartilhando cada conquista;

A Deus, pela oportunidade de realizar esse objetivo com saúde e disposição.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RESUMO

O presente trabalho objetiva estabelecer reflexões, com base na sociologia, a respeito das relações entre esporte e Qualidade de Vida. Este segundo se trata de uma área em processo de definição, com direcionamentos distintos para seu significado, circulando tanto em esferas de percepção subjetivas (conhecimento sobre as condições físicas, emocionais e sociais relacionadas aos aspectos temporais e culturais como são percebidos pelo indivíduo, através de possibilidades de interpretação sobre as condições de bens materiais e de serviços) quanto objetivas (a posição do indivíduo na vida, pautada em elementos quantificáveis e concretos, que podem ser transformados pela ação humana), com fronteiras muito tênues entre elas. A concepção de Qualidade de Vida adotada considera certa relatividade sócio-cultural frente às ações e hábitos dos sujeitos e, conseqüentemente, à sua própria percepção. Isso implica em variações de condições de práticas e acesso a bens de acordo com as características sociais em que ele vive e a seus hábitos pessoais. Sendo a atividade física um fator importante frente à percepção sobre Qualidade de Vida, é tomada como uma prática em que a ocorrência periódica e positiva para o sujeito deriva da presença em seu estilo de vida, sendo, conseqüentemente, dependente das condições sócio-culturais das quais ele dispõe. O esporte se apresenta como um fenômeno sócio-cultural e forma de atividade física que pode ser inserido no hábito do sujeito como uma prática positiva. Apresenta-se como um universo único, porém heterogêneo, pautado por inúmeras formas de manifestação, carregadas de valores morais que interferem nas ações dos sujeitos e, conseqüentemente, no seu bem-estar, um importante fator de percepção de Qualidade de Vida. Para melhor compreender essa relação é necessário considerá-lo como um fenômeno social, que deriva do ambiente em que se insere, pois, ao fazer parte do estilo de vida dos sujeitos, incorpora suas características sócio-culturais e exerce influência sobre aspectos ligados à saúde clínica, social e emocional. O esporte contemporâneo se caracteriza pela heterogeneidade de manifestações e por sua mercantilização crescente, características que delimitam formas de relação dos sujeitos com esse fenômeno. Independente sob qual forma de manifestação se apresente, sempre transmite valores morais através de relações humanas pautadas pela competição, inerente a esse fenômeno. Através de pesquisa bibliográfica e reflexão teórica, conclui-se que, para que esse fenômeno colabore com a melhoria da percepção de Qualidade de Vida dos sujeitos, deve ser adaptado e adequado às expectativas, possibilidades, limites e capacidades de realização dos participantes, além de haver um acesso facilitado, coerente com sua condição e modo de vida.

Palavras-Chaves: Esporte; Qualidade de Vida; Sociologia.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Sport & Quality of Life: sociological reflection**. 2007. 160 f.. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to establish some reflections, based on sociology, about the relations between sport and Quality of Life. The last is an area in its definition process, with distinct directions for its meaning, circulating as well in spheres of subjective perceptions (knowledge of the physical, emotional and social conditions related to cultural and temporal aspects as they are acknowledged by the individuals, through the possibilities of interpretation about the conditions of material goods and services) as in spheres of objective perceptions (the position of the individual in life, ruled by quantifiable and concrete elements, which can be transformed by human action), with very thin borders between them. The conception of Quality of Life adopted in this research considers certain social-cultural relativity in face of the actions and habits of the subjects and, consequently, to their own perception. This implies in variations of conditions of practices and access to goods according to the social characteristics in which they live and to their personal habits. Considering physical activity as an important factor to the perception about Quality of Life, it is taken as a practice in which the periodic and positive occurrence to the subjects comes from its presence in their life styles; that is, consequently, dependent of the social-cultural conditions they have. Sport is taken as a social-cultural phenomenon and a form of physical activity that can be inserted in the individual habit as a positive practice. It is presented as a unique universe, yet heterogeneous, ruled by innumerable types of expressions, loaded with moral values which interfere in the actions of the subjects and, consequently, in their welfare, an important factor of the perception of Quality of Life. For a better understanding of this relation it is necessary to consider sport as a social phenomenon, which derives from the environment where it is inserted, for, as a part of the individuals' life styles, it incorporates its social-cultural characteristics and influences some aspects connected to their clinical, social and emotional health. Contemporary sport is characterized by its heterogeneity of expressions and its growing marketing, characteristics that delimit forms of relations of the individuals with this phenomenon. No matter under what type of expression it is taken, sport always transmit moral values through human relations based on competition, inherent to this phenomenon. After a bibliographical research and theoretical reflection, the conclusion is that in order to this phenomenon to cooperate to the improvement of the perception of Quality of Life of the involved subjects, it must be adapted and made adequate to the expectations, possibilities, limits and capacities of realization of the participants.

Keywords: Sport; Quality of Life; Sociology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Domínios e facetas do WHOQOL-100	33
Quadro 2 - Características dos esportes em diferentes períodos históricos	60

LISTA DE ABREVIATURAS

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
IQV	Índice de Qualidade de Vida
WHOQOL	Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde
SEE	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
ACD	Atividades Curriculares Desportivas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 QUALIDADE DE VIDA.....	17
2.1 Qualidade de Vida: uma área de conhecimento em processo de definição.....	17
2.2 Percepções objetivas de Qualidade de Vida.....	26
2.3 Percepções subjetivas de Qualidade de Vida.....	29
2.4 Estilo, modo e condição de vida como constituintes de Qualidade de Vida. As relações entre esferas objetivas e subjetivas de percepção.....	34
2.5 Qualidade de Vida, saúde e atividade física.....	40
3 A SOCIOLOGIA DO ESPORTE E A COMPREENSÃO DO FENÔMENO MODERNO.....	51
3.1 Um olhar sociológico para o esporte.....	51
3.2 A gênese do esporte moderno.....	55
3.2.1 Guttman e as sete categorias do esporte moderno.....	56
3.2.2 Elias e Dunning: o esporte e o Processo Civilizador.....	61
3.2.3 Bourdieu e a Teoria dos Campos.....	73
3.2.4 Relações teóricas entre Guttman, Elias e Bourdieu: a possibilidade de uma fundamentação interligada para a definição do esporte moderno.....	82
4 ESPORTE CONTEMPORÂNEO.....	87
4.1 Conformação do esporte contemporâneo.....	87
4.2 Formas de manifestação do esporte contemporâneo.....	100
4.2.1 Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte.....	105
4.2.1.1 Ambientes de manifestação do esporte.....	105
4.2.1.2 Sentidos da prática esportiva.....	111
4.2.1.3 Relações entre os ambientes de manifestação do esporte e seus diversos sentidos.....	113
4.2.1.3.1 Ambiente 1: esporte de alto rendimento.....	113
4.2.1.3.2 Ambiente 2: esporte de lazer.....	117
4.2.1.3.3 Ambiente 3: esporte escolar.....	124

5 ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA.....	131
5.1 Relações entre condição, modo e estilo de vida, e o consumo do esporte contemporâneo.....	132
5.2 O caráter efêmero do esporte contemporâneo e a qualidade de vida.....	136
5.3 Os sentidos heterogêneos do esporte e relações com a saúde.....	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	151

1. INTRODUÇÃO

O esporte se apresenta na sociedade contemporânea como um fenômeno sócio-cultural de grande importância. Faz-se presente em inúmeras esferas do todo social, principalmente no lazer. Por ser um universo criado e constantemente transformado pelo Homem no decorrer da história, carrega valores morais e se manifesta de acordo com o ambiente e os sujeitos que com ele se relacionam.

Este fenômeno exerce diferentes significados frente à vida dos indivíduos, pode ser trabalho, diversão, busca por melhoria de saúde, conteúdo de processos educacionais, entre outros. De toda forma, se insere na vida das pessoas de acordo com os objetivos e necessidades das mesmas, exercendo transformações em seu dia-a-dia.

Essa relação entre o esporte e as mudanças ocorridas na vida dos sujeitos que com ele se envolvem é a ponte entre esse fenômeno e uma noção que a cada dia se valoriza na sociedade contemporânea, a percepção de Qualidade de Vida. Ou seja, a presença do esporte na vida das pessoas, assim como outros fatores, transforma a maneira de percepção destas em relação à satisfação com suas próprias vidas e a expectativa que se tem sobre elas.

Esta forma de sensibilidade apresenta duas esferas, uma objetiva, ligada às possibilidades de acesso a bens de consumo e de saneamento, e uma subjetiva, que engloba os hábitos, gostos e atitudes pessoais dos sujeitos frente à própria vida, de acordo com as possibilidades de ação de que dispõe. Esta segunda esfera diz respeito ao estilo de vida, um conjunto de escolhas que o indivíduo toma para seu cotidiano.

É frente a essas duas perspectivas que ocorre a relação entre o esporte e a noção de Qualidade de Vida. As formas de manifestação do esporte vivenciadas, somadas com as condições de realização do sujeito, geram uma forma específica de relação entre esses dois objetos. Isso se dá em diversos campos, como por exemplo, na área de saúde ligada à prática de atividade física e reabilitação, na educação, através da transmissão de valores morais, no lazer, com o consumo do produto esporte, no trabalho (em relação aos profissionais do esporte), entre outros, inserindo-se na vida das pessoas de formas diferentes, de acordo com possibilidades objetivas e subjetivas oportunizadas ao sujeito.

O presente estudo busca responder às seguintes questões: como se dão as relações entre esses dois universos? E de que forma o esporte pode se apresentar como um

fenômeno que colabore para a melhoria da percepção de Qualidade de Vida dos sujeitos que com ele se relacionam? Para tal, estabelece reflexões acerca das relações entre o esporte contemporâneo e o universo da Qualidade de Vida, através de um referencial pautado na sociologia. Objetiva-se, de forma geral, oferecer subsídios para discussões teóricas e inserções práticas do esporte sobre a vida das pessoas, de modo coerente e adequado às necessidades e possibilidades das mesmas, tornando esse fenômeno um agente de melhoria da percepção de boa vida dos sujeitos que com ele se relacionam. Como objetivos específicos tem-se:

1- A busca por definição semântica sobre esporte e delimitação da gênese do esporte contemporâneo, através da diferenciação entre este estado atual do fenômeno e o anterior, esporte moderno;

2- Apresentação do Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte contemporâneo, na busca por apresentar processos de diversificação desse fenômeno;

3- Reflexões, com base em referencial sociológico, sobre as relações entre esporte e Qualidade de Vida, através da consideração do caráter heterogêneo do primeiro e das diferentes esferas de percepção do segundo.

A forma de análise da relação entre o fenômeno esportivo e o universo de percepção de Qualidade de Vida se dá nesse trabalho através de reflexão com base em referencial teórico, ligado a estudos embasados em fundamentos sociológicos, voltados à compreensão do esporte e de questões ligadas a formas de percepção de Qualidade de Vida.

Como referencial básico relativo ao esporte tem-se a definição de campo esportivo, de Pierre Bourdieu, e contribuições ligadas à caracterização sócio-cultural do fenômeno, como as teorias de Allen Guttmann, Norbert Elias e Eric Dunning, com o cuidado de interligar pontes de semelhanças e possibilidades de associação entre tais obras, na busca por uma compreensão coerente e linear do desenvolvimento e do estado atual do esporte. Quanto à compreensão sobre Qualidade de Vida, tem-se a contribuição de autores voltados à análise de questões sociais ligadas a formas de percepção, principalmente à busca por variantes sócio-econômicas delimitadoras das possibilidades de escolha e atitudes dos sujeitos frente à própria vida.

A realização deste trabalho se baseou em 3 momentos:

1- Análise de referencial teórico ligado à concepção da área de conhecimento de Qualidade de Vida, suas vertentes e variantes delimitadoras de ação;

2- Definição de modelos de compreensão do esporte moderno e desenvolvimento de forma de compreensão sobre a concepção do esporte contemporâneo, com destaque à heterogeneidade deste fenômeno;

3- Reflexões acerca das relações entre as diversas formas de manifestação do esporte e o impacto desses sobre o bem-estar e Qualidade de Vida.

Este trabalho procura ser útil na perspectiva de oferecer subsídios tanto para o desenvolvimento de políticas públicas, quanto de planejamentos e inserções práticas de processos de atividades esportivas, visando promover a melhora da vida dos sujeitos que com o esporte se relacionam. Além disso, busca apontar algumas particularidades de ambientes específicos de prática esportiva, evitando generalizações e reducionismos frente a esse fenômeno, enriquecendo a ação de promotores, dirigentes, professores, técnicos, responsáveis por práticas, divulgadores, ou seja, de qualquer profissional ou indivíduo que se relacione com esse fenômeno, na tentativa de fazer da ação esportiva um fator de melhoria permanente da percepção de Qualidade de Vida.

A estrutura deste trabalho de pesquisa reflexiva se dá em 4 capítulos, sendo estes ainda divididos em itens de trabalho:

Qualidade de Vida: Busca a delimitação da área de pesquisa em Qualidade de Vida, a definição semântica deste termo e as relações entre as diversas formas de percepção desta noção. Estabelece relação entre hábitos e ações individuais e as possibilidades sócio-econômicas oportunizadas aos sujeitos na busca por boa vida. Apresenta reflexão sobre a relação entre a prática de atividade física e a busca por melhor Qualidade de Vida.

A sociologia do esporte e a compreensão do fenômeno moderno: Constitui-se numa apresentação do campo de ação da sociologia do esporte e de três teorias sociológicas a respeito da concepção e abrangência deste fenômeno (obras dos autores Allen Guttman, Norbert Elias e Eric Dunning, além de Pierre Bourdieu) e suas contribuições para a definição da gênese do esporte moderno.

Esporte contemporâneo: Definição dos parâmetros do fenômeno esportivo nos tempos atuais, partindo da sua forma moderna, até sua transformação. Aprofundamento sobre as características centrais desse objeto, a mercantilização e a variedade de formas de manifestação.

Esporte e Qualidade de Vida: Este último capítulo consiste na reflexão sobre as relações entre o esporte contemporâneo e as variantes relativas às esferas de percepção de Qualidade de Vida. Tem-se atenção especialmente direcionada a questões como a relação entre

estilo de vida e o contato com o esporte, a característica mercadológica deste fenômeno e sua relação com o consumo e Qualidade de Vida, e por fim, a relação entre a prática esportiva e a busca por melhora de saúde.

2. QUALIDADE DE VIDA

O universo de conhecimento em Qualidade de Vida se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento que engloba além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo. Nessa perspectiva, lida-se com inúmeros elementos do cotidiano do ser humano, considerando desde a percepção e expectativa subjetivas sobre a vida, até questões mais deterministas como o agir clínico frente a doenças e enfermidades.

Pode-se perceber inúmeros esforços na tentativa de elucidar esse campo de conhecimento. Compreender Qualidade de Vida como uma forma humana de percepção do próprio existir, a partir de esferas objetivas e subjetivas, é um desses. Porém, é preciso que para uma compreensão adequada não haja reducionismo perante esse tema, pois o que se percebe são inter-relações constantes entre os elementos que compõem esse universo.

Para melhor compreender a área de conhecimento em Qualidade de Vida é necessário adotar uma perspectiva, ou um paradigma complexo de mundo, pois se expressa na relação entre o Homem, a natureza e o ambiente que o cerca (BARBOSA, 1998; MOREIRA, 2001). Por exemplo, embora haja diferença entre esferas de percepção deste conceito, para compreendê-las melhor é preciso que sejam associadas, que a influência de uma sobre a outra seja considerada, formando um todo.

2.1. Qualidade de Vida: uma área de conhecimento em processo de definição

A presença do termo Qualidade de Vida é facilmente percebida no linguajar da sociedade contemporânea, sendo incorporado ao vocabulário popular com várias formas de conotação. Parece que existe um consenso de que é algo bom falar em Qualidade de Vida, mesmo sem definir exatamente do que está se falando.

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em Qualidade de Vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos

hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar.

A compreensão sobre Qualidade de Vida lida com inúmeros campos do conhecimento humano, biológico, social, político, econômico, médico, entre outros, numa constante inter-relação. Devido ser uma área de pesquisa recente, encontra-se em processo de afirmação de fronteiras e conceitos, por isso definições sobre o termo são comuns, mas nem sempre concordantes. Outro problema de ordem semântica em relação à Qualidade de Vida é que suas definições podem tanto ser amplas, tentando abarcar os inúmeros fatores que exercem influência, como restrita, delimitando alguma área específica.

Não é difícil observar manifestações desse movimento. Por exemplo, na edição número 1897 da revista *Isto É*, do mês de março de 2006, a matéria de capa intitula-se *9 lições de Qualidade de Vida: mudanças que você pode promover no seu dia-a-dia para conquistar um novo padrão de bem-estar físico e mental, e viver melhor* (PEREIRA; TARANTINO, 2006). Neste momento serão realizadas duas análises sobre esse objeto. A primeira em relação ao conteúdo do título da reportagem, a segunda referente ao conteúdo do texto como um todo.

Nota-se que o título encerra que Qualidade de Vida depende de ações individuais para que seja transformada, pois passa a idéia de que o sujeito pode mudar seus hábitos e, com isso, melhorar seu padrão de bem-estar e viver melhor. Além disso, coloca que bem-estar e Qualidade de Vida são sinônimos ou que, pelo menos, um exerce interferência sobre o outro.

Quanto ao conteúdo da matéria, que dispõe de cinco páginas da revista (60-64), começa com uma frase curta: “Qualidade de Vida virou um objeto de desejo” (PEREIRA; TARANTINO, p.60). Essa afirmação direciona para uma percepção desse tema como um objeto a ser alcançado, ou seja, como se para chegar a esse nível fosse preciso estabelecer padrões de realizações na vida. Além disso, são apresentados em seguida (compreendendo a maior parte da matéria) nove passos que, se seguidos pelo sujeito, prometem ajudá-lo a alcançar tal objetivo: “1- Cuide de sua vida sexual; 2- Tenha prazer; 3- Garanta mais tempo para si mesmo; 4- Movimento o corpo; 5 – Coma bem; 6- Não exija demais; 7- Vá ao médico com regularidade; 8- Mantenha boas relações e 9- Cultive a espiritualidade”. Nota-se que essas orientações remetem a hábitos

individuais e formas de lidar com alguns dos acontecimentos cotidianos, mas que nem sempre estão ao alcance do sujeito que procura melhoria de Qualidade de Vida.

Em resumo, numa leitura descuidada sobre o tema, é possível concluir que nem todos os sujeitos têm Qualidade de Vida, e que é preciso se esforçar para obtê-la. E é essa a principal mensagem que se veicula pelos meios de comunicação.

Tal forma de entender Qualidade de Vida é muito corrente em ambientes comerciais, propagandas de alimentos, condomínios residenciais, campanhas políticas, entre outros. A concepção sobre Qualidade de Vida, que a eleva como um objeto a ser alcançado mediante esforço do sujeito, promove uma corrida para alcançar algo que o senso comum sabe que é bom, mas não tem claro seus limites conceituais e abrangência semântica. É como se tratasse de um ideal da contemporaneidade, que se expressa na política, na economia, na vida pessoal. Busca-se Qualidade de Vida em tudo (BARBOSA, 1998).

Segundo Tani (2002), Qualidade de Vida tornou-se, em muitas circunstâncias, um jargão útil a promessas fáceis e propagandas enganosas. Isso ocorre devido a uma falta de compreensão específica sobre o termo, e sua conseqüente colonização por parte dos meios comerciais e de comunicação, que o utilizam como justificativa para tornar seus produtos úteis, ou para manipular a opinião pública.

Finalizando a análise desta reportagem, é preciso salientar uma outra relação presente no senso comum referente à definição de Qualidade de Vida, a ligação desta com a saúde e a atividade física. Talvez esta seja a principal associação entre o tema estudado e um de seus elementos, possuindo mitos e crenças fortemente enraizados na sociedade contemporânea.

A intenção em citar essa matéria não é desvalorizá-la ou invalidá-la como tentativa de discussão sobre Qualidade de Vida, mas sim, exemplificar abordagens sobre esse tema que se encontram explícitas em nosso cotidiano e principalmente na mídia. Nota-se que ao lidar com essa área de conhecimento, muitos meios de comunicação, assim como o linguajar popular, buscam fatores que ilustram ou interferem sobre essa noção, porém, sem definir ao certo a dimensão desse objeto. Por essa falta de especificidade terminológica, e uma visão fragmentada sobre o tema, muitas vezes Qualidade de Vida passa a ser, de forma equivocada, um termo abordado como algo a ser alcançado e que depende unicamente da boa vontade e atitude individual do sujeito em mudar seus hábitos.

Nesse sentido é que estudos em Qualidade de Vida podem se centrar, buscando alternativas para a melhoria do nível de vida do maior número de pessoas possível, pois isso não depende só do sujeito.

Em abordagens sobre Qualidade de Vida é necessária atenção à multiplicidade de questões que envolvem esse universo, desde parâmetros sociais até de saúde ou econômicos. Esses indicadores podem ser analisados (e assim o são) por diferentes áreas de conhecimento, com referenciais e procedimentos diferentes, sendo vinculadas definições e concepções variadas.

É possível observar esforços em estabelecer um tratamento científico para o universo de Qualidade de Vida. Devido ser esta uma área multidisciplinar, pode-se observar várias frentes de pesquisa e reflexão. Para uma racionalização da análise sobre esse objeto, as formas de definições sobre o tema serão analisadas em dois momentos: Análise semântica do termo e discussão sobre sua abrangência; Definições sobre dessa área de conhecimento, com o objetivo de cercar suas variáveis e campos de estudo.

Quanto à análise semântica, tem-se que o termo Qualidade, num sentido filosófico, refere-se a um caráter do objeto, que a princípio nada diz sobre ele, suas propriedades ou possibilidades. Significa uma forma de estabelecer valores. Caracterizar algo pela sua qualidade é estipular um nível bom ou ruim a ele, porém, essa atribuição é subjetiva, de acordo com o referencial e os elementos considerados. O que é boa qualidade para alguém não é necessariamente para outra pessoa (BETTI, 2002).

Ao atribuir valores a um objeto está implícita a veracidade da existência real do mesmo. Conseqüentemente, o que se analisa não é a presença ou ausência deste no mundo concreto, mas sim, seu valor perante às variáveis que o rodeiam.

Analisando o termo Qualidade de Vida, nota-se que o emprego da palavra Qualidade a essa forma de percepção de mundo estabelece uma existência inerente a esse campo de conhecimento, independente de ser considerado bom ou ruim. “A Qualidade de Vida sempre esteve entre os homens. Remete-se ao interesse pela vida” (FERREIRA, 2002, p.45). Logo, é possível estabelecer que Qualidade de Vida não é algo a ser alcançado, um objeto de desejo da sociedade contemporânea que deve ser incorporado à vida a partir de esforço e dedicação individual. Pelo contrário, é uma percepção que sempre esteve e sempre estará presente na vida do ser humano. O fato é que, a partir desse tipo de análise, todos os sujeitos têm Qualidade de Vida, não sendo esse um elemento a ser alcançado através de ações embutidas no padrão de boa

vida da sociedade contemporânea, porém, o interessante para a vida de cada um é buscar uma boa Qualidade frente às suas possibilidades individuais de ação.

Quanto ao valor implícito a essa percepção (bom ou ruim), é possível afirmar que respeita tanto questões de ordem concreta, que exercem influência direta sobre as possibilidades de ação do sujeito frente à própria vida, como formas de percepção, ação e expectativas individuais frente a esses elementos. Inclusive, estabelecer se algo é bom ou ruim depende de diferentes referenciais ou pontos de vista.

Neste segundo momento, se faz importante uma definição sobre o termo em questão, para um encaminhamento frente aos limites de abrangência dessa área de conhecimento.

De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000, p.10), Qualidade de Vida...

É uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Nota-se que essa abordagem esbarra numa compreensão social do termo, que considera questões subjetivas como bem-estar, satisfação nas relações sociais e ambientais, e a relatividade cultural. Ou seja, esse entendimento depende da carga de conhecimento do sujeito, do ambiente em que ele vive, de seu grupo de convívio, da sua sociedade e das expectativas próprias em relação a conforto e bem-estar.

Gonçalves e Vilarta (2004) abordam Qualidade de Vida pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano. Envolve, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito.

Essa abordagem indica, num primeiro momento, para as expectativas de um sujeito ou de determinada sociedade em relação a conforto e bem-estar. Isso depende das condições históricas, ambientais e sócio-culturais de determinado grupo, ou seja, o entendimento e a percepção sobre Qualidade de Vida, nessa perspectiva, são relativos e variáveis.

Ferreira (2002) afirma que Qualidade de Vida não se esgota nas condições objetivas de que dispõem os indivíduos, tampouco no tempo de vida que estes possam ter, mas no significado que dão a essas condições e à maneira com que vive. Nessa concepção, a percepção

sobre Qualidade de Vida é variável em relação a grupos ou sujeitos. Para essa autora, este termo está relacionado ao significado que damos às condições objetivas da vida.

Segundo Tani (2002, p. 104),

Qualidade de Vida significa muito mais que ter atendidas as necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, vestuário, trabalho e moradia. Ela implica ter saúde física, mental, relações sociais harmoniosas e construtivas, educação permanente, relacionamento respeitoso e amigável com o meio ambiente, tempo livre para o lazer e oportunidades para usufruir a cultura em sua plenitude.

Para Nahas (2001, p.05), Qualidade de Vida é a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e sócio-ambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

Gonçalves (2006, p.13) define Qualidade de Vida como “a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia-a-dia”.

Por fim, Qualidade de Vida para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1995) é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Não é possível existir um conceito único e definitivo sobre Qualidade de Vida, mas pode-se estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio (BARBOSA, 1998).

Segundo Vilarta e Gonçalves (2004a, p. 33), essas esferas se caracterizam como:

Objetividade das condições materiais: interessa a posição do indivíduo na vida e as relações estabelecidas nessa sociedade;

Subjetividade: interessa o conhecimento sobre as condições físicas, emocionais e sociais relacionadas aos aspectos temporais, culturais e sociais como são percebidas pelo indivíduo.

Pontos de vista objetivos buscam uma análise ou compreensão da realidade pautada em elementos quantificáveis e concretos, que podem ser transformados pela ação humana. A análise desses elementos considera fatores como alimentação, moradia, acesso à

saúde, emprego, saneamento básico, educação, transporte, ou seja, necessidades de garantia de sobrevivência próprias da sociedade contemporânea.

Essa perspectiva caracteriza a análise em Qualidade de Vida como uma busca por dados quantitativos e qualitativos que permitem traçar um perfil de um indivíduo ou grupo em relação ao seu acesso a bens e serviços. Esses dados são gerados com base em informações globais dos grupos estudados. A partir deles, são traçados índices estatísticos de referência sobre posições sócio-econômicas de populações, assim como comparações entre objetos diferentes. Com esse tipo de tratamento, torna-se possível estabelecer quadros de perfis sócio-econômicos para ações voltadas à melhoria da Qualidade de Vida dos sujeitos envolvidos.

A análise de Qualidade de Vida sob um aspecto subjetivo também leva em conta questões de ordem concreta, porém, considera variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual sobre as condições de bens materiais e de serviços do sujeito. Não busca uma caracterização dos níveis de vida apenas sobre dados objetivos, mas relacioná-los com fatores subjetivos como emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos ou grupos em relação às suas realizações, e a percepção que os atores têm de suas próprias vidas, considerando, inclusive, questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza.

Quanto aos aspectos subjetivos, é preciso uma caracterização prévia do ambiente histórico-social em que vive o grupo ou sujeito para uma análise sobre seus níveis de Qualidade de Vida. Lembrando que o estabelecimento desses níveis se dá de forma relativa às necessidades, expectativas e percepções individuais.

Relacionando as definições de Qualidade de Vida apresentadas com as duas esferas em que circula essa área de conhecimento, pode-se observar que embora os autores citados apresentam prevalências individuais de análise quanto a elementos objetivos ou subjetivos, não é possível isolá-los em suas definições.

Há uma relação íntima entre aspectos objetivos e subjetivos a respeito desse tema: “(...) nenhuma análise sobre Qualidade de Vida individual poderá ser desenvolvida sem uma contextualização na Qualidade de Vida coletiva” (TUBINO, 2002, p.263). Do mesmo modo, a definição de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde, por exemplo, contempla as concepções de subjetividade do indivíduo e objetividade das condições materiais (VILARTA; GONÇALVES, 2004a).

Essa compreensão direciona o estudo sobre Qualidade de Vida para a necessidade de estabelecer parâmetros objetivos como condições de saneamento básico, saúde, alimentação, moradia, transporte, educação, entre outros (VILARTA; GONÇALVES, 2004a). Porém, não se pode excluir o impacto dessas variáveis sobre a vida dos sujeitos, sendo que a interpretação, percepção e expectativa perante a vida variam de acordo com a individualidade de cada um.

Essa divisão de esferas de percepção busca esclarecer a problemática da multidisciplinariedade presente em estudos sobre Qualidade de Vida, visto que esse é um tema de grande abrangência semântica. É importante considerar que, por existirem diversas formas de definição sobre o termo, a adoção de somente uma delas parece imprudente, pois este ainda é um campo em formação e em processo de definição de conceitos e verdades. Logo, tais definições são aceitas e utilizadas, porém, devem ser analisadas com olhar crítico e de forma situada em relação aos aspectos objetivos e subjetivos de análise, além do fato de serem complementares entre si. Tanto aspectos objetivos quanto subjetivos devem ser considerados numa análise sobre este tema.

No processo de definir as fronteiras de abrangência de Qualidade de Vida, torna-se necessário especificar o campo em que se encontra esse tema como área de conhecimento e saber científico. A primeira reflexão diz respeito à sua área de concentração: Humanas ou Biológicas.

Qualidade de Vida seria um híbrido biológico-social, mediado por condições mentais, ambientais e culturais (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Essa área de estudo, se simplesmente se ater a questões de ordem biológica, ligada exclusivamente à saúde clínica, corre o risco de ser incompleta e equivocada, pois desconsiderará as variáveis histórico-culturais, influentes inclusive no processo saúde-doença.

[...] a preocupação com o conceito de Qualidade de Vida refere-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar os parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida (FLECK et al., 1999, p.20).

A colocação desses autores apresenta uma noção que busca a humanização deste conceito e dos avanços científicos e tecnológicos na área de saúde e bem-estar das populações. Humanizar a saúde e Qualidade de Vida não é somente acrescentar anos às vidas dos

sujeitos, mas acrescentar vida aos anos (FLECK et al., 1999). Ou seja, não basta aumentar a expectativa de vida, mas sim, melhorar a qualidade dos anos vividos.

Portanto, tanto a percepção individual dos sujeitos, quanto análises objetivas sobre Qualidade de Vida, desde um ponto de vista semântico sobre o termo, até possíveis aplicações diretas no real, não podem ignorar o caráter de interdependência entre as duas esferas de percepção (objetiva e subjetiva), nem aspectos clínicos e sociais para que o ser humano não seja tratado como um número ou índice de análise, nem tão somente um realizador integralmente responsável pelo seu bem-estar.

Com base na revisão bibliográfica é possível perceber uma tendência em estabelecer conceitos e níveis de Qualidade de Vida a partir da análise de instrumentos indicadores dessa noção. Esses parâmetros buscam quantificar aspectos populacionais da saúde e bem-estar de grupos humanos, e se apresentam sob formas, origens, referenciais e áreas de atuação distintas. Nota-se, inclusive, que expressam as esferas de percepção objetiva e subjetiva.

As aplicações de instrumentos de avaliação de Qualidade de Vida “[...] são amplas e incluem não somente a prática clínica individual, mas também a avaliação de efetividade de tratamentos e funcionamento de serviços de saúde. Além disso, podem ser importantes guias para políticas de saúde” (FLECK, 2000, p. 38).

“Os indicadores de Qualidade de Vida têm sido usados para avaliação da eficácia, eficiência e impacto de determinados tratamentos na comparação entre procedimentos para o controle de doenças” (SEIDL; ZANNON, 2004, p.581). Embora tais perspectivas levem em consideração as relações entre saúde e Qualidade de Vida, explicitam uma intenção desses indicadores de elucidarem os perfis das populações em relação às condições e parâmetros em que estão ocorrendo suas vidas. Os dados gerados levam a caracterizações e comparações dos grupos, e podem ser usados para fins diversos tanto como a promoção de saúde, como com fins políticos e mercadológicos.

Embora os indicadores busquem traçar perfis sobre a Qualidade de Vida, é possível relacioná-los com as esferas referidas a partir da forma e da caracterização dos dados coletados. Os instrumentos de ordem objetiva abordam principalmente os bens materiais que influenciam a condição e modo de vida, sendo esses termos configuradores de uma ordem social. Esse tipo de análise busca estabelecer quadros gerais da vida de populações, a partir de dados obtidos de forma concreta, sem abordagem individual dos sujeitos. Por outro lado, os de ordem

subjetiva visam também estabelecer perfis de populações, porém, a partir da percepção individual dos sujeitos, complementando as análises referentes a bens materiais do grupo. Um desafio importante para esses instrumentos é a geração de formulações que permitem expressar correspondências entre as melhoras dos índices coletivos e de satisfação pessoal (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Os indicadores de níveis de Qualidade de Vida proporcionam um caminho metodológico de análise das esferas de percepção objetiva e subjetiva. Por essa razão, esses elementos serão apresentados de forma separada, porém, é preciso considerar a relação dialética que se expressa entre eles.

2.2. Percepções objetivas de Qualidade de Vida

A esfera objetiva de percepção de Qualidade de Vida lida com a garantia e satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Essa forma lida com as possibilidades de consumo e utilização de bens materiais concretos, por isso, independe da interpretação do sujeito perante sua própria vida.

Essa perspectiva é mais facilmente compreendida se associada com instrumentos indicadores, visto que se apóia em dados de acesso dos grupos sociais a materiais de consumo.

Os primeiros indicadores objetivos de Qualidade de Vida incluíam três ordens de fato: “1) aquisição de bens materiais; 2) avanços educacionais; 3) condições de saúde” (GONÇALVES; VILARTA, 2004, p.09). Esse tipo de análise leva a uma generalização dos grupos em questão, pois as particularidades históricas e culturais dos mesmos não são levadas em consideração. Esse tipo de instrumento indicador, que se apóia em questões sócio-econômicas relativas à aquisição de bens, desconsidera vertentes subjetivas e a multiculturalidade da sociedade contemporânea, adotando referenciais hegemônicos como parâmetros avaliativos (GONÇALVES; VILARTA, 2004, p.10):

- Tomam como referência padrões ocidentais modernos como modelos de referência para aferir todas as nações do planeta;
- Discriminam pouco entre países de condições assemelhadas;

- Adotam enfoque reduzido de desenvolvimento como melhora de produção e crescimento econômico, ignorando que Qualidade de Vida também transita por valores e práticas como urbanidade, respeito mútuo, enfim, a força espiritual da democracia.

Nesse tipo de abordagem faz-se possível uma comparação mais direta entre grupos separados pelo tempo ou por etnias diferentes. Isso ocorre devido à adoção de elementos identificáveis como essenciais à vida com base em parâmetros culturalmente hegemônicos. Por um lado, essa ocorrência atribui a possibilidade de classificar grupos quanto a seus níveis de Qualidade de Vida, por outro, como não considera as percepções individuais e especificidades culturais dos sujeitos e coletividades, a validade das comparações e índices gerados se faz de forma política e culturalmente hegemônica em alguns momentos.

Esses indicadores apresentam pontos positivos referentes à facilidade de obtenção de dados e a geração de índices gerais sobre as condições de Qualidade de Vida dos grupos analisados. Isso se deve ao processo de obtenção desses dados, que se dá em análises generalizantes da sociedade, através de índices ligados às áreas da saúde, moradia, transporte, educação, alimentação, entre outras, e não através de intervenções individuais. Outra característica é o enfoque quantitativo sobre os dados e elementos analisados. A esfera objetiva de percepção lida com a presença ou ausência de determinados elementos nos grupos e a intensidade dessas ocorrências.

Um exemplo desse tipo de instrumento indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse tipo de índice, além de considerar aspectos socioeconômicos, lida com questões de saúde, incluindo no cálculo a esperança de vida ao nascer e taxas de mortalidade da população. “Esse índice varia de zero a um: o nível alto de Qualidade de Vida corresponde a 0,800 a 1,000; o nível médio está no intervalo de 0,500 a 0,799 e o nível baixo é inferior a 0,499” (GONÇALVES; VILARTA, 2004, p.10).

A estipulação de valores entre os elementos analisados toma como referência padrões ocidentais de percepção de boa Qualidade de Vida e de expectativa quanto a necessidades de sobrevivência e bem-estar. Esse índice é aplicado em populações em nível nacional, o que, de certo modo, caracteriza como um limite metodológico, visto que diferentes regiões de um mesmo país possuem condições socioeconômicas extremamente divergentes. Por

outro lado, existe a possibilidade de adaptar ou desagregar esse indicador para grupos específicos, selecionando um critério de diferenciação entre eles (gênero ou classes sociais, por exemplo), considerando-os como países (PAIXÃO, 2000). Essa se apresenta como uma alternativa para aplicação em diferentes populações, mantendo ainda a característica objetiva de análise.

Todavia, embora seja possível adaptar esse instrumento para grupos específicos, essa alternativa, assim como toda espécie de análise objetiva, mantém o caráter de comparação entre populações, desconsiderando especificidades étnicas e culturais das mesmas.

Outro exemplo desses indicadores é o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), formulado por profissionais da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que busca uma análise socioeconômica geral sobre grupos, porém, agregando campos menores que o nacional, tornando o índice mais específico. Esse índice “assenta-se em três grupos categoriais – riqueza municipal, longevidade e escolaridade – tendo sido aplicado em 645 cidades paulistas com resultados considerados bem-sucedidos” (GONÇALVES; VILARTA, 2004, p. 12).

Esses tipos de indicadores, por se aterem a determinadas populações, na maioria das vezes países ou Estados oficiais, estabelecem dados generalizantes referentes às condições de vida dos sujeitos (que interferirá diretamente na Qualidade de Vida dos mesmos), configurando um perfil socioeconômico de determinado grupo de análise. Como o termo e a percepção de Qualidade de Vida é um objeto não tão definido para o senso comum, e uma forma de propaganda mercadológica e política, a utilização desse tipo de índice pelos governos se faz uma prática constante para divulgar as benfeitorias de seus mandatos. Paixão (2000) cita o episódio de mudança dos critérios para cálculo das variáveis econômicas do IDH durante o governo do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Nessa ocasião, o país, que tinha um índice que o classificava na faixa dos países de IDH elevado, com tal mudança, passou a ocupar o nível médio, com IDH igual ao do vizinho Peru. O governo brasileiro do período questionou tais mudanças, visto que utilizava o índice como forma de propaganda política e dado confirmador de ações socioeconômicas positivas.

Essa esfera de percepção (objetiva) lida com uma interpretação da Qualidade de Vida a partir das condições sociais dos grupos em questão. Tais determinantes são geradas como dados generalizantes, que englobam os diferentes sujeitos numa mesma condição.

Após adotar as definições deste termo, apresentadas no item 2.1. *Qualidade de Vida: uma área de conhecimento em processo de definição* deste trabalho, uma classificação sobre Qualidade de Vida desvinculada das percepções individuais parece um tanto quanto equivocada. Mas não é, as análises objetivas produzem uma grande colaboração para intervenções nessa área, principalmente na saúde e na programação de ações sociais, direcionando pontos carentes de melhorias na vida do grupo em questão.

Por outro lado, embora seja útil do ponto de vista de melhorias de serviços à população, essa abordagem (objetiva) não comporta toda a complexidade que abrange o termo Qualidade de Vida. É preciso uma compreensão específica sobre esses instrumentos e esfera de percepção para localizar seu papel e função nessa área de conhecimento.

Portanto, a compreensão acerca da esfera objetiva de percepção, assim como seus instrumentos indicadores, se faz importante em dois aspectos: 1) Como instrumento de avaliação das condições de vida das populações, indicando campos de carência de serviços ou de assistência; 2) Como base para caracterização dos grupos em relação aos ambientes socioeconômicos em que estão inseridos. Considerando que a percepção de Qualidade de Vida do ser humano é vinculada tanto às suas subjetividades, quanto às possibilidades de realização do mesmo em sua vida, essa esfera de percepção se caracteriza como um primeiro passo para o entendimento desse campo de conhecimento.

2.3. Percepções subjetivas de Qualidade de Vida

Essa esfera de percepção lida, numa primeira instância, às ações individuais perante a própria vida do sujeito. Engloba desde suas opções por práticas, como a expectativa e percepção de seus níveis de Qualidade de Vida.

Segundo Gonçalves (2006), a esfera subjetiva de compreensão de Qualidade de Vida diz respeito ao estilo de vida do sujeito, que se caracteriza como os hábitos aprendidos e adotados durante toda a vida, relacionados com a realidade familiar, ambiental e social. São ações que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida das pessoas, em que devem ser considerados elementos concorrentes ao bem-estar pessoal, controle do estresse, a nutrição equilibrada, a atividade física regular, os cuidados preventivos com a saúde e o cultivo de relacionamentos sociais (VILARTA; GONÇALVES, 2004a).

Minayo, Hartz e Buss (2000) tratam a esfera subjetiva de percepção com valores não materiais como amor, felicidade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade. Logo, como se trata de uma perspectiva subjetiva de ações, é sempre necessário considerar as infinitas possibilidades individuais de percepção, conceituação e valorização dessas variáveis imensuráveis objetivamente. Como por exemplo o sentimento de prazer em diferentes situações do cotidiano, que se expressa de formas distintas entre sujeitos. Isso se exemplifica na afirmação de Rosário (2002), de que a melhora da Qualidade de Vida está atrelada à busca pela felicidade.

Percebe-se que a esfera subjetiva de percepção engloba sentimentos e juízos de valor dos indivíduos. Isso é atrelado à carga cultural do sujeito, ao ambiente e local em que ele vive e às condições de desenvolvimento possíveis para sua vida. Isso direciona desde sua forma de ação na sociedade, como os meios de percepção e julgamento de sua vida, sempre relativas às expectativas e entendimento de bem-estar de seu grupo.

“A subjetividade sobre o conceito de Qualidade de Vida diz respeito também às diferentes fases da vida do sujeito, tendo um significado diferente em cada uma delas, para a mesma pessoa” (NAHAS, 2001, p. 5).

Cada sociedade estabelece culturalmente seu padrão de vida e isso direciona as formas de expectativa e níveis de satisfação dos indivíduos que a compõe (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Essa percepção exerce influência sobre o que é e o que não é uma boa Qualidade de Vida. O grau de satisfação dos sujeitos com suas realizações pessoais, assim como os bens materiais obtidos, variam de acordo com o padrão de sua sociedade, e, de forma mais profunda, com seus valores pessoais.

Os gostos e as expectativas dos indivíduos variam de acordo com sua classe social e os valores e significados atrelados a ela (BOURDIEU, 1983a). Essa perspectiva exerce influência direta tanto sobre o estilo, quanto a percepção individual da vida. Isso ocorre de acordo com as possibilidades de ação e de adoção de estilos de vida saudáveis por parte dos indivíduos, determinadas pelas variáveis sócio-econômicas de seu grupo social.

Além das diferenciações por classes sociais identificáveis numa mesma sociedade, existem também diferenças culturais entre grupos sociais, separados pela história ou por origens étnicas. Essa multiculturalidade expressa um fator dificultante perante a concepção

do termo Qualidade de Vida e, principalmente, sobre instrumentos de quantificação, devido à relatividade de compreensão e expectativa sobre o que é um bom nível de vida.

Os indicadores ligados a uma esfera objetiva de percepção têm maior facilidade em lidar com essas variações culturais, pois jogam com elementos concretos e de aquisição material, pautados numa lógica e cultura hegemônico-ocidentais. Como essa forma de análise respeita tendências ligadas às classes dominantes e seus patamares de bem-estar, também apresenta um critério sobre uma boa Qualidade de Vida. Dessa forma, a questão da multiculturalidade não se coloca como um problema para coleta de dados em análises objetivas, mas por outro lado, coloca suas conclusões em dúvida, justamente por ignorarem as diversidades.

É nesse sentido que os indicadores ligados a uma esfera subjetiva de percepção atuam. Esse tipo de análise, por se caracterizar pela coleta de dados relativa à percepção individual dos sujeitos e estar voltada à sua satisfação frente às expectativas próprias, buscam o desenvolvimento de perfis relativos a Qualidade de Vida, que considerem a pluralidade cultural da sociedade contemporânea e de sociedades de outros períodos históricos.

“Os [indicadores] de natureza subjetiva respondem a como as pessoas sentem ou o que pensam das suas vidas, ou como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da Qualidade de Vida” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 17).

Esses indicadores atendem à premissa de que só é possível falar em Qualidade de Vida a partir da análise da percepção individual dos sujeitos sobre a própria vida. O simples questionamento pessoal pode se mostrar um critério vago, visto que depende de inúmeras variáveis que compõem a complexidade humana no momento das respostas. Logo, esses instrumentos indicadores buscam avaliar tanto questões individuais de percepção quanto a presença de bens materiais na vida dos sujeitos, sendo que informados pelo indivíduo e não por órgãos generalizantes, como na forma objetiva de análise.

Como exemplos desses indicadores, pode-se utilizar o Índice de Qualidade de Vida (IQV), criado pelo jornal *A Folha de São Paulo*, e o WHOQOL-100, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde.

O primeiro “inclui um conjunto de nove fatores (trabalho, segurança, moradia, transporte, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar e lazer)” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 15). Esses elementos são analisados a partir do ponto de vista da população, que é dividida por faixa de renda, escolaridade, categoria social, sexo e faixa etária. A pergunta-chave

é o grau de satisfação dos sujeitos, classificando em satisfatório, insatisfatório e péssimo, em um intervalo de 0 a 10.

Nota-se, neste primeiro exemplo, que embora sejam avaliados alguns elementos ligados a bens materiais como moradia, transporte, dinheiro, o que se analisa nessa perspectiva não é a existência ou não desses fatores, muito menos se estabelece uma quantificação sobre eles. O processo se faz sobre a percepção individual dos sujeitos em relação a sua condição de vida. Esse exemplo expressa a diferença conceitual entre instrumentos indicadores objetivos e subjetivos, o primeiro busca elementos relacionados a índices quantitativos gerais da população, enquanto o segundo, busca a percepção da população frente aos itens selecionados.

Outro exemplo é o questionário WHOQOL-100, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde. Este busca uma avaliação conceitual sobre aspectos do estado funcional, de bem-estar e da condição geral de saúde dos sujeitos (GONÇALVES; VILARTA, 2004). Esse instrumento parte da premissa de que Qualidade de Vida é uma construção subjetiva, multidimensional e composta por elementos positivos (mobilidade) e negativos (dor) (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Foi desenvolvido por órgãos de saúde de diversos países, buscando se adequar a transculturalidade do planeta (FLECK, 2000). Esse processo se deu em dois passos, o primeiro, de desenvolvimento das questões, e o segundo de tradução, de forma a adaptar o instrumento aos termos culturalmente equivalentes de cada idioma.

O WHOQOL-100 é composto por cem perguntas referentes a seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambientes e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Esses domínios são divididos em 24 facetas, compostas por quatro perguntas cada. Além disso, existe uma 25^a faceta, com questões gerais sobre Qualidade de Vida (FLECK, 2000):

Quadro 1: Domínios e facetas do WHOQOL-100

DOMÍNIOS E FACETAS DO WHOQOL-100	
DOMÍNIO 1- Domínio Físico 1. Dor / 2. Energia e fadiga / 3. Sono e repouso	DOMÍNIO 4 – Relações sociais 13. Relações pessoais / 14. Suporte (apoio) social / 15. Atividade sexual
DOMÍNIO 2 – Domínio psicológico 4. Sentimentos positivos / 5. Pensar, aprender, memória e concentração / 6. Auto-estima / 7. Imagem corporal e aparência / 8. Sentimentos negativos	DOMÍNIO 5 – Meio ambiente 16. Segurança física e proteção / 17. Ambiente do lar / 18. Recursos financeiros / 19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade / 20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades / 21. Participação em e oportunidades de recreação e lazer / 22. Ambiente físico: (poluição, ruído, trânsito, clima) / 23. Transporte
DOMÍNIO 3 – Nível de independência 9. Mobilidade / 10. Atividades da vida cotidiana / 11. Dependência de medicação ou de tratamentos / 12. Capacidade para o trabalho	DOMÍNIO 6 – Aspectos espirituais, religião, crenças pessoais 24. Espiritualidade / religiosidade / crenças pessoais.

(FLECK, 2000, p.35)

O WHOQOL-100 tem escalas de respostas referentes a quatro tipos básicos de questões: intensidade, capacidade, frequência e avaliação (FLECK et al. 1999). Também existe uma versão simplificada deste instrumento, o WHOQOL-Brief, composto por 26 questões, sendo duas gerais sobre Qualidade de Vida e uma por cada faceta da versão em maior escala.

Embora se constitua numa esfera própria de percepção, o olhar subjetivo se caracteriza como a interpretação dos sujeitos de sua realidade histórica, social, econômica e de saúde. Por isso, é relativa a cada indivíduo e sua carga cultural, porém, deriva das relações do Homem com os bens materiais que exercem interferência sobre sua vida. Logo, essa perspectiva subjetiva é válida e interessante para a discussão sobre Qualidade de Vida se atrelada a análises concretas e objetivas das condições de vida das populações.

É sobre essa relação que trata o próximo item desse texto, refletindo sobre as influências sócio-econômicas perante a Qualidade de Vida dos sujeitos e as possibilidades de ação individuais do mesmo frente às decisões relativas à própria vida.

2.4. Estilo, modo e condição de vida como constituintes da Qualidade de Vida. As relações entre as esferas objetivas e subjetivas de percepção

Por se tratar de um campo de conhecimento multidisciplinar, o estudo em Qualidade de Vida engloba diversos modos e conceitos científicos, assim como inúmeras linhas de abordagem. Isso, atrelado ao tratamento do senso comum e mercadológico, faz com que diferentes autores ou sujeitos fora das margens científicas abordem esse tema sob perspectivas diferentes, e, mesmo que involuntariamente, utilizem ou não conceitos ou esferas de entendimento diversas. Portanto, a diferenciação entre padrões de entendimento e percepção se faz necessária para nortear as análises e organizar os conteúdos e abordagens. Isso não pode ser confundido com um paradigma determinista e reducionista. O fato de existirem percepções mais voltadas à análise subjetiva e outras ligadas à objetiva são tendências que se complementam e, associadas, configuram o atual campo de conhecimento em Qualidade de Vida.

É preciso salientar que as esferas de percepção sobre Qualidade de Vida (objetiva e subjetiva) têm suas fronteiras muito tênues. Observa-se que autores que adotam definições sobre este termo tendendo a adotar uma dessas formas de compreensão, por vezes ainda utilizam conceitos e princípios de outra. Isso não se caracteriza por um equívoco metodológico. O fato é que lidar com Qualidade de Vida implica em considerar inúmeras variáveis que a compõem e as relações entre elas.

Isso justifica o fato de que, em alguns momentos, ao procurar ater-se a uma das esferas, existe uma certa dificuldade em não utilizar elementos de outra. Dessa forma, as relações entre uma esfera objetiva (melhor expressa pela análise de indicadores sobre as condições de vida) e subjetiva (ações próprias do estilo de vida do sujeito) são inevitáveis, pois exercem influência mútua.

Uma explicação para esse fato se dá no conceito de Qualidade ambiental, que se constitui pelos juízos de valor relacionados ao estado ou condições do ambiente (BARBOSA, 1998). Essa perspectiva lida com as influências do ambiente sobre a Qualidade de Vida dos sujeitos. Esse universo pode se expressar tanto em físico como social. Independente dessa diferenciação, o meio em que se coloca o indivíduo delimita as possibilidades de desejo, necessidade e realização do mesmo.

Busca-se, então, uma reflexão sobre essa relação. Os hábitos e as formas de se comportar dos sujeitos dependem de sua posição na hierarquia social. Ou seja, o consumo simbólico define a diferença entre estruturas sociais diferentes, não através da quantidade de bens de determinada classe, mas na forma como o grupo consome e utiliza esses bens (BOURDIEU, 1992). Para adquirir as características simbólicas de determinado grupo, o indivíduo precisa ter um estilo de vida que permita tal realização.

A diferenciação entre estruturas sociais diferentes exprime a relatividade entre as diversas expectativas e possibilidades de realização em relação ao bem-estar e conforto numa sociedade. As classes sociais têm gostos e preferências diferentes entre si e o estilo de vida seria uma forma de expressão construída por vivências histórico-culturais do sujeito, que exercem influência sobre seus hábitos (BOURDIEU, 1983a). Segundo o mesmo autor, os gostos de liberdade (o que o sujeito escolhe para sua vida para saciedade de prazer) só têm lógica se os gostos de necessidade (realizações para garantia da sobrevivência) forem garantidos.

Segundo Freitas (2005), através de pesquisa empírica, é possível perceber diferenças entre a percepção, o sentido e o significado que diferentes classes dão aos mesmos fenômenos. Como por exemplo, citado no trabalho desta mesma autora, o futebol, que embora seja um fator de aproximação social, produzindo excitação em todas as esferas sociais, se expressa com significados diferentes entre as mesmas, sendo uma forma de encobrir problemas sociais e opção de trabalho para classes menos privilegiadas, e apenas lazer e distração para classes mais privilegiadas.

Estilo de vida é o conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida dos sujeitos (NAHAS, 2001). Acrescentando a contribuição de Bourdieu (1983a) a essa afirmação, pode-se compreender que se trata das ações individuais que refletem os hábitos e a carga cultural do sujeito e que interferem diretamente em sua vida. Essas ações são permeadas pela possibilidade de escolha do indivíduo e de adoção ou não de práticas no seu cotidiano.

Porém, considerando a ocorrência de diferentes formas de consumo simbólico e material entre as diferentes estruturas sociais, as oportunidades de escolha não se apresentam da mesma forma para todos. Elas dependem das chances de ação em sua vida, geradas pelas condições econômicas, de subsistência, saneamento, entre outras. Alguém que tenha um orçamento e condições de subsistência melhores do que outra pessoa terá maiores possibilidades

de escolhas em relação a práticas adotadas em seu estilo de vida. Essas possibilidades são criadas de acordo com a condição e o modo de vida do indivíduo (VILARTA; GONÇALVES, 2004b), que permitirão que o mesmo possa fazer escolhas que direcionem seu estilo de vida.

Gonçalves (2004) define *modo de vida* como a garantia das necessidades de subsistência do indivíduo, através de sua condição econômica e, em parte, por políticas públicas; e *condições de vida* como os determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, que norteiam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros.

A definição dos níveis de Qualidade de Vida dos sujeitos passa pela interação entre esses três aspectos, sendo as práticas pessoais (estilo de vida) com maior influência direta, porém, possibilitadas pelas determinantes sócio-econômicas (modo e condição de vida).

A adoção de um estilo de vida tido como saudável é tomada, na sociedade contemporânea, como um fator determinante perante a situação de saúde e de vida dos sujeitos. Porém, muitas vezes isso não ocorre, não por falta de vontade do sujeito, mas sim, pela ausência de condições sócio-econômicas favoráveis. Hábitos como uma nutrição adequada, horas de descanso, visitas periódicas e profiláticas ao médico, e prática freqüente de atividade física, nem sempre são possíveis para todos os indivíduos, devido a modos e condições de vida que não possibilitam tais ações.

O uso do termo estilo de vida é muito comum e se faz de grande importância quando são focadas questões relativas a Qualidade de Vida, pois essa grande área diz respeito ao padrão de vida que a própria sociedade define e se mobiliza para conquistar, e ao conjunto de políticas públicas que induzem e norteiam o desenvolvimento humano (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Segundo os mesmo autores, em sociedades estratificadas a idéia de bem-estar vem de padrões e parâmetros das classes superiores, que, detentoras do capital e do acesso a inovações tecnológicas, estabelecem as possibilidades de melhoria dessa variável de percepção, estipulando histórica e culturalmente, ações e bens de consumo que levam a uma percepção positiva sobre a vida ou o que é considerado como um bom nível de Qualidade de Vida.

A sociedade contemporânea define e cria padrões de vida a serem seguidos, seja de forma consciente ou inconsciente. Isso se dá através de processos de renovação e transmissão cultural que se incorporam na percepção e expectativa dos sujeitos perante a própria

vida. Além disso, a preocupação com Qualidade de Vida é uma questão que não diz respeito somente ao ser individual, mas sim à sociedade como um todo, pois remete a condições de sobrevivência e de conforto de todos os sujeitos. Por isso, é uma questão social que engloba ações de diferentes esferas, desde o Estado até a adoção de práticas saudáveis pelo indivíduo. Porém, o direcionamento dado à utilização desse conceito ocorre de acordo com interesses específicos, carregados de significados e intenções.

Gutierrez (2004) atenta para o risco de analisar a Qualidade de Vida de forma despolitizada, desconsiderando influências do Estado, mercado ou adotando visões reducionistas sobre o tema. É possível observar que o uso desse termo, devido sua grande abrangência e possibilidades de ação (pois é um campo multidisciplinar) é feito, muitas vezes, de forma a atender demandas de mercado e direcionar interesses políticos. Isso ocorre tanto na promoção de produtos, quanto em promessas eleitoreiras. Nota-se que esse direcionamento estabelece uma característica reducionista ao campo, como se o consumo de determinados bens, ou a mudança de setores específicos da sociedade estabelecessem uma melhora definitiva sobre a Qualidade de Vida dos indivíduos.

Nesse processo, o Estado diminui sua responsabilidade sobre a oferta de condições para a melhoria da Qualidade de Vida dos sujeitos através de serviços de saúde, educação, transporte, acesso à alimentação, moradia, saneamento, pois para que isso ocorra é preciso que as condições de vida possibilitem melhorias no modo de vida e, conseqüentemente, a adoção de estilos de vida mais saudáveis.

Segundo Gonçalves (2004), a lógica capitalista, caracterizada pelo democratismo das ações individuais, promove a idéia de que a saúde e a Qualidade de Vida melhoram diretamente a partir da adoção de estilos de vida saudáveis, e isso se torna uma estratégia para controle social. Isso ocorre porque nem sempre são criadas condições que possibilitem aos sujeitos a adoção de hábitos saudáveis, mas é difundida a idéia de que para melhorar a vida, algumas práticas devem ser incorporadas, como se isso dependesse exclusivamente da vontade do sujeito.

Nota-se um empenho dos meios de comunicação para transmissão dessa forma de pensamento, e uma certa omissão dos órgãos de poder, pois através da divulgação da necessidade primária de estilos de vida saudáveis, a maior responsabilidade pela melhoria da Qualidade de Vida individual passa a ser do próprio sujeito. Isso é fortalecido pelo mercado, que

oferece produtos que interferem nessa mudança de hábitos, prometendo a esperada melhoria da Qualidade de Vida.

Esse controle social se expressa na responsabilização do sujeito pelos seus níveis de Qualidade de Vida, processo esse denominado por Gonçalves (2004, p.21) como *culpabilização da vítima*. Dessa forma, o papel dos órgãos de poder muda num sentido de não proporcionar reais melhoras nas condições de vida, mas sim, divulgar formas de ação individuais que venham a colaborar para a adoção de estilos de vida saudáveis. Por exemplo, ao invés de proporcionar uma política de trabalho que possibilite ao sujeito dedicar algumas horas de seu dia à atividade física, simplesmente é fortalecida a necessidade dessa prática, deixando a cargo do indivíduo as formas de realização.

O mesmo ocorre no ambiente profissional privado. Ao invés da empresa criar alternativas para diminuir a ansiedade e a insatisfação do empregado com seu trabalho, simplesmente realiza campanhas anti-tabagismo ou anti-alcoolismo, desconsiderando as razões sociais que causam esse vícios, que podem estar ligadas inclusive, à própria vida profissional do funcionário (FREITAS, 2006).

Logo, existe um limite de responsabilização do sujeito frente a seus níveis de Qualidade de vida, devido às possibilidades de escolha de hábitos e estilos de vida. Porém, a amplitude de escolhas deriva das condições que o ambiente oferece ao sujeito, desde opções de consumo, até noções de necessidades e desejos, visto que tudo isso deriva da sociedade que cerca o ator.

O que é necessário para uma boa vida é estabelecido, num primeiro momento, pelo ambiente físico-social, e posteriormente, pelas escolhas do sujeito para sua própria vida. A partir desse ponto, o que ele consegue ou não realizar é decorrente das oportunidades disponíveis e também de seu esforço frente às oportunidades que sua condição de vida o oferece.

Uma boa percepção de Qualidade de Vida dependerá das possibilidades que tenham as pessoas de satisfazer adequadamente suas necessidades fundamentais. Isso se liga à capacidade de realização individual, dependente das oportunidades reais de ação do ator social (BARBOSA, 1998). Ou seja, uma boa ou má percepção sobre a vida é relativa à Qualidade do ambiente em que se encontra o sujeito. Ao oferecimento de condições de realização e de satisfação das necessidades básicas que a própria sociedade estipula como essenciais, e que o interessado toma e deseja, ou não, como verdade para sua própria vida.

Os desejos manifestam a relação psicológico-emocional e subjetiva com as necessidades e as carências. Descrevem um tipo de necessidade que a sociedade atribui aos seus membros em geral, e que o sujeito adota como indispensáveis (BARBOSA, 1998).

A esfera subjetiva de percepção considera a idéia de felicidade e satisfação dos desejos. Um indivíduo se considera com boa Qualidade de Vida se consegue realizar as aspirações criadas por sua sociedade e por suas escolhas frente às possibilidades que o universo social lhe oferece. Ou seja, as possibilidades de consumo e escolha que são estipuladas objetivamente pelo meio social.

Portanto, a percepção de níveis de Qualidade de Vida toma-se como algo amplo, que não pode ser estipulado somente com análises globalizantes. Indicadores objetivos têm funções de traçar perfis de grupos sociais, úteis para intervenções em populações, porém, não expressam a percepção e situação individual frente às próprias vidas dos atores sociais.

De fato, uma boa ou má Qualidade de Vida depende da percepção que o sujeito toma para seu existir biológico e social, sendo dependente de suas ações e do ambiente que o cerca. Segundo Barbosa (1998), essa noção deve ser analisada a partir da percepção que os sujeitos possuem do seu viver, associada às transformações ambientais e às necessidades básicas sentidas.

A condição de Qualidade de Vida está intimamente, mas não integralmente, ligada à área da saúde. As intervenções nesse campo se dão, numa primeira e importante instância, em alterações e melhorias do estilo de vida das pessoas (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Por isso ocorre esse processo de culpabilização da vítima, pois a transmissão de responsabilidade pelas condições de saúde, das políticas públicas para a ação individual do sujeito, se faz vantajosa para os órgãos de poder, que além de se omitirem de melhorar as condições de vida, agem de forma economicamente mais interessante em outros setores.

Para analisar os níveis de Qualidade de Vida de grupos ou sujeitos é preciso, sempre, considerar as variáveis de condição, modo e estilo de vida que o cercam. O quadro gerado por essas perspectivas irá estabelecer a forma de vida do sujeito.

Portanto, é necessário um olhar crítico em relação às abordagens referentes a Qualidade de Vida que se apóiam única e exclusivamente na adoção de hábitos saudáveis (vide reportagem citada no item 2.1 deste trabalho – PEREIRA; TARANTINO, 2006). Essa perspectiva reducionista direciona a responsabilidade por tais condições de forma tendenciosa e

vantajosa para os órgãos de poder e, principalmente, para o mercado que se nutre desse filão, como por exemplo, a venda de possibilidades e produtos vinculados à prática periódica de atividade física.

2.5. Qualidade de Vida, saúde e atividade física

Independentemente da esfera de concepção adotada, do instrumento indicador utilizado, ou do conceito adotado sobre Qualidade de Vida, existe uma íntima relação entre este campo de conhecimento, a área da saúde e a prática de atividade física. Embora haja certa prevalência, principalmente nos instrumentos indicadores, de uma abordagem de saúde mais próxima da área médica (GARCIA, 2002), a abrangência desse elemento se apresenta de forma bem ampla, relacionada a aspectos físicos, emocionais, de relacionamentos, ligada ao bem-estar. De toda forma, essa relação se apresenta como o primeiro referencial de percepção.

Para análise mais específica sobre essa relação, a saúde é definida como “um estado de amplo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças e enfermidades” (Organização Mundial de Saúde, 1995). Compreendida dessa forma, é um processo instável, sujeito a mudanças rápidas e fortemente influenciado por ações do sujeito e do ambiente. Não apenas um estado físico puro e objetivo que apresenta funções orgânicas intactas, tem também uma dimensão subjetiva, individual, psíquica, mental e social (WEINECK, 2003).

A relação entre saúde e Qualidade de Vida depende da cultura da sociedade em que está inserido o sujeito, além de ações pessoais (esfera subjetiva) e de programas públicos ligados à melhoria da condição de vida da população (esfera objetiva). O estado de saúde é um indicador das possibilidades de ação do sujeito em seu grupo, se apresentando como um facilitador para a percepção de um bem-estar positivo ou negativo. É influenciado pelo ambiente, estilo de vida, biologia humana e organização do sistema de atenção à saúde em que o sujeito está inserido.

A noção de saúde se faz como uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). As necessidades de saúde como uma das vertentes de Qualidade de vida não podem ser separadas dos movimentos sociais urbanos e nem da dimensão da cidadania (BARBOSA, 1998).

Essa relação (saúde / Qualidade de Vida) compõe-se dos seguintes elementos (VILARTA; GONÇALVES, 2004a, p.42):

Domínios funcionais:

- Função física;
- Função cognitiva;
- Envolvimento com as atividades da vida;
- Avaliação de saúde subjetiva.

Domínios do bem-estar:

- Bem-estar corporal;
- Bem-estar emocional;
- Autoconceito;
- Percepção global de bem-estar.

Devido a essas características, o estado de saúde de um sujeito sofre influências de inúmeras variantes, desde a subjetividade e relatividade do conceito e dos limites aceitos em determinada sociedade, até elementos físicos, sociais, ecológicos, de hábitos pessoais, entre outros. Por isso, os estados de saúde e doença de um indivíduo não podem ser atrelados a somente uma forma de influência (por exemplo, alimentação), pois se configuram numa interligação contínua, que depende tanto das ações individuais quanto de políticas públicas (SEIDL; ZANNON, 2004).

Pela relação e semelhança quanto aos processos de percepção de saúde e Qualidade de Vida (ambos ligados a aspectos objetivos e subjetivos de percepção), a análise do primeiro conceito pode ocorrer da mesma forma com que a do segundo. Inicialmente será estabelecida uma associação entre aspectos objetivos e saúde, através de políticas públicas e questões de nível socioeconômico, e num segundo momento a atenção será direcionada a questões ligadas aos hábitos individuais e estilo de vida dos sujeitos.

Conforme já abordado nesse trabalho (item 2.4. Estilo, modo e condição de vida como constituintes da Qualidade de Vida. As relações entre as esferas objetivas e subjetivas de percepção), a Qualidade de Vida têm íntima ligação com os aspectos socioeconômicos de determinada população, que configurarão a condição de vida dos sujeitos integrantes da mesma. Existe uma relação direta entre essas variáveis e condições de saúde, expressada e comprovada por instrumentos indicadores objetivos (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Tais condições são determinadas pelas possibilidades de acesso aos cuidados à saúde que são disponibilizados à população. Deslandes (2004) cita duas abordagens político-

organizacionais referentes à organização desses serviços: prevenção em saúde e promoção da saúde. A primeira diz respeito ao incentivo da associação direta e predominante entre os hábitos do sujeito e sua condição de saúde. Essa linha de intervenção se apóia numa concepção de responsabilização do sujeito pelo seu estado de saúde (responsabilização da vítima), pois se aplica em um modelo médico hegemônico, centrado no atendimento de doentes e divulgação de hábitos positivos à manutenção de bons níveis de saúde. Apresenta limites para uma atenção comprometida com a efetividade, equidade e necessidades prioritárias, ainda que possa proporcionar uma assistência de qualidade em determinadas situações. A segunda surge primeiramente na Conferência de Ottawa em 1986¹, através de iniciativa da responsabilização múltipla, que uniria esforços voltados à promoção da saúde advindos: do Estado (por meio de políticas públicas saudáveis), da comunidade, de indivíduos, do sistema de saúde e de parcerias intersetoriais (BUSS, 2000). A partir desse período, são valorizados na promoção da saúde (DESLANDES, 2004, p. 02):

- Políticas públicas saudáveis;
- Fortalecimento dos recursos de saúde comunitários;
- Ambientes favoráveis à saúde;
- Desenvolvimento de habilidades pessoais;
- Redefinição dos serviços de saúde.

Esse modelo lida com a idéia de totalidade, definindo saúde como uma questão social ampliada, além de incorporar a ação individual. Na idéia de promoção da saúde, um estilo de vida tido como positivo é importante, assim como a prática de atividades físicas e esportivas. Porém, isso é uma parte do processo de integração entre vários fatores, e não a única solução.

Essas abordagens representam a organização da atenção à saúde da população, estabelecendo processos e possibilidades de acesso a esses cuidados. É de responsabilidade do Estado, assim como a preocupação de proporcionar possibilidades de acesso a bens de consumo tidos como indispensáveis na sociedade contemporânea: educação, transporte, moradia, alimentação, saneamento básico, e, claro, cuidado à saúde clínica. As probabilidades de alcance e consumo desses elementos por parte dos sujeitos implicam nas possibilidades dos mesmos adotarem diferentes formas de estilos de vida, buscando os padrões saudáveis de sua sociedade, devido à associação e dependência de realização destes hábitos aos aspectos socioeconômicos do ambiente.

¹ 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1986 em Ottawa, Canadá.

Em relação aos hábitos individuais e estilos de vida dos sujeitos, a esfera subjetiva de cuidados à saúde diz respeito ao impacto dos costumes cotidianos do indivíduo perante sua vida. Entre os comportamentos ditos como saudáveis na sociedade contemporânea, Vilarta e Gonçalves (2004a, p. 47) destacam:

- Adotar hábitos alimentares que respeitem as necessidades biológicas de regularidade de ingestão de nutrientes (distribuir a quantidade total de alimentos ingeridos em várias refeições ao longo do dia);
- Respeitar as necessidades específicas de nutrientes para cada etapa da vida (considerar as demandas por vitaminas, minerais, água, carboidratos, lipídeos, ou proteínas de acordo com o estado fisiológico, por exemplo, adolescentes, gestantes, atletas e crianças);
- Praticar atividade física apropriada à própria condição fisiológica e com regularidade;
- Controlar o estresse físico e emocional com técnicas específicas às expectativas e os objetivos de cada pessoa;
- Envolver-se em ações comunitárias estabelecendo laços de apoio e convívio familiar e social;
- Dedicar-se ao lazer não-sedentário, baseado em ações que envolvam atividade esportiva, *hobbies* ou trabalho voluntário.

Nota-se que dentre as ações listadas pode-se observar aspectos voltados à alimentação, relacionamentos sociais e práticas sistemáticas de atividade física. Como o foco deste trabalho reside nas relações entre a prática esportiva e a Qualidade de Vida, faz-se de fundamental importância uma reflexão sobre o impacto desse tipo de atividade sobre essa percepção humana, assim como aspectos sociais envolvidos com tal prática. Porém, é preciso não ignorar o fato de que a adoção de hábitos saudáveis depende sim da atitude e adequação do sujeito a uma rotina apropriada, desde que suas condições de vida proporcionem a opção de escolha por parte do mesmo. Por exemplo, é utópico falar em prática periódica e freqüente de atividade física sistematizada para um sujeito que mal consegue realizar três refeições diárias e não tem acesso a bons sistemas de atenção à saúde clínica. A adoção de um estilo de vida tido como saudável depende de acesso à informação, oportunidades para prática de atividade física e hábitos positivos, apoio socioeconômico e atitude para mudança de comportamento (NAHAS, 2001).

A atividade física é colocada na sociedade contemporânea como uma ponte segura para melhores situações de saúde. É uma função bastante ampla atribuída a um único conceito, sintetizando a abrangência das inúmeras conseqüências do mesmo sobre o organismo humano. Porém, esse termo é utilizado de maneira generalizante, pois é possível que seja

direcionado ao controle do estresse, assim como uma prática anti-sedentária, como também para fins estéticos ou de melhora de performance atlética (LOVISOLO, 2002).

Com o intuito de apresentar uma definição acerca do termo Atividade Física, apresenta-se três opções, sendo que duas apontam para um sentido semântico de qualquer prática corporal que gaste mais energia do que o estado de repouso (NAHAS, 2001; CARVALHO, 2001), enquanto uma terceira estabelece a necessidade de racionalização e sistematização da prática (LOVISOLO, 2002).

O termo atividade física carrega toda e qualquer ação humana que comporte a idéia de trabalho como conceito físico. Realiza-se trabalho quando existe gasto de energia. Esse gasto ocorre quando o indivíduo se movimenta. Tudo que é movimento humano, desde fazer sexo até caminhar no parque, é atividade física (CARVALHO, 2001, p. 69).

“É uma característica humana que representa qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética, que resulte num gasto energético acima dos níveis de repouso. Inclui atividades da vida diária, do trabalho e do lazer” (NAHAS, 2001, p. 30).

“[...] a atividade física refere-se a motivos e intenções de movimento ou conservação das capacidades físicas, e implica um plano de ações racionalizadas ou sistematizadas (...) controlada e corrigida por especialistas” (LOVISOLO, 2002, p. 281).

Para este trabalho, serão adotadas como significado de atividade física as duas primeiras definições, que expressam esse termo como o movimentar-se humano. Dessa forma é possível que, ao abordar esse tipo de prática, sejam englobados desde a realização de trabalhos cotidianos, quanto de atividades planejadas e sistematizadas e a prática esportiva. Essa opção se dá com o intuito de apontar a necessidade de, ao realizar reflexões sobre atividade física, especificação sobre que tipo de prática se faz menção, como por exemplo, *atividade física moderada como prática anti-sedentária*, ou *atividade física ligada ao treinamento esportivo*.

Por outro lado, embora adote uma concepção diferenciada de atividade física, as reflexões de Lovisolo (2002) denunciam a existência de mitos ou crenças ligadas à atividade física e saúde. Para a abordagem realizada sobre o trabalho desse autor, seu conceito de atividade física (mais específico do que os de Carvalho e Nahas) não se coloca como um empecilho ou como fator de incompatibilidade teórica, visto que essa conceituação se encaixa na esfera de abrangência da definição de atividade física adotada, pois se caracteriza como uma das

possibilidades de entendimento sobre o termo em questão (atividade física de forma sistematizada).

Carvalho (2001) também denuncia a existência de um mito na sociedade contemporânea que associa atividade física com saúde, promovido especialmente pelos meios de comunicação. Nesse contexto, a idéia de que atividade física está diretamente relacionada com uma boa saúde é literalmente vendida, segundo a autora, como uma prática generalizante e que cultua estereótipos de boa forma física e saúde. Essa idéia pode ser até comprovada por métodos científicos, porém, é preciso considerar esse elemento como de função coadjuvante nesse processo, pois, como já descrito nesse trabalho, a saúde é um complexo de vários componentes que interagem e exercem influência sobre o resultado final.

Faz-se necessária certa reflexão (LOVISOLO, 2002): Qualquer tipo de atividade física é benéfico para a manutenção da saúde? A mesma forma de atividade física serve tanto para diminuir o estresse quanto para proporcionar melhora de performance atlética? A simples ausência de sedentarismo garante um bom quadro de saúde?

Inicialmente, torna-se necessário definir os limites e fronteiras sobre sedentarismo. Nahas (2001) classifica que um sujeito sedentário é o que não produz gasto energético mínimo de 500 Kcal/semana, ou seja, que não pratique atividade física por 30 minutos, cinco vezes por semana. Essa definição, baseada em gasto energético ou periodicidade da prática se faz um tanto quanto genérica, pois conforme o próprio autor supracitado salienta, ao adotar essa concepção é preciso não ignorar as ações corporais dos sujeitos em seu dia-a-dia, inclusive em momento de trabalho.

Ao considerar tais realizações, estabelece-se que qualquer forma de movimento corporal seja benéfica para a saúde, desde que compreenda 30 minutos do dia do sujeito, e isso pode ser considerado um equívoco, pois existem diversas práticas de atividade física, desde caminhadas leves, até trabalhos com peso ou um treinamento intenso de um triatleta, com efeitos diversos sobre o organismo, assim como seu benefício ou malefício à saúde (LOVISOLO, 2002).

Ao levar em consideração a multiplicidade de formas de atividade física e suas conseqüências para o bem-estar do sujeito, para a manutenção ou melhoria dos quadros de saúde, é necessário que essa prática seja adequada às condições e expectativas individuais, assim como o local, os processos e o ambiente em que ocorre. Por isso, a concepção de anti-sedentarismo, que

orienta para que o indivíduo se movimente independente da forma de atividade, aponta para um passo inicial para campanhas pró-atividade física, mas não o trabalho suficiente. O ideal, para um estilo de vida tido como saudável, seria a adoção de práticas de atividade física sistematizada, considerando toda a condição de vida e saúde do sujeito. Porém, como nem tudo acontece próximo do ideal, o que se observa é uma realidade pautada pelo acesso um tanto quanto restrito dessa forma de prática a algumas camadas da sociedade, devido a critérios socioeconômicos. Por isso, a questão do sedentarismo apresenta um quadro no qual a idéia de movimentar-se, independente da forma e processos adotados, tenha certa validade e impacto positivo sobre a saúde dos sujeitos, incorporando, infelizmente, o sentimento de que é melhor isso do que nada.

Por outro lado, Lovisolo (2002) atenta para o fato de que classes socialmente privilegiadas também apresentam altos índices de sedentarismo, mesmo com a divulgação de que um estilo de vida saudável e as condições de saúde são diretamente dependentes da prática de atividade física. O autor aponta para uma tese ligada ao aumento do avanço tecnológico, que, por um lado, é benéfico à Qualidade de Vida dos sujeitos, facilitando a comunicação e tornando a vida mais ágil e segura, mas que privilegia a substituição do esforço humano pelo da máquina. Essa idéia é compartilhada por outros autores, que denunciam um menor uso da força humana no decorrer do tempo na sociedade contemporânea (MONTEIRO; LÉO; GONÇALVES, 2004).

Avanços tecnológicos apresentam uma relação ambígua frente à prática cotidiana de atividade física na sociedade contemporânea. Podem tanto ser um fator de estímulo tanto à inatividade (com inovações que facilitam atividades do dia-a-dia que demandariam esforço físico, e divulgação e criação de formas de consumo do lazer sedentário), como também a manutenção de um estilo de vida ativo para praticantes já engajados nesse hábito, com produtos ligados à melhoria de condições de prática.

Nesse aspecto, nota-se um filão de mercado que visa desde desenvolver produtos que melhorem as condições de prática (como isotônicos ou calçados apropriados), até artigos que criam novas atividades (bicicletas para ciclismo indoor). De toda forma, os avanços tecnológicos estabelecem aos consumidores praticantes algumas novas necessidades, como roupas com tecidos especiais ou materiais que prometem melhora de performance, que, se utilizados de forma adequada, e com consciência de que não é o produto que promove a prática, mas sim o sujeito, podem colaborar para manter o interesse e a inserção desse hábito presente no estilo de vida, o que pode ser favorável à Qualidade de Vida (MARQUES, 2007, p. 145).

A influência da tecnologia sobre os hábitos de atividade física é um dos inúmeros aspectos que inter-relaciona essa ação humana com Qualidade de Vida. A questão

abordada numa reflexão acerca das relações entre saúde, atividade física e Qualidade de Vida não é de causalidade direta entre as partes, tida como consenso na sociedade contemporânea, mas sim, a forma, intensidade e o impacto com que se estabelece essa inter-relação. O foco da reflexão não é abordar se a atividade física colabora ou não com a melhoria dos quadros de saúde, mas sim, que tipo de atividade, e em que contexto se faz positivo ou negativo a esse processo.

Autores como Nahas (2001), Tani (2002) e Lovisolo (2002) salientam diferenças entre formas de atividade física (exercício e atividade, práticas leves e intensas, treinamento e prática voltada ao bem-estar), que se fazem importantes devido aos diferentes impactos causados pelas variadas formas de práticas sobre o organismo e também sobre o convívio social dos sujeitos. Pode-se diferenciar as formas de atividade física como ligadas a momentos de trabalho e não-trabalho (CARVALHO, 2001). Essa proposta estabelece um parâmetro para compreensão desse termo, pois especifica que, embora em momentos diferentes, é possível a prática de atividade física. Por outro lado, abre a possibilidade de interpretação para um campo em que a prática tenha sentido profissional, como por exemplo, atletas de alto rendimento.

Nahas (2001, p. 33) chama atenção para uma variável que se relaciona com a prática de atividade física, a Aptidão Física, definida como “a capacidade que um indivíduo tem para realizar atividade física. Deriva da hereditariedade, estado de saúde, alimentação e prática regular de exercícios físicos”. Pode estar relacionada à melhora de performance, contribuindo para um bom desempenho em tarefas específicas, trabalho ou esporte; ou à saúde, lidando com prevenção de doenças e busca de maior disposição para atividades do dia-a-dia, exercendo influência sobre o bem-estar.

Pode-se diferenciar formas de atividade física de acordo com o sentido dado à prática, seu significado e motivação. Dessa forma, é possível elencar duas categorias que podem ocorrer tanto em momentos de trabalho como de não-trabalho do sujeito praticante, e acabam por influenciar sobre a aptidão física do sujeito, de forma voluntária ou involuntária:

(a) Atividade física ligada à incorporação da mesma ao estilo de vida: Práticas sem o intuito de alcançar os limites de alto rendimento físico do organismo, privilegiando o anti-sedentarismo, prazer pela prática e socialização. Podem ou não ser sistematizadas, embora não excluam o sentimento de esforço e cansaço.

(b) Atividade física ligada ao treinamento e melhora de performance atlética: Práticas que buscam estabelecer melhores patamares de limite de realização de performance atlética. Ocorrem (ou pelo menos deveriam) de forma sistematizada, com controle da intensidade, buscando segurança e bem-estar do sujeito. Nessa categoria são englobadas situações de treinamento esportivo, estético, com auxílio de controle das variáveis do treino e efeitos deste sobre o organismo.

Os diferentes tipos de atividade física apontados nessa divisão caracterizam uma heterogeneidade perante o sentido e efeitos de sua prática, mas, de toda forma, lidam com a melhora do bem-estar do sujeito. Esse quadro fundamenta o risco em generalizar afirmações referentes à relação atividade física e saúde, pois, por exemplo, atividades voltadas à melhora de performance, visando um trabalho físico próximo do patamar de limite de realização do sujeito, não se fazem interessantes para um indivíduo sedentário iniciante em atividade física, podendo até gerar um impacto negativo sobre sua saúde (NAHAS, 2001; WEINECK, 2003).

Portanto, ao relacionar atividade física e saúde é preciso considerar o contexto *sujeito - aptidão física – sentido - objetivos da prática*, para que a atividade seja adequada às condições e intenções do praticante.

Com essa conclusão é possível afirmar que existe uma relação muito íntima entre a prática constante de atividade física e a condição de saúde, porém essa associação só se dá de forma positiva se ambas forem compatíveis entre si e com a realização prática do sujeito e seus objetivos, não esquecendo que a saúde é um todo complexo que engloba inúmeros fatores, dentre eles, a atividade física.

Nesse quadro, o profissional de Educação Física e esporte atua diretamente sobre o estilo de vida dos sujeitos, promovendo práticas saudáveis e periódicas de atividade física. Porém, existe a necessidade desse sujeito considerar as condições de vida dos indivíduos praticantes, promovendo práticas adequadas às suas possibilidades de acesso a bens materiais, e, sempre que possível, auxiliar na melhora dessas variáveis (GONÇALVES, 2006).

Intervenções sobre a Qualidade de Vida de um sujeito ou de um grupo lidam com a melhora do bem-estar e, principalmente, com a possibilidade de autonomia por parte do indivíduo (VILARTA; GONÇALVES, 2004a). A proposta de atividade física como uma forma de melhoria do bem-estar e Qualidade de Vida exige atenção do profissional tanto em relação ao impacto desta sobre a saúde clínica quanto social e emocional, pois a autonomia pessoal é fruto

de boa condição de saúde, relacionamentos pessoais e capacidade de realização prática das expectativas individuais.

Porém, o que se vincula na mídia é uma generalização deste tema, que se faz interessante para um mercado próprio sobre atividade física e saúde (CARVALHO, 2001). Isso justifica a análise realizada no item 2.1. (Qualidade de Vida: uma área de conhecimento em processo de definição) deste trabalho, que denuncia um reducionismo de cuidados com a Qualidade de Vida somente a ações individuais, e quando se trata de atividade física, à prática ligada simplesmente à movimentação genérica do corpo.

Esse mercado se aproveita de um padrão de vida sedentário presente na sociedade contemporânea e divulga o mito de que atividade física é uma solução salvadora e milagrosa para inúmeros males. Na verdade, se apresenta como um dos vários hábitos tidos como saudáveis e formadores de um estilo de vida positivo. O mercado que se cria a partir disso lida com materiais para a prática, meios de divulgação de hábitos saudáveis ou eventos com esse fim, serviços técnicos de especialistas na área, produtos alimentícios que prometem melhora de performance, entre outros.

Um dos pilares desse mercado se expressa no esporte e na transformação desse fenômeno em produto. Isso ocorre principalmente na divulgação dos mitos *esporte é saúde*, *esporte salva das drogas*, entre outros, e na infinidade de produtos ligados a esse universo.

Um olhar crítico sobre essa ação midiática se faz interessante (CARVALHO, 2001), pois é necessário salientar uma relação complexa entre Qualidade de Vida, saúde e atividade física, que se expressa numa análise dos objetivos, possibilidades, condições de vida e de realização do sujeito, adequando a prática ao estilo de vida de forma crítica, consciente e positiva à saúde clínica, emocional e social.

Toda forma de atividade em que há troca de informação entre seres humanos está sujeita à transmissão de valores morais, que influenciarão na formação do sujeito e na sua perspectiva perante a própria vida. Uma forma de prática que exerce influência sobre a Qualidade de Vida dos sujeitos é o esporte, pois se trata de uma categoria de atividade física que pode promover alterações tanto nas condições e modo (através de possibilidade de ascensão social), quanto estilo de vida através da prática periódica.

O esporte contemporâneo apresenta uma característica mercadológica muito presente, que deve ser considerada de forma crítica e consciente pelos profissionais e educadores

envolvidos com esse fenômeno. Por esse motivo, o próximo capítulo desse trabalho se destina a uma contextualização do esporte como fenômeno sócio-cultural que está presente na vida da sociedade contemporânea como um universo complexo que transmite valores através de suas práticas (MARQUES, 2005).

Como é um campo em processo de definição, é possível observar direcionamentos e definições distintas para Qualidade de Vida. Neste trabalho, será considerada como uma área complexa, que se pauta na multidisciplinariedade e circula tanto em esferas subjetivas quanto objetivas de percepção individual sobre a qualidade da própria vida. Essa complexidade pode ser observada, por exemplo, na definição da OMS para Qualidade de Vida, que contempla as concepções de subjetividade dos indivíduos e objetividade das condições materiais.

3. A SOCIOLOGIA DO ESPORTE E A COMPREENSÃO DO FENÔMENO MODERNO

A razão de se estudar esporte é criar um entendimento a seu respeito que satisfaça as premissas e necessidades culturais atuais, compreendendo o papel de suas formas de manifestação e os valores transmitidos por essa prática sobre a sociedade (BENTO, 2004a).

Sendo um importante elemento cultural da sociedade contemporânea, o esporte exerce influência sobre o estilo de vida das pessoas tanto através da prática de atividade física quanto de formas de consumo. Analisar este fenômeno se faz útil e necessário para aumentar as possibilidades de compreensão social, no caso deste trabalho, através de uma reflexão acerca das relações entre práticas esportivas e Qualidade de Vida.

Com este intuito, alguns passos serão percorridos neste capítulo: caracterização da área de sociologia do esporte e descrição de perspectivas históricas sobre a gênese do esporte moderno. Dessa forma, busca-se uma delimitação do campo de estudos sociais referentes ao fenômeno esportivo moderno e um embasamento teórico para a posterior análise sobre a gênese e características do esporte contemporâneo.

3.1. Um olhar sociológico para o esporte

O esporte se configura como um fenômeno sócio-cultural complexo, no qual inserem-se diversas formas de manifestações que podem ser focadas por inúmeros olhares. A área de pesquisa em Ciências do esporte se apresenta como um campo extenso de conhecimento que abarca influências desde ciências humanas (pedagogia, sociologia, psicologia, entre outras), quanto biológicas (fisiologia, bioquímica, entre outras) e exatas (estatística, biomecânica, entre outras), além de manifestações em que estas se apresentam interligadas (treinamento esportivo, por exemplo). Por esse motivo, os estudos sobre esporte têm que considerá-lo como um fenômeno plural, polissêmico e polimorfo, abarcando todos os ambientes de manifestação (BENTO, 2004a).

Na tentativa de estabelecer relações de influência entre esporte e Qualidade de Vida, o pesquisador depara-se com a amplitude e generalidade desses dois campos, ou seja,

ambos têm características multidisciplinares que dificultam uma análise total do objeto e exigem direcionamento para uma análise.

Neste trabalho, o enfoque adotado se dá nas ciências humanas, mais especificamente no campo da sociologia como referencial teórico e indicador de elementos constituintes. Essa área de conhecimento se compõe das relações sociais entre os homens, ou seja, como eles se organizam socialmente para produzir bens, transmitir cultura e para garantir a sobrevivência e a reprodução da própria sociedade, analisando tanto a permanência como a mudança social (BETTI, 1997).

A sociologia se ocupa do esporte como objeto desde o século XIX, diante de questões como a origem, as relações culturais e religiosas que permeiam esse fenômeno. Tanto fornece subsídios para a sociologia do esporte quanto recebe contribuições dessa para suas diversas disciplinas temáticas (PILZ, 1999).

Como ciência ou disciplina autônoma da sociologia, a sociologia do esporte desenvolveu-se de fato apenas na segunda metade dos anos 70. É característico que ela tenha nascido, por um lado, de interesses especificamente sociológicos e, por outro lado, a partir de um processo de diferenciação dos interesses no próprio esporte. Esse processo continha tanto uma base prática no esporte institucional, quanto uma base teórica na então nascente ciência do esporte como ciência aplicada. Dessa forma, a sociologia do esporte encontra-se no cruzamento dos interesses do esporte, da ciência do esporte e da sociologia (PILZ, 1999, p.4).

Como um fenômeno social, o esporte incorpora a produção cultural humana através de manifestações corporais, fruto da busca do Homem de satisfazer suas necessidades. Reconhecê-las como sociais implica englobar a reflexão sobre seu valor e intenção (ASSIS DE OLIVEIRA, 2001).

“O trabalho do sociólogo consiste em estabelecer as propriedades socialmente pertinentes que fazem com que um esporte tenha afinidades com os interesses, gostos e preferências de uma determinada categoria social” (BOURDIEU, 1990, p. 208).

A principal contribuição da sociologia do esporte é o apontamento para possibilidades de adoção de políticas e programas de Educação Física/esporte baseados na pluralidade e necessidades específicas de cada público e ambiente (BETTI, 1997). É nesse sentido que este trabalho procura associar questões pertinentes à heterogeneidade presente no esporte com diferentes formas de percepção de Qualidade de Vida.

Para uma compreensão sociológica acerca desse fenômeno, a gênese do esporte é uma questão que se coloca como um importante ponto de partida. Porém, depende de referenciais específicos, pois sendo um enfoque sócio-histórico, que se apóia em ciências humanas, está aberto a diferentes análises e interpretações de um mesmo tema ou evento.

Nesse processo, é importante considerar que, enquanto objeto de estudos, o esporte tem sua evolução, valores e conquistas atrelados à sociedade em que se insere, ou seja, é uma prática que deve ser contextualizada nos diferentes grupos sociais nos quais se desenvolveu e ainda nos dias de hoje se desenvolve (REIS; ESCHER, 2006).

As práticas esportivas não se apresentam da mesma forma durante o tempo, elas são marcadas por apropriações de que foi objeto e especificidades impostas por agentes sociais (MARCHI JR, 2002). Ou seja, é necessário considerar as particularidades das sociedades que vivenciaram ou vivenciam o esporte, e, conseqüentemente, o transformaram ou o transformam de acordo com sua própria história, cultura e valores.

É nesse aspecto que mora o centro dos estudos da sociologia do esporte, as características sócio-históricas que o classificam como um universo de valores, que se transforma de acordo com a sociedade em que está inserido. Por esse motivo, o objeto dessa área de conhecimento são as variáveis que trilharam e trilham as transformações sociais desse fenômeno e os impactos ou influências dessas sobre os hábitos dos indivíduos que tomam contato com esse universo, ou seja, as inter-relações entre objeto e sociedade.

Por se tratar de um fenômeno amplo, com inúmeras formas de manifestação e presente de forma marcante na sociedade contemporânea, a conceituação e definição dos limites do termo *esporte* se apresentam como tarefas complicadas, pois existe o risco tanto de limitar sua compreensão e abrangência através de um conceito fechado, como de dizer muito e não significar nada, através de uma definição muito abrangente. De toda forma, o esporte deve ser visto como um fenômeno sócio-cultural a ser analisado de forma complexa, com um sistema de normas, valores e representações que encontram sua orientação em aspectos mais amplos da sociedade.

São apresentadas algumas possibilidades de definição acerca do termo *esporte*, na tentativa de estabelecer limites e fronteiras para as análises a serem realizadas. A definição deve englobar ações de generalidade, abarcando diversas formas de manifestação e de especificidade, excluindo o que não se insere no objeto a ser definido (STIGGER, 2005). Essa busca por corporificar o fenômeno é um primeiro passo para sua compreensão sócio-histórica.

Legalmente, o termo utilizado no Brasil para referenciar este universo, a partir de 1941, por influência portuguesa, é *desporto*. Porém, devido sua universalidade e incorporação do termo inglês *sport* no linguajar do povo brasileiro, é preferível o uso do termo *esporte* em nosso país (TUBINO, 1999).

Nesse processo de delimitação acerca do termo referente ao fenômeno *esporte* são apresentadas definições de alguns autores da área:

Uma ação social institucionalizada, convencionalmente regrada, que se desenvolve com base lúdica em forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, através de uma comparação de desempenhos, designar o vencedor e registrar o recorde (BETTI, 2002, p. 29).

O esporte – qualquer que seja – é uma atividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes. Exige um certo tipo de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova. Mas todos os tipos de esportes têm funções específicas para os participantes, para os espectadores ou para os respectivos países em geral. Quando a forma de um desporto fracassa na execução adequada destas funções, as regras podem ser alteradas (ELIAS, 1992c, p. 230).

Nota-se que tais definições buscam uma generalização acerca das práticas esportivas, independente de modalidades específicas. É possível observar o destaque para o caráter competitivo do esporte, que permite afirmar que se caracteriza como parte inerente desse universo. Assim como a noção de confronto e superação de objetivos pautada em regras que delimitam as possibilidades de ação.

Outro ponto importante das definições apresentadas é o estabelecimento de regras de forma organizada e institucionalizada, o que gera separações de poder e controle frente à prática, e se configura como um diferenciador entre jogos populares e esporte. Uma característica não unânime entre os autores citados é o uso do corpo na prática esportiva, o que gera certas dúvidas a respeito de algumas modalidades, como o jogo de xadrez que, por exemplo, é ou não esporte?

Essa questão pode ser respondida com uma análise sobre o caminho histórico percorrido pelo esporte até os dias de hoje, mas, adiantando uma conclusão a esse respeito, para a definição acerca do termo *esporte* nesse estudo, com base na literatura consultada, a atividade física assume um papel relevante e indispensável à prática esportiva, orientando para uma

definição de objeto. Tanto tomando como origem do esporte as manifestações de jogos antigos, quanto as institucionalizações ocorridas na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, o uso do corpo na prática se apresenta como uma ação inerente e primordial de caracterização desse fenômeno.

Com embasamento nas definições expostas até o momento, neste estudo o termo *esporte* será delimitado como: Um fenômeno sócio-cultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal. Essas práticas podem ou não se expressar através de confrontos diretos entre sujeitos, mas sempre expressam o desejo de realização do ser humano que encarna a necessidade, entre outras, de emocionar-se, superar-se, jogar, brincar e comunicar-se.

3.2. A gênese do esporte moderno

Seguindo esse processo de análise social do esporte, um ponto importante após sua conceituação é a busca por origens históricas desse fenômeno. Tal resgate indica razões e sentidos de alguns símbolos e significados do esporte contemporâneo. Para delinear as origens e evolução desse fenômeno torna-se necessário estabelecer alguns critérios para uma análise, a fim de direcionar o olhar de forma mais pontual.

A caracterização do esporte moderno neste trabalho será baseada em três obras de autores diferentes que, com base na sociologia e em seus modelos teóricos, buscaram descrever a gênese e configuração deste fenômeno.

Dessa forma, será realizada uma breve descrição das três obras, abordando tanto a base teórica dos autores, quanto o tratamento que estes deram ao fenômeno esportivo.

Os autores em questão são Allen Guttmann, Norbert Elias e Eric Dunning, e Pierre Bourdieu. Tais autores apresentam pontos comuns e divergentes, que de toda forma contribuem para a compreensão do objeto deste trabalho.

3.2.1. Guttman e as sete categorias do esporte moderno

Um exemplo de estudo sobre a gênese do esporte moderno é a obra de Allen Guttman: *From ritual to record* (1978), que estabelece a existência de um contexto ou fenômeno *esporte* que perpassa todas as sociedades humanas e se perpetua através das eras. Nesse trabalho o autor busca uma explicação histórica para o esporte moderno a partir de comparações de manifestações culturais de sociedades antigas com esse universo, considerando os jogos populares antigos como formas ancestrais do esporte.

Tais práticas ele define como formas de jogo e, embora cite que a palavra *esporte* não constasse no vocabulário das civilizações estudadas, as atividades em questão encontram-se dentro de sua concepção, como competições físicas com fim em si mesmas, ou seja, sem caráter utilitário, e justifica essa possibilidade de associação a partir da seguinte definição: “Esporte é toda competição que inclua medidas físicas e intelectuais” (GUTTMANN, 1978, p. 07).

Essa perspectiva assume que o esporte moderno é, na verdade, uma adaptação histórica de um fenômeno que sofreu inúmeras influências culturais no decorrer dos tempos, e esteve presente em diversas sociedades humanas.

As formas de esporte analisadas por esse autor são: esportes primitivos, esportes antigos (gregos e romanos), esportes medievais² e esporte moderno. A comparação se dá com base na ausência ou ocorrência, em formas primitivas, de sete categorias que compõem o tipo ideal do esporte moderno (GUTTMANN, 1978, p.16): secularidade; igualdade; especialização; racionalização; burocracia; quantificação; recordes.

Quanto à primeira categoria (secularidade), o autor assume que as formas analisadas, embora estivessem inseridas em sociedades com tendências seculares³, tinham suas práticas vinculadas à ritualização, com fins religiosos. O autor acredita que os esportes antigos tinham ligações com o sagrado, pois eram esses motivos que davam sentido à prática.

Guttman afirma que um fator diferencial entre o esporte moderno e os antigos era esse caráter, visto que o mais recente é totalmente secular. Porém, é um equívoco considerar

² Nota-se que o autor utiliza o termo esporte no plural (*esportes*), o que implica numa compreensão ligada às modalidades esportivas como diferentes esportes e não formas de manifestação de um mesmo fenômeno.

³ Quando um fenômeno passa do plano religioso, ritualizado, para o profano, cientificado, num processo no qual a racionalidade substitui a explicação religiosa (GUTTMANN, 1978).

que essas formas anteriores fossem totalmente ritualizadas. Tanto o esporte grego, como o romano, com predominância do segundo, apresentavam tendências de secularização (PILATTI, 2002). Logo, é perigoso afirmar que as formas analisadas de esporte, exceto o moderno, eram totalmente seculares ou integralmente ligadas à religiosidade. De toda forma, essa categoria expressa um sinal de evolução do esporte.

Para Guttmann o esporte moderno é secular, pois não compreende mais significados religiosos e seu tempo não é ritual. O esporte passou a ser um fenômeno real e não mais transcendental (PILATTI, 2002).

A formatação do esporte moderno está diretamente ligada à mudança de forma de utilização do tempo pelo capitalismo. A mudança, ocorrida no século XVIII, referente à forma de medida do tempo, de formas naturais ao tempo quantificado do relógio, produziu alterações significativas na sociedade da época (PILATTI, 2007). Ou seja, a quantificação do tempo e a racionalização dos fenômenos, produzida pela época de desenvolvimento industrial contribuíram para a desvalorização do sagrado em jogos populares e, conseqüentemente, no esporte moderno, que se formava nessa época.

Nota-se é verdade, manifestações religiosas no esporte moderno e contemporâneo, como por exemplo, a associação folclórica de santos católicos com equipes de futebol. Porém, tais ocorrências não são os motivos que norteiam e dão sentido à prática. Logo, é possível aceitar a secularidade desse fenômeno, motivada por interesses profanos, desprovidos de ligações com o sagrado.

A segunda categoria dessa obra é a igualdade de chances na participação, que se caracteriza por condições de competição iguais para todos os competidores. Tal característica não era observada nos esportes primitivos e teve suas primeiras aparições no esporte grego e romano (GUTTMANN, 1978).

Tal afirmação se justifica por uma mistura entre o misticismo e a falta de necessidade de igualdade em esportes antigos. Isso ocorria pois muitos acontecimentos eram atribuídos aos deuses e, em desigualdade de condições, atribuía-se ao vencedor mais bem dotado o destino sagrado da vitória (GUTTMANN, 1978). Quanto à eminente igualdade de chances presente no esporte moderno, essa deriva da inclusão de regras e pelas transformações sofridas por elas no decorrer da história. Tais regulamentações eram observadas tanto no esporte grego, como romano e principalmente no moderno, porém, podem ser utilizadas tanto para igualar as

condições de disputa, como para torná-la tendenciosa, como, por exemplo, privilégios para aristocratas e burgueses no século XVIII e XIX, amparados pelo amadorismo (PILATTI, 2002).

Cabe salientar que, atualmente, com a existência do esporte de alto rendimento, (profissional), o de lazer (não-profissional) e o escolar, nota-se diferença de condições de performance entre os praticantes desses três universos. Porém, isso não se caracteriza como um fator de desigualdade de chances no esporte. O fato é que essa característica específica se apresenta, entre outras formas, através de regras e categorias de disputa, diferenciadas por gênero, idade, peso e experiência, que visam aproximar ao máximo as condições de rendimento atlético dos competidores.

Quanto à terceira categoria, a especialização, resulta da intenção de direcionar o atleta para as questões meramente ligadas à produção esportiva, eliminando ocorridos da vida cotidiana que podem atrapalhar a performance. Com início nos gregos e ausência nos esportes medievais, a especialização se apresenta como a geradora do profissionalismo moderno, e também o símbolo da adequação de aptidões físicas à prática esportiva (PILATTI, 2002).

Já a racionalização é uma importante categoria para identificar uma forma esportiva como moderna. Ela lida com a definição das regras e condições de prática, que ditam as possibilidades de ação para se chegar às finalidades da disputa (GUTTMANN, 1978). Um exemplo dessa ação é a transformação da “caça medieval” em “caça à raposa”, que segundo Elias e Dunning (1992a)⁴ é uma das primeiras manifestações do esporte moderno. Nesse processo, a racionalidade aliada à busca de igualdade de chances por meio das regras, atuou de forma a gerar práticas como o atual tiro ao alvo.

Além dessa forma de racionalização, pautada nas regras, os gregos introduziram essa categoria na otimização das performances atléticas, através da racionalização do treinamento esportivo (PILATTI, 2002).

Todas as transformações ocorridas advêm da emergência de um aparato burocrático (PILATTI, 2002), que para Guttmann (1978) se faz necessário para a regulamentação e controle da aplicação das regras da prática e organização das disputas e de pesquisas.

⁴ Nesse ponto do texto esses autores são citados meramente como forma de ilustrar um processo de racionalização desse fenômeno (caça à raposa), que, não por acaso, eles justificam como parte de um processo de civilização da sociedade. É importante salientar que a inclusão desta citação neste ponto não se configura como um equívoco metodológico que misture duas abordagens distintas (Guttmann e Elias) num mesmo referencial. A contribuição desta ação foi meramente exemplificar um fenômeno. A perspectiva apontada por esses autores será tratada mais adiante neste trabalho.

É a instituição burocrática que passou a administrar o desenvolvimento dos esportes, conferindo-lhes um sentido moderno e parcialmente autônomo. Nota-se que a burocracia atua de forma a controlar os processos de racionalização e promove o surgimento e regulação da estrutura das instituições normativas do esporte.

Como exemplos da atuação da burocratização no esporte, tem-se a elaboração de estratégias de desenvolvimento mundial implantadas por organizações gestoras, controle de recordes e produção de espetáculos (PILATTI, 2002).

Guttman (1978) destaca, referenciando-se à sexta categoria, que o esporte moderno tem a tendência de transformar todo feito atlético em algo que pode ser quantificável e mensurado. Essa quantificação pode ser simbolizada pela invenção do cronômetro, em 1730.

Dentro dos esportes, a quantificação tornou-se um modo de vida, uma característica e uma necessidade. Toda performance atlética tornou-se mensurável. “Essa necessidade” vem da própria sociedade, a qual, mais que nunca, distingue-se pela emergência da quantificação (PILATTI, 2002, p. 72).

O esporte moderno se apropriou da quantificação como uma forma tanto de estabelecer vencedores (através da comparação de performances por meio de índices de rendimento) quanto de comparar competidores que não se encontram juntos cronológica ou espacialmente. Nota-se também uma forte tendência da quantificação em fornecer subsídios para a espetacularização do esporte, por meio da “numerificação” de potencialidades, capacidades e realizações de atletas.

Essa categoria tem íntima relação com a última, a busca por recordes. Que por sua vez, se configura como uma herdeira da quantificação e permite a competição tanto entre sujeitos separados pelo tempo e espaço quanto por conterrâneos e contemporâneos (GUTTMANN, 1978). É a única categoria que se encontra presente somente no esporte moderno, e se apresenta como um fator que facilita a espetacularização deste fenômeno.

As sete categorias que caracterizam o esporte moderno são inter-relacionadas. Elas interagem sistematicamente, o que não acontece em outras formas de esporte. A obra de Guttman (1978) estabelece um corpo para o fenômeno moderno, que deriva de evoluções, surgimentos e desaparecimento das categorias de análise que o configuram. Isso só é possível de ser aceito e compreendido se for considerado que este universo é fruto de constantes alterações históricas em práticas corporais humanas, dotadas de sentido e com fim em si mesmas.

As relações apresentadas entre as categorias são (GUTTMANN, 1978, p. 55):

- O recorde depende da quantificação;
- A quantificação é uma característica da sociedade secularizada;
- Sem racionalização não há recordes;
- A igualdade de chances deriva de ações da racionalização, especialização e burocratização;
- A dinâmica dessa categorização pode ter início na secularização da sociedade.

Guttman (1978) elabora um quadro de forma a sintetizar sua teoria, ele exemplifica a ocorrência ou ausência das categorias em diversas formas de esporte:

Quadro 2. Características dos esportes em diferentes períodos históricos.

	Esportes primitivos	Esportes gregos	Esportes romanos	Esportes medievais	Esporte moderno
Secularidade	Sim e não	Sim e não	Sim e não	Sim e não	Sim
Igualdade	Não	Sim e não	Sim e não	Não	Sim
Especialização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Racionalização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Burocracia	Não	Sim e não	Sim	Não	Sim
Quantificação	Não	Não	Sim e não	Não	Sim
Recordes	Não	Não	Não	Não	Sim

(GUTTMANN, 1978, p. 54)

A seqüência temporal estabelecida por Guttman, embora considere transformações do esporte durante as épocas, não garante continuidade completa de adaptações. Por exemplo, existem características presentes da 3ª era (esportes romanos) que não se fazem presentes na 4ª (esportes medievais), mas retornam no esporte moderno. Isso fortalece a afirmativa de que o esporte é um fenômeno social que deriva e incorpora características e valores da sociedade em que se encontra.

Para Guttman, o esporte moderno é uma forma que teve sua gênese no século XVIII, na Inglaterra, a partir de conformações na sociedade que transformaram modelos antigos desse fenômeno. Dessa forma, para esse autor, caracterizar o esporte moderno é assumi-lo como um universo pautado nas sete categorias estipuladas. Para este autor, o esporte se faz como um dos elementos representantes da transição das sociedades tradicionais para as modernas sociedades ocidentais (MARCHI JR, 2004).

Finalizando a análise ao modelo de Guttmann (1978), nota-se que o mesmo não considera a heterogeneidade de manifestações. O autor se refere ao esporte de alto rendimento como a única forma de expressão do esporte moderno (PRONI, 1998). É importante a consideração de que a teoria de Guttmann foi elaborada na década de 1970, quando o quadro sócio-político mundial ainda respirava a divisão em dois grandes blocos econômicos (capitalismo e socialismo), e o esporte ainda apresentava maior influência político-ideológica do que comercial. Nesse período, o alto rendimento se apresentava como a forma hegemônica do esporte, visto sua importância para uso do Estado.

Como será tratado mais adiante neste trabalho, as diversas formas de manifestação do esporte são uma característica mais atual, fruto da globalização mundial posterior à queda do muro de Berlim, por isso não pode ser resumido somente nas categorias apresentadas por Guttmann, embora sejam de grande utilidade para fundamentar aspectos inerentes, principalmente ao esporte de alto rendimento.

3.2.2. Elias e Dunning: o esporte e o Processo Civilizador

Neste momento será feita referência à compreensão do processo de gênese do esporte moderno sob os olhares de Norbert Elias e Eric Dunning, pautados na teoria do Processo Civilizador. Primeiramente, será apresentada essa teoria, de autoria do primeiro, com a intenção de subsidiar a descrição histórica feita pelos autores posteriormente.

Essa abordagem considera que o esporte teve um ponto temporal no qual ele foi inventado a partir de transformações dos jogos populares, não de forma totalmente consciente e proposital⁵, mas de acordo com interesses da sociedade inglesa do final do século XVIII, seguindo as tendências do Processo Civilizador sobre essa sociedade. Por sua vez, esse processo pauta-se no controle das ações e emoções dos indivíduos, de acordo com os padrões e limites impostos culturalmente, e necessidade de vida em grupo.

Segundo Elias, a sociedade exerce certo controle sobre as manifestações dos indivíduos, que aceitam e remodelam constantemente esses limites, o que lhes permite viver em grupos socialmente definidos. Essa ação ilustra um movimento de busca pela convivência, que se

⁵ Esse processo se caracteriza como não planejado, resultado inesperado do entrelaçar de ações intencionais dos membros de vários grupos interdependentes, ao longo de muitas gerações (DUNNING, 1992b).

apresenta como uma necessidade do ser humano para garantir sua própria sobrevivência, pautada principalmente, pela diminuição do uso da violência. Isso deriva desde os homens primitivos até os tempos atuais.

Para Elias, se além de produzir seus meios de subsistência o Homem não se defender, ele se torna também caça/alimento. Por isso, além das relações de produção, o Homem vive em redes de interdependência, através de laços que se articulam de maneira diversificada (GEBARA, 2000). Tal característica é que promove o Processo Civilizador, no qual os indivíduos, para se adequarem à vida em grupo, aumentarem suas chances de sobrevivência e, num segundo momento, de prosperidade, têm de controlar suas emoções e manifestações de modo a agirem dentro dos padrões e limites sociais do ambiente em que se encontram.

Essa teoria pauta-se na Sociologia Configuracional, na qual as ações dos sujeitos se encontram interligadas e os rumos da sociedade se definem por sua complexidade. Tanto o meio social exerce influência sobre o *habitus*⁶ dos indivíduos, quanto esses alteram os rumos do grupo em que se encontram, através de ações toleradas pela sociedade.

Para compreender a problemática sociológica, segundo Elias, é necessário redimensionar a idéia de que a sociedade é composta por estruturas exteriores aos sujeitos, e avançar para o conceito de teias de interdependências ou configurações (MARCHI JR, 2007), na qual todos os componentes exercem mútua influência, inclusive sobre o grupo macro. Essencialmente, essa teoria trabalha com padrões de interdependência em processo de mudanças, rearticulando as relações de poder entre os indivíduos em sociedade.

Um conceito importante na obra de Elias (1994) é o de *Balança de poder*, o qual confere à posse de poder dos indivíduos um caráter fluido. Ou seja, ter poder para Elias é um ato que não necessariamente se revela eterno, muito pelo contrário, pode variar de acordo com alterações nas configurações da sociedade.

As investigações de Elias estão sempre voltadas para a longa duração e têm base na estrutura da personalidade humana e nas mudanças de comportamento como produto de um controle das emoções e impulsos, cada vez mais internalizados, no sentido de uma disciplinarização do próprio indivíduo. Essas mudanças estão ligadas ao desenvolvimento das estruturas sociais (LUCENA, 2002).

⁶ Habitus social: linguagem comum entre indivíduos de uma sociedade ou de determinado grupo (LUCENA, 2002). Na linha “elisiana”, esse termo se expressa pela carga cultural que se materializa nas ações dos sujeitos, construída historicamente, de geração em geração, pelo meio social. Sofre alterações no decorrer do tempo.

O conceito de “longa duração” em Elias não tem exatamente origem cronológica, mas sim, um conceito que avalia e é avaliado pela natureza dos processos. Isso decorre da afirmação de que as transformações e configurações sociais ocorrem no desenvolvimento de várias gerações (MARCHI JR, 2007).

Nesse processo, a sociedade passa por mudanças em suas formas de inter-relação. As ações individuais são até certo ponto controladas pelo grupo social, que delimita possibilidades de ação e extravaso de sentimentos. Tais transformações ocorrem de forma não planejada, de acordo com as ações dos diferentes indivíduos que fazem parte desse complexo. Logo, a sociedade estabelece limites de ação aos sujeitos, que tem relativa autonomia. Suas escolhas exercerão influência sobre os rumos do todo social, estipulando uma relação de mútua interferência (ELIAS, 1994).

A individualização se faz nessa teoria como uma abertura do poder de decisão e liberdade de escolha, mas sempre está inserida dentro do *habitus* social, que se constitui na composição que o sujeito compartilha com os outros e onde há essa liberdade de ações (LUCENA, 2002). É retirado o foco da racionalidade individual e aplicado na racionalidade abrangente, que é complexa e tem teias sociais inter-relacionadas, em que a ação individual se insere no conjunto mais amplo das ações de outros sujeitos. Devido a essa complexidade, as ações individuais não se encerram no ator, mas têm repercussões sobre outros indivíduos (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005).

A Teoria do Processo Civilizador procura construir a gênese do comportamento humano e das ações a partir de componentes racionais, porém atenta a manifestações psicológicas e fisiológicas. Estabelece algumas normas de conduta moral em diversos campos de vida humana, inclusive no esporte (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005).

O Processo Civilizador é “cego”, ou seja, não planejado, porém empiricamente evidente. Trata-se do processo de refinamento dos atributos e ações dos sujeitos em relação ao uso da violência e solução de conflitos (GEBARA, 2000).

Os principais elementos do Processo Civilizador são (DUNNING, 1992a, p.30):

- Formação do Estado: aumento da centralização política e administrativa e aceitação do controle do Estado sobre o uso da violência e cobrança de impostos;
- Aumento das cadeias de interdependência;
- Equilíbrio de poderes entre classes e grupos sociais (democratização funcional);

- Elaboração e refinamento de condutas e padrões sociais;
- Aumento da pressão social sobre as pessoas para exercerem auto-controle sobre sexualidade, emoções e agressão;
- Aumento da importância da consciência como reguladora do comportamento.

Esse processo ocorre num sentido de aumentar o controle do Estado e a necessidade de autocontrole dos indivíduos de acordo com o desenvolvimento da sociedade, que é indicado por (DUNNING, 1992a, p.31):

- Desenvolvimento científico: controle de acontecimentos naturais;
- Organização social: controle das relações sociais;
- Processo de Civilização: o que cada indivíduo aprendeu, desde a infância, sobre o autocontrole.

Esse processo ocorre e sempre ocorreu na sociedade num sentido de aumento das restrições quanto ao uso da violência e exteriorização das emoções. Na obra de Elias é mais fortemente evidenciado como seu ponto de partida os costumes dos cortesãos europeus que mudavam seus hábitos de forma a se diferenciar socialmente.

Na Inglaterra do século XVIII notava-se forte crescimento da industrialização e racionalização tanto dos meios de trabalho quanto da vida como um todo. O desenvolvimento industrial mudou os hábitos e a forma de organização da sociedade, tanto das classes trabalhadoras, quanto da burguesia e aristocracia, afetando também os momentos de lazer, que eram colonizados por jogos e disputas competitivas da classe aristocrática. Os hábitos se transformavam no sentido de aumento do autocontrole das emoções, negação ao uso da violência e o redirecionamento da idéia do nojo (ELIAS, 1994).

Nesse processo, o autocontrole se faz um requisito fundamental para a inserção do indivíduo na vida em sociedade, e o que muda na evolução dessas são os padrões culturais de autodomínio, ou seja, as exigências sociais sobre os sujeitos.

As exigências desse processo caminham num sentido de diminuição da violência e priorização da vida em grupo (DUNNING, 1992a), estabelecendo algumas normas de conduta moral em diversos campos da vida humana. Isso não foi diferente com o esporte, pois, segundo a perspectiva de Elias e Dunning (1992a), houve uma evolução global dos códigos esportivos na mesma direção do Processo Civilizador.

Uma diferença marcante dos estágios de desenvolvimento entre diferentes sociedades é a tolerância das mesmas à violência. Isso é um dos requisitos que diferencia o

esporte moderno das formas mais antigas de jogos populares, visto que na maioria dos confrontos esportivos as regras existem com a finalidade de, entre outras, manter as práticas de violência sob controle.

Outra relação do esporte com o Processo Civilizador se expressa na capacidade desse fenômeno promover um equilíbrio na sociedade, evitando sua neurose, que pode ser provocada pelo excesso de controle dos sujeitos. Isso ocorre através das ações *miméticas* e *catárticas*.

O esporte não-profissional faz parte de momentos de lazer, com funções de liberar tensões agradáveis e desrotinizadoras, capazes de recuperar e integrar todas as esferas da vida (ELIAS, 1992a). Isso ocorre através de atividades *miméticas* que propiciam, em momentos de lazer, tensões e sensações não vivenciadas no dia-a-dia, pautados no autocontrole das emoções. Essas ações são baseadas na simulação ou criação de novas situações, que se desviam da rotina controlada.

O termo mimético diz respeito a performances no lazer livres de restrições de uma maneira controlada, manifestando tensões prazerosas (GEBARA, 2002a). No contexto *mimético*, o descontrole das emoções ocorre de forma aceitável e aprovada socialmente (ELIAS; DUNNING, 1992d). Isso remete a um momento de *descontrole controlado*, no qual a sociedade permite, até um certo limite, exacerbações ligadas à manifestação das emoções, através de vivências que tragam tensões agradáveis e necessárias, que são censuradas pelo autocontrole cotidiano.

O esporte induz, ou representa, uma intensa sessão de mimetismo social, através da incerteza proporcionada por suas práticas e resultados, e também pelos gestos e costumes dos esportistas, que são copiados, imitados e assimilados (PRONI, 2002).

A vivência dessas tensões proporcionada pela *mimese* desencadeia no sujeito o processo de *catarse* ou de *manifestações catárticas*, que se caracteriza pela síntese da tensão no momento da emoção. A sensação de prazer promovida pela exacerbação de ações e sentimentos em relação ao permitido cotidianamente (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005). A *catarse* é a sensação de liberdade relativa frente às vivências que extrapolam as restrições de ação impostas pela sociedade. Na teoria “elisiana”, é essa categoria que faz do esporte um fenômeno atrativo e fascinante. A incerteza do resultado, o esforço físico, a sensação de risco e combate

proporcionada por tal prática é o que vem a produzir tensões desrotinizadoras, positivas e prazerosas.

Embora seja um universo regulamentado e racionalizado, o esporte ainda representa um ambiente em que são aceitas atitudes e vivências não toleradas na vida cotidiana, mais controlada. Claro que o Processo Civilizador também age sobre esse fenômeno, o que provoca certos limites de ação em suas práticas, mas que mesmo assim ainda mantém certa liberdade de ação e exteriorização das emoções por parte do sujeito.

Elias (1992b, p.195) sugere que o esporte tenha gênese e história parcialmente independentes de manifestações sócio-culturais antigas, pois embora derive de jogos populares, tem suas regras “muito detalhadas e diferenciadas (...), não são regras forjadas no costume, mas regras escritas e sujeitas explicitamente a um criticismo racional e a revisões”. De fato, esse autor assume que embora seja um fenômeno que sofreu adaptações sócio-culturais no decorrer da história, e por isso deriva da mudança de *habitus* da sociedade, é um universo que se diferencia de outras práticas corporais pois é racionalizado, institucionalizado e tem sua regulamentação estipulada por órgãos específicos, diferentemente de jogos populares, formados por normas pautadas no costume.

Elias (1992b) afirma que o esporte teve sua gênese na Inglaterra do século XVIII, devido ser esse um país que se encontrava em processo de pacificação e racionalização de suas práticas, o que ocorreu também no lazer, implicando na institucionalização dos jogos populares e práticas corporais. As atitudes em relação aos jogos e competições esportivas (como *fair play*⁷, oportunidades iguais, regras codificadas, entre outras) tinham analogias na vida pública da Inglaterra do século XVIII, e as características do esporte moderno têm sua origem nas mesmas circunstâncias sociais que fomentavam a produção industrial racionalizada.

A ação do Processo Civilizador sobre o esporte é percebida pela regulamentação de regras e normas de conduta, racionalização e burocratização das práticas, que exercem controle sobre as ações dos envolvidos, buscando a diminuição da violência⁸ e legitimação dos resultados da disputa. Além disso, existe o controle do Estado sobre

⁷ Buscar a vitória dentro das regras. Disposição cavalheiresca oposta à busca vulgar da vitória a qualquer preço (BOURDIEU, 1983b). Formação ética e moral visando a prática competitiva sem o uso de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes (RUBIO, 2002).

⁸ É importante salientar que tanto no esporte moderno, quanto no contemporâneo, como será apresentado, o uso da violência tende a ser mais controlado, porém não extinto. Isso ocorre pela variação de formas de violência, desde física (existindo até certo ponto permissão para seu uso em algumas modalidades) quanto moral (doping, corrupção, entre outras).

manifestações populares, através de proibições de práticas em determinado momento histórico, devido ao uso em demasia da violência em tais eventos. Para Elias (1992b), uma diferença marcante de estágios de desenvolvimento entre diferentes sociedades é a tolerância das mesmas à violência. Isso também diferencia o esporte de formas mais antigas de jogos.

Elias e Dunning descrevem o declínio empírico da propensão das pessoas em obter prazer por meio da participação direta ou indireta em atos de violência física. Sendo esta uma das principais características do esporte moderno, a existência prévia de um grau mínimo de cooperação não violenta entre os participantes (MALCOLM, 2006).

O Processo Civilizador age sobre o esporte de forma a controlar a violência através da burocratização e racionalização buscando também a igualdade de chances. A elaboração de regras cria um organismo de fiscalização e representação (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005).

Os jogos populares, até o final do século XVIII e início do XIX, tinham como característica regras pouco definidas, a forma rude com que se davam as disputas e a similaridade à guerra em terminologias e ações. Tais jogos eram transmitidos oralmente e não havia normas escritas nem organizações centrais para unificar o nome ou a maneira de jogar, e os grupos não eram formados para os jogos, mas sim, por características sociais, como em povoados e vilas (DUNNING; CURRY, 2006). Tais eventos envolviam muitos participantes, que regulavam as regras e suas aplicações, com enormes limites territoriais e a não observância à igualdade de condições de disputa.

Dentro de uma sociedade que rumava à racionalização e controle das ações e violência, esse tipo de manifestação se mostrava inadequada às aspirações de desenvolvimento, visto que além de promover a bagunça e desordem, ocupava a população de forma a causar muitos feridos.

[...] o Football, assim como outros jogos populares, foram proibidos na Inglaterra pois era o período da Guerra dos Cem Anos com a França e os governantes consideraram tais jogos como perda de tempo e práticas substitutas dos treinamentos para a guerra, sendo uma ameaça à ordem e defesa da pátria (DUNNING; CURRY, 2006, p. 48).

Após esse período, no qual os jogos populares passaram a ser vistos como um “atraso” ao desenvolvimento do país, ainda mais por estarem ligados a festividades e feriados, a influência do Processo Civilizador promoveu um maior controle de manifestações sociais em

relação à diminuição da violência, e aplicação de valores morais a tais práticas. Como cita Elias (1992b), passou a ser desprestigiado matar a raposa na caça, ao invés de somente persegui-la, por exemplo, cabendo a sorte do animal aos cachorros acompanhantes.

Os jogos populares passaram a sofrer certa racionalização em suas regras, visando o controle da violência, e permitindo que (GEBARA, 2002a, p.22): “(a) jogos menos violentos se tornassem mais homogêneos, expandindo suas fronteiras de alcance; (b) as pessoas passassem a se divertir mais com os jogos, ao invés de se divertirem com a violência, exercendo influência sobre seus habitus”.

O primeiro movimento significativo no sentido de modernização dos jogos populares ocorreu no século XIX, nas escolas públicas inglesas. Essas instituições se caracterizavam, no final do século XVIII e início do XIX, por grande disciplina interna, abusos físicos dos mais velhos sobre os mais novos e autonomia dos alunos frente suas práticas de tempo livre (RUBIO, 2002). Nesse contexto, os jogos passaram a sujeitar-se a restrições impostas por regras escritas, muitas delas relacionadas à exclusão ou controle da violência, tornando os jogos mais “civilizados” (DUNNING, 1992c).

As escolas públicas eram freqüentadas por alunos de classes sociais privilegiadas e tinham a função principal de transmitir valores morais ligados à coragem, tolerância ao sofrimento, altruísmo, competitividade, respeito a normas, virilidade, entre outros, pois formavam os homens que iriam atuar na indústria, comércio e administração do império no futuro (RUBIO, 2002). Dessa forma, os jogos coletivos eram uma estratégia utilizada com esse fim, visto que atraía a atenção e interesse dos jovens. Porém, era necessário que houvesse controle sobre a disciplina desses alunos, tanto no momento dos jogos, quanto na transmissão de valores tidos como “civilizados” para um grupo em processo de re-adaptação de costumes. Essa transformação ocorreu pautada pela industrialização e racionalização dos meios de trabalho, além de re-arranjo das classes sociais em suas posições na sociedade.

O esporte era utilizado nesse ambiente também como uma atividade compensatória, que canalizava ações ligadas à violência, porém, de forma controlada e dentro de padrões de disciplina, através de práticas de cunho mimético (STIGGER, 2005).

Os jogos populares passaram, então, por um processo de racionalização dentro das escolas, de modo a terem suas regras escritas e orientadas de acordo com as normas de cada uma dessas instituições. Desse modo, cada unidade escolar, ou cada região, possuía formas de

normatizações próprias, havendo inúmeros jogos criados, e diversas formas de praticar um mesmo jogo.

Devido à impossibilidade de competições em locais externos às escolas (pois os jogos eram praticados com regras próprias de cada região e havia dificuldades com meios de transporte), as práticas davam-se com sentimentos egocêntricos, mais ligados ao prazer e aos valores morais transmitidos (WADDINGTON, 2006). Com o sentido de modernização da sociedade inglesa, melhoria dos meios de transporte e conseqüente maior intercâmbio cultural entre as regiões, o esporte passou por um de seus importantes estágios de transformação, no qual rumou-se para uma uniformização das regras através do surgimento de órgãos reguladores, visto que a heterogeneidade de normatizações impossibilitava encontros para jogos entre instituições de locais e conhecimentos diferentes. Essa transformação estabeleceu um dos aspectos que vêm a diferenciar o esporte de atividades culturais anteriores à sua gênese: a racionalização e universalização de suas normas.

Esse processo se deu de acordo com os seguintes passos, a exemplo do *Football* e do *Rugby* (DUNNING; CURRY, 2006, p.61):

- 1) Escrita das regras;
- 2) Demarcação do tamanho e forma das áreas de jogo;
- 3) Imposição de limitações à duração dos jogos;
- 4) Redução do número de jogadores;
- 5) Igualação do número de jogadores entre as equipes;
- 6) Regulamentos estritos ao uso da força física.

Com essas ações, os jogos entre regiões e escolas motivaram o aparecimento de inúmeros eventos na sociedade inglesa, como fundações de órgãos reguladores dos processos de definições de regras e de formatações de sistemas esportivos e de modalidades⁹, além do aumento da seriedade das disputas, pois passaram a envolver sentimentos de representatividade e valorização da competitividade e do resultado (vitória).

Nota-se dois momentos importantes nesse processo de gênese, sendo o primeiro a racionalização do esporte nas escolas públicas, e o segundo, a criação, por parte dos ex-alunos, de clubes e ligas esportivas, com a finalidade de regular e normatizar as práticas (STIGGER, 2005).

⁹ Como por exemplo, a fundação da Football Association, em 1863, e da Rugby Football Union, em 1871, ambas na Inglaterra (DUNNING; CURRY, 2006).

Esse direcionamento dado às atividades corporais de oposição realizadas nas escolas, em detrimento da liberdade de ações dos jogos populares, se caracteriza como o ponto principal na gênese do esporte moderno. Foi nesse período em que se observou a racionalização e uniformização das normas com o intuito de expandir os limites geográficos e culturais das práticas, tendo essas um papel de forma de disputa e desafio entre grupos de origens e características diferentes. Nesse processo surge o esporte.

Devido à seriedade crescente desse fenômeno, derivada da representatividade e dos resultados das competições entre as equipes, o esporte amador começou a rumar para o profissionalismo, o qual exigia melhor performance, e conseqüente maior dedicação dos atletas.

Nas últimas duas décadas do século XIX é que a profissionalização do futebol se instituiu formalmente, sendo inclusive cobrados ingressos (REIS; ESCHER, 2006). O processo de profissionalização ajudou a torná-lo popular, pois produziu uma massificação de suas práticas e significados. O amadorismo restringia os grupos às reuniões de sujeitos homogêneos socialmente (MARCHI JR, 2002), devido ao significado atribuído a essa prática perante o complexo social.

Nesse momento do processo, deu-se início ao embate entre as ideologias: amadora (aristocrática, com objetivo de “elitizar” a prática e fazê-la um instrumento de diferenciação social) e profissional (burguesa, com o objetivo de produzir capital com o esporte, através de sua divulgação).

A profissionalização e venda de ingressos para disputas esportivas representam algumas das diferenças entre o esporte moderno e formas de jogos populares, pois distinguiram os papéis de jogador e espectador (MALCOLM, 2006).

Por derivar das escolas públicas, frequentadas por estudantes de classes aristocráticas da população, o esporte teve sua gênese ligada ao prazer da prática e à transmissão de valores morais. Tais significados traduziam conceitos e sentidos importantes dessa classe, que o usava para se diferenciar socialmente como um grupo que tinha tempo livre para atividades desse tipo, e primava por hábitos ligados ao prazer. Com o surgimento do profissionalismo, indivíduos das classes mais pobres tiveram acesso às práticas esportivas por essa ser uma oportunidade de ganho de capital e ascensão social. Além disso, a classe burguesa se apoderou desse ambiente, financiando as atividades profissionais. Com a entrada das classes menos

favorecidas no universo do esporte, além do envolvimento de capital, o sentido deste passou a ser mais vinculado à seriedade¹⁰ e busca por melhora de performance, redirecionando a prática.

Enquanto o amadorismo no esporte está relacionado ao direcionamento das regras para maior prazer dos jogadores do que dos espectadores (DUNNING, 1992c), no profissional notava-se que o prazer do jogador vinha num segundo plano, sendo submisso ao público e à necessidade de bom rendimento atlético. Por isso, a luta entre o amadorismo e o profissionalismo é uma das chaves para a compreensão do processo de democratização do esporte, visto que o primeiro, vinculado às ligas e às escolas, era uma forma de manutenção do status social (STIGGER, 2005). Praticar o esporte de forma amadora significava supremacia social aristocrática, sendo realizada em ambientes restritos aos membros desses grupos. Com a profissionalização, tanto o acesso dos espectadores quanto de jogadores de classes menos privilegiadas ao esporte se tornaram mais fáceis.

Pelos motivos dessa supremacia social aristocrática é que os Jogos Olímpicos, elaborados por um barão (Coubertin) no final do século XIX, têm princípios amadores.¹¹ Seus ideais valorizavam a cultura da nobreza, num período em que a burguesia era culturalmente hegemônica e as classes populares também ganhavam certo espaço, em detrimento da aristocracia (PRONI, 1998).

Nota-se, nesse período (século XIX), que o esporte começa a assumir diferentes faces. Para as classes privilegiadas representava o prazer, diversão e transmissão de valores morais; para as classes menos favorecidas, a possibilidade de ascensão social e a entrada no universo esportivo; para a burguesia, espaço de novas práticas de lazer e também possibilidade de ganho de capital. Porém, para todos os grupos, significava o início de um espaço de consumo do lazer, através da compra de ingressos para assistir a eventos esportivos.

O esporte, principalmente em ambientes profissionais, refletia a forma de organização e funcionamento do ambiente industrial, apropriando-se dos costumes que a sociedade estava se acostumando, e ajudando as pessoas a se adaptarem e esse novo estilo de vida (PRONI, 1998). Isso ocorreu devido a divisão clara entre momento de trabalho e de lazer nesse

¹⁰ Ou seja, ações pautadas na regra, nas quais não era apenas o resultado e a vivência da prática que estavam em jogo, mas sim as conseqüências da vitória ou da derrota, podendo até assumir interesses financeiros.

¹¹ Porém, como será tratado mais adiante, essa (amadorismo olímpico) é uma característica do esporte que não ocorre exatamente da mesma maneira nos dias de hoje, pois sofre uma crise num processo de profissionalização, sendo um indicador de transformações desse fenômeno.

período, sendo este segundo ocupado em grande escala pelo esporte, principalmente porque traduzia os valores de civilidade que a sociedade primava.

Durante o século XIX, esse fenômeno começa a expandir suas fronteiras para além da ilha britânica. Uma das razões para essa exportação é que a sociedade inglesa havia incorporado tal prática ao seu tempo livre, e esse grupo social era tido como modelo de civilização e prosperidade, estimulando a prática esportiva em outros países (STIGGER, 2005), embora seja importante ressaltar que essa “exportação” não se deu imediatamente. Esse processo encontrou barreiras como o movimento ginástico na Alemanha, por exemplo, que se exemplificavam como fortes e enraizadas formas de atividade física também sistematizadas.

O aumento de importância do esporte e seu avanço como fenômeno internacional esteve ligado ao desenvolvimento industrial dos locais em que ele se instaurava. As primeiras nações a se industrializarem foram as mesmas a estabelecerem organizações do esporte moderno (GUTTMANN, 1978). Logo, embora não fosse de imediato, esse fenômeno, no transcorrer da história, e pautado em motivos que serão descritos mais adiante nesse trabalho (na descrição do processo de gênese do *esporte contemporâneo*), ganhou importância no mundo todo partindo da Inglaterra, porém em períodos e de formas distintas.

No Brasil, a partir da década de 1920, o esporte passou a ser associado à transmissão de valores e virtudes morais, com o crescimento de processos de “esportivização” de formas de atividade física como o remo, por exemplo. Com a valorização dos feitos atléticos, a rotulação deste como forma positiva de moldar os corpos, e a associação entre prática esportiva e saúde, além de seu uso como diferenciador social pelas classes privilegiadas, o esporte passou, na primeira metade do século XX, a ganhar espaço e valorização na sociedade brasileira (MELO, 2001).

Concluindo a explanação a respeito deste resgate histórico, pautado nas influências do Processo Civilizador sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre suas práticas de lazer, é possível resumir a gênese do esporte moderno em quatro fases interligadas (POCIELLO, 1984, apud PRONI, 1998)¹²:

¹² Nota-se como semelhança metodológica entre Elias / Dunning e Pociello, a análise historicamente concebida de forma linear sobre a gênese do esporte. A citação deste segundo autor nesse momento não é uma afirmação de que ele segue impreterivelmente a teoria “elisiana”. Essa associação se dá de forma ilustrativa e resumida como uma maneira de sintetizar os passos dessa gênese, descritos por Elias e Dunning, em sua obra *A busca da excitação* (1992a).

- 1) Fase do encorajamento de práticas competitivas populares, através do patrocínio e da organização de corridas ou de combates assistidos por nobres e *gentlemen* (a partir de 1760);
- 2) Fase de apropriação de algumas práticas por alunos internos, representando a “invernção” de esportes individuais e coletivos, específicos nas diferentes escolas secundárias inglesas (1820 a 1860);
- 3) Fase de regulamentação dos esportes e formação dos clubes, decorrência do crescimento dos confrontos entre estabelecimentos escolares, o que se tornou possível graças à facilitação dos meios de transporte (1850 a 1870);
- 4) Fase preliminar de divulgação restrita dos esportes coletivos para as classes populares, principalmente no norte industrial e no País de Gales (1880 a 1890).

3.2.3. Bourdieu e a Teoria dos Campos

O eixo de trabalho de Pierre Bourdieu está situado na discussão das relações de forças e dos processos que regulam as sociedades modernas, ou seja, na mediação entre o agente social e a sociedade (PILATTI, 2006).

Basicamente, se apóia na investigação sobre constantes invariáveis que determinam e prescrevem leis de reprodução social (MARCHI JR., 2002). Ou seja, tem como objeto conformações que norteiam as relações sociais. As premissas que regulam a produção deste autor são: o conhecimento praxiológico, a noção de *habitus* e o conceito de campo, sendo esta terceira categoria a base de sua teoria.

Bourdieu não trata especificamente de uma descrição histórica da gênese do esporte. O que se pode notar em suas obras sobre esse fenômeno é uma preocupação em sua conceituação como um campo social (pautado na Teoria dos Campos), não apoiado em transformações históricas, como em Elias, mas sim, na disputa pelo capital específico desse universo. Dessa forma, para compreender as razões do surgimento e as características do esporte moderno, se faz necessária uma breve descrição sobre sua Teoria dos Campos e também de algumas outras categorias elaboradas por esse autor.

Inicialmente, é preciso considerar que sua obra não se pauta na descrição de fenômenos em ordem cronológica, mas sim, com base na formação de universos, que embora sofram influências externas à sua lógica, mantém normas, objetos de disputa e noção de valor de forma específica e de certo modo, independente. A base do pensamento “bourdiano” é a ocorrência da formação desses universos (campos sociais) e, com certa influência “weberiana”, a análise racional sobre os objetos tidos como conformadores dessas estruturas.

Segundo Bourdieu (1983b, p.89), campos são “espaços estruturados de posições (ou de partes) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)”.

Campo se caracteriza como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. É um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um capital social próprio desse universo, que determina a posição que um agente específico ocupa nesse meio (MARCHI JR., 2002). Configura-se como um espaço de práticas onde se define a legítima função de um conjunto de atividades específicas, no qual se encontram pessoas com interesses em comum, onde se dá a luta pelo monopólio sobre o controle de cada prática (capital disputado), e onde cada elemento recebe seu valor distintivo, uns em relação aos outros (BOURDIEU, 1983b).

Os campos possuem leis invariáveis, que permitem interrogar e interpretar diferentes universos a partir do conhecimento de um específico (PILATTI, 2006). A conformação de *campo* e as categorias básicas deste não mudam. O capital de disputa, a busca por poder e controle sobre esse objeto e os limites de ação impostos pelo *habitus* presente são as categorias que o caracterizam. Cada um desses universos tem suas especificidades com base nas conformações dessas invariantes.

As especificidades dos campos se expressam principalmente pela definição dos objetos de disputa e de seus interesses específicos. Isso implica na necessidade, por parte dos sujeitos envolvidos, de conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo para que possam disputar o monopólio da autoridade específica própria do mesmo, ou seja, a “violência legítima” ou o poder de distribuição do capital específico, além de que o interesse central dos agentes do campo é a manutenção da existência do mesmo (PILATTI, 2006).

Quanto à definição de *capital específico*, se caracteriza como o objeto central de disputas dentro do campo, e simboliza o valor das ações nesse meio. A especificidade desse objeto se deve ao fato de que ele tem certo valor dentro de um determinado campo em questão, não cabendo necessariamente essa mesma função em outro universo social.

Dentro de cada campo há formas de disputas que espelham relações entre o “novo”, que tenta obter o direito de participação, e o “velho” que defende esse monopólio objetivando excluir a concorrência (MARCHI JR, 2002).

Para garantir o funcionamento de um campo é necessário que existam, além dos objetos de interesse e de disputa, pessoas dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes desse jogo de relações (MARCHI JR, 2002). A noção de *habitus* de Bourdieu se diferencia até certo ponto da já apresentada forma de compreensão de Elias, e se caracteriza como¹³:

Sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores. É gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim (BOURDIEU, 1983b, p. 94).

O *habitus* do sujeito o leva a adaptar-se às diversas situações do dia-a-dia, de acordo com suas próprias limitações. Tanto a percepção, quanto a ação e reação do indivíduo, são estruturados pela carga histórica de seu *habitus*.

É possível, com base nessa definição, aproximar Bourdieu de uma reflexão sobre Qualidade de Vida, pois como ele próprio afirma (BOURDIEU, 1983a), o estilo de vida dos sujeitos num campo social é determinado pelo seu *habitus*. Por sua vez, esse hábito é guiado não somente pela condição financeira, mas principalmente pelo gosto do sujeito. Nota-se proximidade também em relação à noção de subjetividade (gosto) e objetividade (condição financeira) presente nessa relação proposta.

O conceito de *habitus* pode ser compreendido como uma *estrutura estruturante* (MARCHI JR, 2002), ou seja, a carga cultural definida e aceita pelo grupo social que direciona e limita as ações dos sujeitos dentro do campo. Para fazer parte desse universo é preciso que o ator se comporte dentro desses parâmetros e tenha incorporado certos hábitos.

Essa relação se expressa por uma *dominação oculta* (BOURDIEU, 1983b), que se caracteriza pela ação da *estrutura estruturante* sobre o objeto, ou seja, o direcionamento é imposto de acordo com as normas e valores do campo em questão.

¹³ A noção de *habitus* na teoria “bourdiana” representa a carga cultural adquirida pelo grupo social em relação ao campo em que se encontra. Por isso, não tem relação direta com uma construção linear, de geração em geração, mas sim, deriva das características e objetos de disputa específicos do campo em que se insere, determinando funções e papéis sociais.

Porém, é preciso ter claro que os campos, embora dotados de especificidade, não são imutáveis. Muito pelo contrário, tanto ações internas quanto externas a eles podem transformá-los, de acordo com novas conformações sociais. O mesmo pode ocorrer com os objetos presentes nesse universo. Isso acontece devido à ação da terceira categoria fundamental de Bourdieu, a noção de *práxis*. Esta se configura como o conhecimento adquirido pelo grupo social mediante suas ações e vivências próprias dos costumes, pautadas nas normas características do campo em questão.

Portanto, de forma bastante resumida, a base teórica de Bourdieu se apóia na definição dos objetos como campos (ou sub-campos, no caso de pontos específicos dentro de lógicas dominantes), dotados de capital específico, centro das disputas por poder, de *habitus* que o configuram e *práxis sociológica* que o renova.

De toda forma, para uma análise científica do ponto de vista “bourdiano”, essas categorias se colocam como necessárias, mas não suficientes. É preciso que, ao analisar um fenômeno, como o esporte, por exemplo, e caracterizá-lo como um campo social, seja também considerada a *estrutura social* em que ele se apresenta. Essa noção se faz importante, pois uma das considerações do autor é que o objeto se manifesta de acordo com os anseios e características da estrutura em que se apóia.

Ao comparar ou considerar a presença de um mesmo fenômeno em classes sociais diferentes, sendo pautado em formas de cultura distintas, é necessário considerar a estrutura social em que se encontram. Estas representam mais do que a diferença entre a quantidade de bens de determinada classe, mas sim, a forma como o grupo consome e utiliza tais bens. O consumo simbólico é que diversifica tais estruturas e isso se dá de acordo com os contextos sociais e culturais em que estes se encontram, pautados pelas possibilidades exprimidas pelas relações econômicas (BOURDIEU, 1992).

Uma classe social favorecida em uma sociedade menor não será necessariamente dominante frente à classe favorecida de uma sociedade maior. Numa estrutura social diferente, a primeira pode ser subjugada (BOURDIEU, 1992). Dessa forma, a estrutura social comporta diferentes classes e suporta formas heterogêneas de ação sobre um mesmo objeto. Caracteriza-se pelas divergências quanto à forma simbólica com que seus atores lidam e consomem o capital específico em questão.

Bourdieu (1992) afirma que só é possível comparar grupos socialmente diferentes se estes pertencerem a estruturas sociais semelhantes ou equivalentes. Qualquer comparação só pode ser feita se num primeiro momento forem analisadas as estruturas em que estão inseridas. Em qualquer tipo de comparação a análise da estrutura deve vir antes do que a de objetos. Caso a primeira análise caracterize divergência, a comparação não pode ser concretizada com fidelidade.

Isso se faz necessário, pois a apropriação dos objetos sociais se faz diferente nas diversas estruturas e mais ainda entre classes sociais, que circulam por essas categorias. As classes têm gostos, estilos de vida e preferências diferentes entre si e esses derivam dos valores culturais das mesmas (BOURDIEU, 1983a).

Tais diferenças remetem a processos de transmissão de costumes e valores dentro da sociedade, numa relação direta entre as classes sociais dentro de uma mesma estrutura social, que por sua vez, se insere num campo social dotado de *habitus* e *práxis* próprios. Esse intercâmbio cultural se dá, segundo Bourdieu (1983a, 1992), por ações de hegemonia da classe dominante sobre a menos favorecida. Na verdade, esse autor afirma que a cultura popular não existe, ela é uma forma diminuída, empobrecida, da cultura dominante, remetendo a uma relação de dominante¹⁴-dominado existente nos campos sociais.

Nota-se que esse tipo de interação se expressa na criação de novas necessidades de consumo pelas classes dominantes, que são almejadas pelas menos favorecidas. Relacionando esse referencial com a discussão em Qualidade de Vida novamente, isso se expressa na expectativa de uma sociedade frente aos parâmetros do que é uma boa vida para ela. O que a satisfaz frente a possibilidades de consumo e prazer. Essa referência vem dos costumes das classes favorecidas.

No esporte, pode-se notar essa influência na criação de artigos esportivos cada vez mais sofisticados, que prometem melhorar a performance do praticante e que demandam certo poder financeiro para seu acesso. Com o tempo, esses produtos deixam de ser novidade e passam a ser tidos como indispensáveis na cultura da sociedade, além de objeto de desejo de ambas as classes. Nesse processo, nota-se a aquisição desses bens pelas classes possuidoras de capital para tal e a improvisação das não-possuidoras na tentativa de se aproximar da anterior.

¹⁴ Detentor do capital específico do campo.

Além disso, ainda se remetendo ao campo esportivo, Bourdieu (1983b) afirma que existe forte relação entre o tipo de modalidade esportiva geradora de interesse e a classe social. Ele afirma que existem práticas de difícil acesso, mais próximas das classes mais favorecidas, e outras que são direcionadas a outras classes. Dessa forma, ele afirma que a escolha por determinada modalidade se dá pelas condições econômicas, e num segundo plano, pelo capital cultural e tempo livre.

Um elemento determinante no acesso a modalidades esportivas se dá na relação de envolvimento com o corpo, que está associada a uma posição social e a uma experiência originária do mundo físico e social (BOURDIEU, 1990). O autor se remete a esse traço, pois acredita que classes mais favorecidas procuram modalidades em que o uso do corpo traduz certas distâncias e se dá de forma mais reservada, como o golfe, por exemplo. Enquanto que classes menos favorecidas buscam práticas mais próximas da brutalidade, da força e uso mais livre do corpo, como esportes coletivos.

Outro exemplo utilizado é a relação entre o *aikidô*, mais próximo de uma prática burguesa, por ser uma arte marcial em que os lutadores não se entrelaçam no chão, muito menos têm um contato físico exacerbado, e a luta livre, mais próxima de classes menos favorecidas, devido ao maior contato físico e situações de luta no chão (BOURDIEU, 1990).

Na verdade, esse tipo de exemplo representa a forma de compreensão sobre diferenças de costumes frente a um mesmo campo, o esporte. Essa discussão se faz útil como uma possível, mas não única, perspectiva sobre a predominância de certas classes sociais frente a determinadas modalidades esportivas.

A contribuição da categoria de “campo”, de Bourdieu, se faz útil, pois abarca o esporte como uma de suas possibilidades. Olhando dessa forma para o objeto, pode-se considerá-lo como um universo próprio, com características, símbolos, regras, condutas, vias de interdependências e bens de disputa específicos, sendo relativamente autônomo frente à sociedade em que se insere, pois mesmo assim ainda sofre influências desse ambiente. Tal perspectiva auxilia numa organização do fenômeno esportivo como um espaço de disputas e confronto de posições e interesses que, como salienta o autor, retrata diferenças de classe e *habitus* entre distintas estruturas da sociedade, o que gera diversas formas de participação no universo esportivo, promovendo identificações e demandas diversificadas.

[...] esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não se aplicam só a ele (...) não se pode estudar o consumo esportivo (...) independentemente do consumo alimentar ou consumo de lazer em geral (BOURDIEU, 1990, p. 211).

A prática esportiva pode variar de acordo com o tempo e seu espaço de realização (BOURDIEU, 1990), assim como outros campos da sociedade contemporânea, que variam de forma dependente das estruturas sociais. Já essas, que englobam as diferenças de classe, não são outra coisa senão o produto objetivado das lutas sociais históricas tal como se pode apreende-las num dado momento específico. E o universo das práticas esportivas não é senão a resultante da relação entre uma oferta e a disposição para seu consumo (BOURDIEU, 1990).

“A distribuição diferencial das práticas esportivas resulta do estabelecimento de uma relação entre dois espaços homólogos, um espaço das práticas possíveis, a oferta, e um espaço das disposições a serem praticadas, a procura” (BOURDIEU, 1990, p. 214).

Com base na relação entre as diferentes formas de apropriação desse fenômeno pelas classes sociais, e na relação entre a oferta de práticas esportivas derivadas da disposição dos sujeitos para consumi-las, que Bourdieu apresenta a existência de um *campo esportivo*. Ele sugere que o esporte seja um campo social, o qual apresenta objetos a serem consumidos e disputados pelos indivíduos, onde ocorrem as relações sociais frente a esse fenômeno.

A posição que o esporte ocupa socialmente pode ser construída, por um lado, pela distribuição dos praticantes segundo sua posição no espaço social, a distribuição das diferentes federações, segundo o número de adeptos, sua riqueza, as características sociais dos dirigentes, etc. E por outro lado, o tipo de relação com o corpo que ele favorece ou exige, conforme implique um contato direto ou, pelo contrário, exclua qualquer contato (BOURDIEU, 1990).

Embora se afirme a existência de um campo esportivo, susceptível a orientações culturais da sociedade em que se insere, é possível afirmar que algumas características se fazem presentes ao esporte como fenômeno único, que independem do ambiente e do tempo em que se estabeleça interesse frente a esse universo, o que torna viável uma conceituação desse fenômeno.

Para Bourdieu (1983b), o esporte é um fenômeno próprio da sociedade moderna, com base em suas características sócio-culturais, e por isso, não advém de épocas anteriores e não pode ser comparado com práticas corporais advindas desses períodos.

“O início da história do esporte poderia ser numa possível ruptura de transformação de práticas sociais corporais em esporte moderno. Essa mudança ocorreria a partir da radicalização do esporte como um fenômeno de cultura e competência específicas” (BOURDIEU, 1983b, p. 137).

Devido considerar transformações na sociedade que geram uma demanda para consumo de certas práticas, Bourdieu atribui a formação do esporte moderno à necessidade criada pela sociedade inglesa do século XVIII, na qual as escolas públicas tinham papel fundamental na formação dos indivíduos e estabeleceram um ambiente propício à transmissão de valores morais através de jogos corporais. Tais atividades, trazidas de costumes populares, foram sistematizadas e racionalizadas nesses locais com a finalidade de exercer controle e manipulação social sobre os jovens alunos, a fim de melhor educá-los e discipliná-los. Nesse meio, o esporte se faz uma “escola de moral”, baseado nos princípios de Coubertin, no desenvolvimento físico, na virilidade e integridade. Baseia-se na melhora física e tendência para uso de dominação (BOURDIEU, 1983b).

Nesse processo, surge um campo específico do esporte, regido por regras e cronologia própria, sistematizado de forma proposital pelos sujeitos envolvidos, que se re-adapta constantemente de acordo com a *práxis* e estabelece um *habitus* próprio, de acordo com a estrutura social em que se manifesta.

Por isso é que Bourdieu (1983b) cita que o esporte é um produto da transformação de práticas corporais que derivam “do povo para o povo”, pois são originárias de atividades populares, sistematizadas pelas classes nobres, e re-apresentadas às classes menos favorecidas como conteúdo cultural para consumo.

Nota-se nesse raciocínio, a relação de dominador-dominado, visto que o esporte é um fenômeno criado pela aristocracia inglesa e incorporado culturalmente pelas classes menos favorecidas. Ou seja, é um exemplo da afirmação deste autor que a cultura popular é uma apropriação e adaptação da cultura dominante.

Bourdieu não estabelece uma descrição detalhada da gênese do esporte assim como Elias e Dunning, mesmo porque a base teórica desses dois autores se pauta na continuidade

temporal e transformação contínua dos fenômenos, enquanto que a teoria “bourdiana” analisa o campo como uma conformação específica e temporária. Dessa forma, as considerações deste autor sobre o processo de formação do esporte moderno se fazem importantes num sentido de ratificar seu surgimento nas escolas públicas inglesas e salientar a importância da cultura das classes nobres, dominantes, sobre a das classes menos favorecidas, através da racionalização das práticas.

Esse processo de “exportação” da cultura dominante remeteu a uma forma de diferenciação cultural, pois a possibilidade de prática descompromissada, voltada ao prazer, tendo como base valores morais como o *fair play*, era própria da aristocracia, que tinha condições econômicas, políticas e tempo livre para tal.

Dessa forma, para Bourdieu o campo esportivo se coloca como um espaço de lutas entre sentidos amadores e profissionais pelo domínio do *capital esportivo*. Enquanto o primeiro luta pela exclusividade nobre sobre a prática, o segundo promove maior disseminação da mesma e possibilidade de interação das classes menos favorecidas com esse universo. Através de adaptações e do surgimento de modalidades praticadas prioritariamente por esses sujeitos. Existia, nesse período (Inglaterra dos séculos XVIII e XIX), uma disputa ideológica entre classes sociais referente ao esporte amador (elite, praticava por prazer) e profissional (praticado por sujeitos que buscavam ascensão social, era destinado ao compromisso pela melhora de rendimento e também ao consumo das massas) (BOURDIEU, 1983b).

A análise de Bourdieu sobre o esporte moderno considera a ação da *práxis sociológica* como uma forma de transformação deste campo, e se baseia na elasticidade semântica desse fenômeno. Assim como outras produções culturais humanas, a prática esportiva apresenta uma possibilidade de significados, com sentidos diferentes (BOURDIEU, 1990). O campo de práticas esportivas não é o mesmo durante décadas, ele é marcado pelas apropriações de que foi objeto e pelas especificidades impostas nas disposições dos agentes sociais nele inseridos (MARCHI JR, 2002). Essa capacidade de se multi-manifestar deriva do *efeito de apropriação* (BOURDIEU, 1990) que o esporte sofre na sociedade, pautado pelas diferentes interpretações e ações dos participantes, dotados de *habitus*, com interesses e perspectivas diferentes frente a esse fenômeno.

Logo, para Bourdieu, o esporte moderno teve uma origem específica de conformação de um campo social (escolas públicas inglesas do período industrial), mas esse

universo esportivo, devido ser alvo de consumo entre as diferentes classes sociais, se apresenta como um fenômeno heterogêneo, que é apropriado pelos sujeitos de acordo com sua cultura e *habitus* próprios, além de ser passível de transformações de acordo com o ambiente social que o hospeda.

3.2.4. Relações teóricas entre Guttman, Elias e Bourdieu: a possibilidade de uma fundamentação interligada para a definição do Esporte Moderno

O intuito da seção 3.2. desse trabalho “A gênese do esporte moderno” se pauta na caracterização do surgimento do fenômeno *esporte*, para que, num segundo momento (Capítulo 4 - Esporte Contemporâneo) haja uma reflexão acerca dos mecanismos de transformação e conceituação do fenômeno esportivo que se apresenta na sociedade nos dias de hoje.

Uma premissa básica adotada é a de que o esporte se coloca e se modifica com base na conjuntura social em que se encontra. Podendo ser um objeto reflexo das características de determinado grupo social. Dessa forma, ao considerar que esse fenômeno tenha surgido no século XVIII, é possível e provável que a versão mais atual (século XXI) contenha diferenças estruturais, sendo possível também encontrar similaridades.

O esporte moderno foi apresentado com base em três obras (Guttman, Elias e Dunning, e Bourdieu). O intuito dessa consulta a fontes diferentes foi estipular uma forma de análise do processo de gênese e incorporação desse fenômeno na sociedade, desde o século XVIII até o início do XX, além de estabelecer uma caracterização do objeto.

Como este trabalho pauta-se em ciências humanas, um mesmo fenômeno pode ser analisado e descrito segundo inúmeras formas de interpretação e olhares que derivam de histórias e culturas diferentes entre seus observadores. A tentativa de associação entre as obras dos autores escolhidos não é nova (como um dos exemplos dessa metodologia tem-se “Sacando o voleibol”, de Wanderlei Marchi Junior, 2004), e pode ser de valiosa contribuição para uma compreensão acerca desse fenômeno, desde que sejam consideradas suas similaridades e divergências interpretativas.

Inicialmente, é importante considerar pontos ligados às obras de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Segundo Marchi Jr (2004), esses dois autores apresentam algumas diferenças

que devem ser consideradas quanto à compreensão e utilização do *Poder* em seus modelos teóricos. Para Elias, o poder se caracteriza como a disputa por hegemonia nas relações, é uma conquista acumulada na longa duração, fruto de inter-relações nas diversas configurações estabelecidas pelos indivíduos sociais. Para Bourdieu, representa a posse e o acúmulo de capital gerador de disposições sociais e conjunto de relações específicas, com perspectivas estruturais e supostamente estáveis.

Outra diferença entre esses autores se caracteriza pela forma como o conceito de *habitus* é apresentado, embora considerem a mesma origem social. Bourdieu desconsidera a contingência histórica – diferentemente de Elias, cujo objeto é claramente histórico, genético (MARCHI JR, 2004).

Como similaridades entre eles pode-se ter que ambos explicitam os fundamentos ocultos de dominação e os mecanismos de reprodução das leis sociais (MARCHI JR, 2007). Ou seja, tanto a idéia de *Configuração* em Elias, quanto o conceito de *campo* e *capital específico* em Bourdieu exercem um papel de determinar normas de dominação e diferenciação social, pautadas na busca pelo controle do objeto de disputa.

Podem ser citadas outras formas de similaridades (MARCHI JR, 2004, 2007):

- Rejeição a determinismos: ambos consideram o todo social como mutável e relativo frente às subjetividades e ações dos sujeitos;

- Origens sociais na formação do *habitus*: para ambos essa categoria deriva de construções formadas pelo grupo social e estabelece caráter de orientador das ações individuais. Com viés histórico em Elias e específico quanto aos objetos de disputa em Bourdieu;

- Recorrência a grupos sociais para definir jogo e configuração;

- Afinidade epistemológica quanto a objetivação e distanciamento em trabalhos de campo: ambos apresentam certa racionalidade em análise do objeto, por parte do pesquisador.

Ambos os autores consideram o fenômeno esportivo como sendo uma representação cultural de jogos populares que sofreu processos de sistematização e regulação de forma racional pelos indivíduos na época de sua gênese.

Feitas tais considerações, torna-se necessário relacionar o terceiro autor abordado, Allen Guttmann, com os outros dois. Pode-se afirmar que os três têm em comum a consideração de que o esporte moderno, assim como outros fenômenos sociais, é fruto das

aspirações, necessidades e características da sociedade industrial do final do século XVIII, e apresentam a racionalização e burocratização das regras como característica inerente à gênese do fenômeno.

Outro ponto importante é que os três apresentam a mutabilidade e transitoriedade do esporte, que pode se transformar de acordo com os atores envolvidos. Essa premissa é importante para que se possa afirmar a transformação posterior do esporte moderno em contemporâneo na metade do século XX, de acordo com novas aspirações, necessidades e características da sociedade.

É possível realizar também uma aproximação mais estreita entre Guttman e Bourdieu através de certa herança *weberiana*, expressa pela determinação do tipo ideal do esporte moderno, desenvolvido pelo primeiro, e a análise sobre formas e meios de dominação, descrita pelo segundo.

Já entre Guttman e Elias, nota-se proximidade principalmente referente à análise sócio-histórica e temporal sobre a gênese do esporte moderno.

Estabelecidas tais relações, é possível afirmar que o esporte seria um fenômeno em processo de constituição, ou seja, apresenta, historicamente, continuidades e rupturas que o afirmam como um objeto passível de interpretações à luz de diferentes teorias e propostas metodológicas (MARCHI JR, 2002).

Portanto, nesse trabalho será tratado como *esporte moderno* o fenômeno originado na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, pautado na apropriação dos jogos populares por parte da nobreza, sistematizando-os e regulando-os de acordo com seus valores morais, e re-apresentada à sociedade como prática racionalizada.

Como características desse fenômeno, serão tidas as sete categorias de Guttman (1978)¹⁵, somando-se a idéia de representatividade, visto que o esporte moderno tem nela uma grande vitrine, servindo de suporte para sua divulgação, além da possibilidade para uso político desse fenômeno.

Com base nas obras analisadas e na observação do fenômeno atual, é possível afirmar que o esporte documentado referente aos séculos XVIII, XIX e início do XX guarda certas diferenças de manifestações em relação ao fenômeno que se observa a partir da segunda

¹⁵ Secularidade; igualdade; especialização; racionalização; burocracia; quantificação; recordes (GUTTMANN, 1978). Considera-se, inclusive, a tendência desse autor em considerar o esporte moderno como homogêneo em relação a formas de manifestação, estando vinculado diretamente ao alto rendimento.

metade do século passado até hoje. Isso leva à hipótese da existência de um esporte contemporâneo nos dias atuais, pautado principalmente pela heterogeneidade de manifestações e pela mercantilização das práticas (havendo, por essa razão, a necessidade de adotar o termo *esporte moderno*, pois se pode aceitar a existência de um *esporte contemporâneo* nos dias de hoje).

Para a proposição de um esporte contemporâneo é necessário considerar o processo histórico que criou o esporte moderno e suas normatizações, assim como a continuidade de transformações sócio-culturais e as adaptações causadas sobre o fenômeno em questão.

Logo, como o intuito desse trabalho é uma discussão acerca da relação entre o esporte e a noção de Qualidade de Vida nos dias atuais, cabe aceitar tais abordagens teóricas (as obras de Guttmann, Elias e Dunning, e Bourdieu) como fontes de contribuições na determinação do que é o esporte moderno, e elementos fundamentais para a corporificação do fenômeno contemporâneo. A contribuição dessas perspectivas mora na definição de características que auxiliarão num processo de relação entre o fenômeno esportivo e demais manifestações da sociedade contemporânea, como formas de percepção de Qualidade de Vida.

4. ESPORTE CONTEMPORÂNEO

O esporte sofreu e sofre transformações constantes em sua história de acordo com mudanças no meio social, o que colabora para formar o fenômeno que se apresenta hoje na sociedade contemporânea. Considerando seus mais de dois séculos de vida, pode-se observar mudanças em sua conformação, derivadas de transformações no universo social que o cerca, numa comparação entre o fenômeno de hoje e o do gerado no século XVIII na Inglaterra.

Este capítulo tem como objetivo delimitar o fenômeno esportivo atual, desde sua origem no esporte moderno até uma análise sobre suas principais características, a heterogeneidade quanto a formas de manifestação, e a mercantilização de seus símbolos e objetos.

4.1. A conformação do esporte contemporâneo

As transformações sofridas pelo esporte moderno, no sentido de conformação do fenômeno contemporâneo foram graduais, tanto através de mudanças de paradigmas, seguindo tendências da sociedade, quanto por marcos históricos. Tais processos começaram a ocorrer de forma mais significativa após a Segunda Guerra Mundial, quando o uso político, a popularização, mundialização e espetacularização desse fenômeno tomaram maiores proporções e tiveram seu ápice no final da Guerra Fria.

No início do século XX, o esporte sofreu uma mudança qualitativa em sua estruturação e divulgação, isso ocorreu em razão de dois movimentos básicos: 1) Transformação das estruturas sociais e econômicas, principalmente após a 2ª Guerra Mundial; 2) Progressiva mercantilização da cultura (PRONI, 1998).

Essa transformação não se deu como uma ruptura pontual e surgimento de um fenômeno totalmente novo, como no século XVIII. Essa modificação resultou de adaptações do fenômeno moderno a novas configurações sociais, gerando um objeto diferente. O esporte contemporâneo se faz herdeiro do esporte moderno quanto à sua identidade como campo social (campo esportivo), porém, autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus símbolos, signos e objetivos.

Nesse período de transição, o esporte tomou importância em âmbito político, devido sua capacidade de comparações de performances e de enfrentamento entre nações. Além disso, algumas de suas características facilitaram seu uso por parte dos Estados (BRACHT, 1997, p.70-72):

- Regras de fácil compreensão e resultado imediato.
- Regras universais;
- Possibilidade de identificação com o coletivo;
- O esporte cria um mundo próprio;
- Representação nacional via a comparação de rendimentos e sucesso da nação;
- É um espelho da respectiva concepção de valores já existente na sociedade capitalista atual.

Entre suas funções políticas destaca-se seu papel diplomático, que o transformou no portador da ideologia de coexistência pacífica entre superpotências, além de cumprir a tarefa de marcar a presença de uma nação no cenário internacional (PRONI, 2002).

No período entre as duas grandes guerras mundiais notou-se a valorização do uso político do esporte em âmbitos nacional e internacional, no qual os governos passaram a explorar melhor a capacidade desse fenômeno de atrair o interesse das populações, e se apresentar como uma possibilidade de comparação direta de performances numa única linguagem e pautada em normas universais. Como exemplo disso, tem-se a organização das Olimpíadas de Berlim, em 1936. No caso, notava-se a destacada intenção do estado nazista em demonstrar a superioridade da raça ariana sobre o resto do mundo. Até esse período, quando o esporte começa a tomar proporções de espetáculo (nesse caso voltado à política), os Jogos Olímpicos não faziam muito sucesso, o que mudou com o incremento de seu uso pelos governos e conseqüente aumento da divulgação (TUBINO, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a separação das grandes potências mundiais em dois blocos econômicos, o esporte passou a ser uma forma de manifestar superioridade frente a outros povos e ferramenta política para os Estados. Ganhar medalhas, no período da Guerra Fria, tornou-se um símbolo não somente de orgulho nacional, mas também da superioridade de um sistema político sobre o outro (WADDINGTON, 2006). Nesse período, o esporte começou a se expandir devido ao aumento de investimentos nas melhorias do alto rendimento e à representatividade exercida por atletas em encontros internacionais, inclusive de países em desenvolvimento.

“O esporte (...) transformou-se numa extensão da competição política, militar e econômica que caracterizou relacionamentos entre os superpoderes e seus blocos associados” (WADDINGTON, 2006, p. 29).

Nesse panorama, com a entrada da União Soviética nos Jogos Olímpicos (1952, em Helsinke, Finlândia), e com o aumento do financiamento a modalidades olímpicas por parte dos Estados Unidos, o investimento dos estados no esporte aumentou de forma substancial (TUBINO, 1992). Ocorre nesse período o fortalecimento da perspectiva espetacular do esporte, pois para que seu uso político fosse eficiente era necessário divulgá-lo, fazer desse fenômeno uma manifestação cultural importante, que gerasse interesse e que unificasse formas de comunicação entre todo o mundo. Isso ampliou seus limites geográficos e culturais, tornando-o mais conhecido e valorizado em todo o planeta. Porém, também abriu possibilidades de novas formas de manifestação, devido às diferentes incorporações desse fenômeno por inúmeras formas de cultura.

O uso ideário-político do esporte teve seu ápice durante o período da Guerra Fria, e com a queda do muro de Berlim os investimentos mudaram de sentido. Além de finalidade política, como tinha a capacidade de mobilizar grandes multidões, o esporte começou a apresentar potencial mercadológico. Isso ocorreu devido ao aumento das proporções de divulgação e influência cultural das competições esportivas, principalmente dos Jogos Olímpicos, que passaram a atrair um enorme público mundial e a representar um valioso mercado em potencial. Por exemplo, os primeiros Jogos Olímpicos modernos, em Atenas em 1896, contaram com a participação de 311 atletas e público estimado de apenas 280 mil pessoas (TAMBUCCI, 1997), enquanto que em um século depois, a Olimpíada de Atlanta, em 1996, teve cerca de 10 mil atletas de 197 países e custou ao comitê organizador cerca de 1,7 bilhão de dólares (PAES, 2001), sendo um evento transmitido em nível mundial, com o número de espectadores na casa dos bilhões.

O processo de espetacularização antecedeu o de comercialização (PILATTI, 2000), ou seja, a capacidade do esporte de expansão e de veiculação como forma de cultura de massa, produzida pelo seu uso político, motivou a mudança desse paradigma para o comercial.

Com o fim da Guerra Fria e fortalecimento da globalização, o esporte, antes pautado principalmente pela disputa político-ideológica, rumou no sentido da disputa

mercadológica entre marcas e fornecedores, que financiam o espetáculo e direcionam o sentido das disputas (DARIDO, 2000).

[...] a metamorfose dos Jogos Olímpicos parece se completar: o esporte-espetáculo da era da globalização não tem muito que ver com o esporte de elite dos tempos de Coubertin. A sociedade de consumo propiciou a base para que o espetáculo esportivo se convertesse em veículo de propaganda de produtos destinados a mercados de massa (PRONI, 1998, p. 131).

Alguns estados e investidores privados iniciaram a transformação desse universo num mundo de mercado, aproveitando-se desse quadro de interesse pelo espetáculo esportivo e a capacidade do esporte dialogar com inúmeras formas de cultura por ser um fenômeno universal. A partir daí, esse objeto assume o status de produto e criador de outros novos mercados e bens associados a ele.

Esse movimento expande os limites geográficos, culturais e de significados do esporte. Seu uso se amplia e ele se faz produto não somente em competições internacionais, mas também em níveis regionais. Além disso, a imagem desse fenômeno, por ser tida como positiva e unificadora dos povos, atrai o interesse de prática de muitas pessoas de diferentes culturas.

O esporte moderno, pautado prioritariamente no alto rendimento, não se fez capaz de abarcar as inúmeras necessidades de prática dos sujeitos envolvidos por todo o mundo, e o que se nota no fenômeno mais atual é o aumento da utilização e criação de formas de atividades esportivas (TUBINO, 1992). Isso se expressa pelos diversos sentidos e significados para a prática que se fazem presentes na sociedade contemporânea. Esse fato levou ao surgimento de inúmeras formas de manifestação desse fenômeno. A diversificação de práticas se coloca como uma das características desse universo que lida com a variedade cultural e social de todos os praticantes.

Devido ao período de re-organização político-econômica por que passava o mundo no “Pós-Guerra Fria” e início de globalização, pôde-se notar diferentes formas de gerenciamento e organização esportiva. Sempre com o intuito de divulgar e disseminar a prática, com seu uso em favor do Estado e comércio.

Surgem quatro escolas esportivas nesse período: a *Saxônica*, chamada de liberalismo absoluto, pautada na Universidade; a *Socialista*, conhecida como dirigismo absoluto, com o estado como organismo central de todas as ações; *Européia-ocidental*, um misto das duas primeiras e a *Asiática*, precursora do paradigma do esporte como negócio, que tinha na indústria sua principal base (TUBINO, 1997, p. 21).

É possível aproximar o modelo esportivo brasileiro com a escola européia-ocidental, devido às características clubísticas para a prática, pela participação do Estado nos financiamentos e políticas de gerenciamento, e pela inserção de empresas privadas nesse setor (BENELI; RODRIGUES; MONTAGNER, 2006).

Independente da forma de organização esportiva, as nações buscaram se associar com perspectivas mercadológicas como rumos para suas ações, devido ser esta a essência do *esporte contemporâneo*. Porém, nota-se que o crescimento da globalização e hegemonia do mercado capitalista conduzem o esporte a um modelo atual mais unificado de organização, que por um lado ainda preserva algumas características das escolas já citadas (como por exemplo, a presença da Universidade na formação de atletas na *Saxônica*), mas por outro se faz voltado prioritariamente à comercialização, disseminação e divulgação das práticas esportivas, através da heterogeneidade de práticas e aumento do contato dos indivíduos com o esporte devido às diversas formas de manifestação desse fenômeno.

“O importante passou a ser a manutenção dos atletas e de seus patrocinadores *na vitrine*. Também as escolas esportivas (...) estão convergindo para um modelo único” (TUBINO, 1997, p.22). Esse modelo é a perspectiva de esporte-espetáculo, que se intensifica no decorrer do século XX e que nutre esse universo.

Ambas as características do esporte contemporâneo (mercantilização e heterogeneidade de formas de manifestação) acabam por estabelecer relação direta com a idéia de mundialização do esporte. Esse conceito fortalece o princípio de mercado, expandindo a importância e acesso a bens de consumo ligados a esse fenômeno, que se alimenta do interesse e familiarização dos sujeitos com o esporte, através de variadas formas de atividades promovidas entre inúmeras culturas e necessidades.

O processo de mundialização do esporte segue: “(a) um maior ganho de popularidade em escala mundial; (b) motivação internacional para eventos esportivos; (c) interesse crescente por esportes ocidentalizados; (d) importância política do esporte” (GEBARA, 2002b, p. 10).

Na segunda metade do século XX, o lazer se difere do aristocrático do passado, pois da mesma maneira que apresenta motivação a um estilo de vida voltado ao lúdico, é um tempo voltado ao consumo, socialmente disponibilizado para permitir aos trabalhadores o acesso a bens e serviços produzidos em massa. Com a privatização dos espaços e equipamentos

de lazer, não só se modificam os hábitos esportivos da população como são criados novos mercados (PRONI, 1998). O mundo passou a ser mais vinculado ao mercado e a comercialização das práticas de lazer passaram a ser um fato de merecida atenção (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005).

Num mundo globalizado, as formas, práticas, produtos, símbolos, significados, se confundem cada vez mais e tendem para uma cultura hegemônica, que, no caso do esporte, segue uma lógica ocidental neoliberal, visto que transmite cada vez mais valores ligados à meritocracia e competitividade de mercado.

Sendo um fenômeno ligado a práticas de lazer tanto como forma de atividade amadora, quanto como espetáculo para ser consumido, o esporte também se submeteu a esse processo de comercialização. É nesse aspecto que mora a principal transformação do esporte moderno em contemporâneo, a mercantilização da prática. Embora no fenômeno moderno já fosse possível observar manifestações de profissionalismo e investimentos externos, é após a 2^a Guerra Mundial que esse movimento se intensifica e toma proporções de produto a ser consumido em diversos campos da sociedade.

Outra característica importante do esporte contemporâneo é a institucionalização de sentidos diferentes da prática esportiva que transcendem a hegemonia do alto rendimento. Isso se apresenta como alternativas de prática e aproximação dos sujeitos ao universo esportivo, estando ligadas no mundo atual a ideais de promoção da saúde, valores educacionais, inclusão social e diversão, entre outros. Por isso, nota-se interesse sobre as diferentes faces do esporte contemporâneo tanto por órgãos de mercado (pela aproximação e familiarização desse fenômeno ao grande público por meio de práticas variadas), quanto de políticas públicas.

Outro fator que motivou a valorização do crescimento de diferentes formas de manifestação desse fenômeno no mundo contemporâneo são as exacerbações ligadas ao alto rendimento, principalmente ao *doping*, corrupção, segregação e exclusão de pessoas tidas como não aptas para um sentido extremamente competitivo presente nesse ambiente. Nesse processo, alternativas que venham a transmitir valores diferentes do esporte profissional podem ser vistos com bons olhos.

No mesmo sentido, intelectuais e representantes de programas de políticas públicas passaram a realizar revisões conceituais sobre o esporte a partir da década de 1960, principalmente nos meios acadêmicos, motivadas por (TUBINO, 1992, p. 11):

- Manifestações de intelectuais contra exacerbações no esporte;
- Documentos esportivos filosóficos internacionais;
- Surgimento e o desenvolvimento do movimento “Esporte para todos” (em 1967 na Noruega).

Nesse período, com o aumento em demasia da competitividade e seriedade dos encontros internacionais, o esporte de alto rendimento sofre uma crise de credibilidade quanto aos seus alicerces éticos e a seus princípios e valores. Isso se deveu a duas ocorrências: o *doping* e a corrupção, que surgem nesse universo ligado à idéia de vencer a qualquer custo (BENTO, 2000).

Essa revisão conceitual surge com o intuito de destacar a característica heterogênea desse fenômeno, pouco evidenciada no esporte moderno, e criar uma importância maior para o esporte do ponto de vista social, como uma prática que seja acessível a todos os indivíduos, questionando os valores transmitidos pelo alto rendimento. Como exemplos de ações nesse sentido tem-se a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, da UNESCO (1978), que institui a prática do esporte e acesso à Educação Física como direito de todos os indivíduos, e a proposta de democratização das atividades presente no movimento “Esporte para todos”.

De fato, esses movimentos surgiram provenientes tanto do desenvolvimento de críticas à hegemonia corrente do esporte de alto rendimento e do crescimento de sua espetacularização, quanto do aumento da comercialização das práticas. A necessidade desse movimento se justifica pelo crescimento do processo de mercantilização, no qual o esporte em muitos momentos passa a ser objeto voltado ao consumidor, devido a fatores diversos. Tem-se como exemplo a diminuição do número dos campos de várzea, principalmente nas grandes cidades, e o crescimento das escolinhas e dos espaços específicos para a prática do futebol, que são comercializados através do aluguel de campos e quadras. Com a privatização de espaços e equipamentos de lazer, não só se modificam os hábitos esportivos da população como são criados novos mercados (PRONI, 1998).

Observa-se também, nessa mesma lógica, a substituição do movimento associacionista¹⁶, principal referência ética e moral do esporte moderno (TUBINO, 1992), pelo de consumo. Ou seja, a ação coletiva de criação de ambientes esportivos se desvaloriza frente ao mercado de ofertas de possibilidades através da compra de espaços/oportunidades/condições para a atividade esportiva. As pessoas, ao invés de produzirem sua própria prática no clube, na sua associação, no seu espaço, simplesmente a compram, transferindo a outros sujeitos a responsabilidade de gerir e construir as condições para sua realização (BRACHT, 1997).

Agora que o uso político-ideológico do fenômeno esportivo está sendo substituído por um novo paradigma, o do esporte como negócio, surge um novo conflito social, de difícil tratamento, que é o confronto direto entre a lógica do mercantilismo e os valores do esporte. Os valores esportivos, desenvolvidos desde a Antiguidade e consolidados no associacionismo e no *fair play*, vão sendo, gradualmente, destroçados pelos aspectos pragmáticos do lucro (TUBINO, 1992, p. 48).

Nesse processo, o esporte contemporâneo se caracteriza como um fenômeno heterogêneo ligado ao mercado, no qual suas práticas, voltadas ao lazer, à educação formal e ao alto rendimento, acabam ou se associando com giro de capital, ou sofrendo influência cultural de um modelo hegemônico. Nesse universo, os meios de comunicação exercem um papel de destaque, o de divulgar e expandir os conceitos, costumes, símbolos, valores e produtos do esporte.

O sucesso do futebol como uma das principais atividades de lazer esportivo no século XX deve-se, em grande medida, aos investimentos dos meios de comunicação para convertê-lo no eixo da informação esportiva, captando clientes por meio do uso deste como um importante agregado de divulgação (REIS, 2006, p.14).

Pode-se notar duas ações associadas a essa tendência de expansão do esporte contemporâneo (GEBARA, 2002b, p. 13):

- Massificação do esporte: Fazer o esporte ser consumido pelo maior número de pessoas possível;
- Democratização do esporte: Possibilitar às minorias a efetiva participação no esporte.

¹⁶ Associacionismo: Movimento originário no âmbito da sociedade civil, está baseado na organização voluntária em torno do interesse comum pela prática esportiva (BRACHT, 1997).

Com a massificação, o esporte, que tem origem nos jogos produzidos pelo povo e no lazer voluntário, retorna ao povo como espetáculo para consumo (BOURDIEU, 1983b). O sentido da massificação é direcionado ao crescimento de espectadores e consumidores num mercado de bens, serviços e entretenimento (MARCHI JR, 2006). A democratização surge a partir da preocupação em disponibilizar a prática esportiva para o maior número de pessoas possível, seja através de políticas públicas ou de ações privadas.

Como consequência do aumento da mercantilização, e da queda da credibilidade dos valores morais do alto rendimento, instala-se no esporte contemporâneo uma contradição. Enquanto órgãos oficiais produzem políticas, projetos e manifestos a favor da democratização do esporte, o setor privado, com apoio dos meios de comunicação, rumo num sentido hegemônico de encarecer a prática e os produtos associados à mesma, a partir da criação de hábitos e necessidades vinculadas ao universo esportivo. Ao mesmo tempo em que tenta direcionar para uma democratização de práticas heterogêneas, o esporte se nutre da massificação de seus produtos.

A mercantilização do esporte contemporâneo se apresenta sob diversos aspectos, sendo como comércio de possibilidades de prática de lazer, mercado de artigos esportivos ou associados a este fenômeno, meios de informação, ou através do esporte-espetáculo, sendo este último a forma de expressão que exerce mais influência sobre esse processo, difundindo uma cultura esportiva de consumo.

O consumidor de artigos esportivos não consome somente roupas, mas signos, valores e comportamentos embutidos no produto. Nesse sentido, a massificação do esporte tem sido bastante funcional para a expansão dos mercados esportivos e das oportunidades ocupacionais relacionadas ao esporte (PRONI, 1998).

O processo de massificação está intimamente ligado à espetacularização deste fenômeno. A divulgação de suas práticas, valores e significados amplia o campo de ação do mercado e do esporte como produto.

O processo de profissionalização do esporte também o tornou popular com base na massificação de suas práticas e significados. O amadorismo anterior restringia os grupos à reuniões de sujeitos homogêneos socialmente (MARCHI JR, 2006). Ao profissionalizar-se, o esporte mudou seus interesses amadores de diferenciação social num sentido de ser um fenômeno que transcende barreiras sociais visando o aumento do próprio consumo.

Eis um outro ponto de diferenciação entre o esporte moderno e o contemporâneo: o fim do amadorismo como forma de diferenciação social. Visto que a democratização, massificação, espetacularização e as inúmeras formas de manifestação desse fenômeno proporcionam acessos tanto em ambientes profissionais quanto não-profissionais, não representando uma disputa de classes, embora o contato com certas modalidades não se expresse de forma homogênea para sujeitos de estruturas sociais distintas. Na verdade, a diferenciação social que ocorre no fenômeno contemporâneo se dá através das diferentes condições de vida, ou seja, possibilidades de acesso a bens de consumo que proporcionem oportunidades de prática e consumo do esporte como produto.

O esporte-espetáculo se faz presente nesse quadro como o resultado da descoberta de que o esporte pode ser um produto rentável, a partir da relação deste com os meios de comunicação (TUBINO, 1997). Engloba desde o alto rendimento espetacularizado, até a criação e comercialização de produtos voltados a praticantes de lazer, e é caracterizado da seguinte maneira:

“Esporte-espetáculo seria a transformação do esporte em mercadoria veiculada pelos meios de comunicação de massa” (BRACHT, 1997, p. 13).

Quando falamos em esporte-espetáculo estamos nos referindo a uma forma particular de práticas altamente competitivas e a uma esfera específica de consumos esportivos. O esporte-espetáculo não substitui, e sim se sobrepõe às formas mais simples de competição esportiva; não concorre com, e sim potencializa as demais formas de consumo esportivo (PRONI, 1998, p. 84).

O esporte-espetáculo tem três traços mais elementares (PRONI, 1998, p. 85):

- Competições esportivas organizadas por ligas ou federações que reúnem atletas submetidos a esquemas intensivos de treinamento (no caso de modalidades coletivas, a disputa envolve equipes formalmente constituídas);
- As competições esportivas tornaram-se espetáculos veiculados e reportados pelos meios de comunicação de massa e são apreciados no tempo de lazer do espectador;
- A espetacularização motivou a introdução de relações mercantis no campo esportivo, seja porque conduziu ao assalariamento de atletas, seja em razão dos eventos esportivos apresentados como entretenimento de massa passarem a ser financiados através da comercialização do espetáculo.

O objetivo do processo de espetacularização do esporte é a rentabilidade e a busca por profissionalização em diferentes instâncias de intervenção. Seus procedimentos e objetivos são distintos do processo de popularização da prática. Espetacularizando um produto, as

ações são direcionadas para um potencial público consumidor, ao passo que popularizando, invariavelmente, o sentido seria a democratização da prática (MARCHI JR, 2006).

É preciso ter claro que o esporte-espetáculo não se limita somente às competições de alto rendimento, profissionalizadas, mas também exerce influência em manifestações esportivas amadoras, através do consumo de espaços, materiais e práticas tidas como produtos indispensáveis. Além disso, tem-se a importância que as notícias e acontecimentos esportivos tomam no dia-a-dia de inúmeros indivíduos ou no consumo cotidiano de bens que se promovem através do esporte.

Esse consumo ocorre devido aos valores de competitividade, garra, saúde, companheirismo, força, inteligência, entre outros, que o esporte associa a uma marca ou produto, sendo vantajosa para a empresa que quer expandir suas vendas, a ligação de sua marca com esse fenômeno (TAMBUCCI, 1997).

O uso contemporâneo do termo esporte, incentivado principalmente pela mídia, também se remete a prazer, bem-estar, aventura, desafio, diversão. Isso, amparado na universalização da compreensão acerca de algumas práticas, facilita o crescimento da comercialização deste fenômeno (BETTI, 2002). Através do esporte tornou-se possível comprar sensações não vivenciadas no cotidiano, principalmente em meios urbanos, apresentando a característica “elisana” de *catarse* junto a esse fenômeno.

A estruturação das manifestações contemporâneas do esporte está pautada em princípios que regem a concepção de mercados de bens, serviços e entretenimento (MARCHI JR, 2006). Dessa forma, conviver com o esporte implica, muitas vezes, em testemunhar ações mercadológicas, o que cria inúmeros personagens ligados a esse universo:

- *Atleta-astro*: o esportista profissional que, além de atuar como atleta também tem sua imagem vinculada a outras formas de ganho de capital e, por que não, outras carreiras como modelo fotográfico e diplomacia internacional;

- *Atleta-produto*: o esportista profissional que é negociado entre clubes ou organizações financeiras como uma peça que gera lucros;

- *Esportista-consumidor*: o sujeito que paga tanto para ter acesso à prática esportiva quanto para acompanhar exposições profissionais e produtos vinculados ao esporte-espetáculo;

- *Esportista-praticante*: o não-profissional que pratica esporte efetivamente como forma de atividade física sistematizada, sem compromisso formal e econômico de alta performance;

- *Esportista-sedentário*: o sujeito que se sente atraído pelo esporte, o consome de inúmeras formas, vive seus momentos de lazer em função de manifestações esportivas e de seus produtos, mas não pratica nenhuma modalidade esportiva.

Nota-se que na perspectiva mercadológica atual, para se julgar apreciador do esporte e vivenciá-lo não é mais preciso praticá-lo, basta ou estar atento aos produtos vinculados a esse universo, ou vivenciar ações miméticas como apostas, jogos eletrônicos, ou assinar um pacote de eventos exclusivos pela televisão a cabo. O fato de assistir ao esporte espetáculo em demasia se caracteriza, segundo Bourdieu (1990), como a formação de hábitos esportivos “passivos”.

Nessa dinâmica de mercado nota-se o surgimento de produtos para diversos públicos, como novas modalidades moldadas para o espetáculo, sem origem popular, e também bens esportivos, que são consumidos para inúmeros fins além da prática de atividade física.

O esporte pautado no espetáculo tem como referência principal a transmissão televisiva, e as modalidades, para sobreviver, têm de se adequar às suas normas, exigências e promover uma certa dose de “espetacularização”. Nesse processo definham as modalidades clássicas que não viabilizam tantos lucros, em detrimento das mais rentáveis, por motivos diversos, sendo melhores espetáculos para a televisão (TUBINO, 1992). Além disso, ocorre a adaptação dos eventos para a lógica televisiva, como por exemplo, os horários dos jogos da Copa do Mundo de futebol de 1994, nos Estados Unidos, que foram estipulados visando um melhor acesso e audiência do público europeu, desprestigiando o local (TAMBUCCI, 1997).

A televisão transmite o que lhe interessa (lucro e afirmação nacionalista), o esporte fica refém de seu sucesso televisivo, pois um evento como os Jogos Olímpicos é transmitido e interpretado de acordo com a lógica de mercado televisivo (BOURDIEU, 1997).

Nota-se também o crescimento das modalidades ligadas à natureza, que representam uma nova forma de excitação, reflexo do Processo Civilizador de que está susceptível sociedade contemporânea (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005). Além disso, representam uma possibilidade de interação da população urbana com a natureza, podendo simbolizar uma melhora de Qualidade de Vida.

No universo esportivo atual nota-se uma mudança dos valores morais, principalmente ligada ao uso do corpo no esporte moderno, sendo este visto como uma máquina, um objeto voltado ao alcance do progresso infinito. No esporte contemporâneo existe uma preocupação com a visão de corpo como parte constitutiva de um homem integral (GARCIA, 1999). Nota-se essa transformação, por exemplo, na mudança do paradigma pedagógico frente ao esporte. No início do século XX, o ideal da prática esportiva para crianças na escola e em clubes tinha ligação com a formação precoce de atletas e a busca por talentos, visando formar representantes da pátria ou homens fisicamente ativos, prontos para o trabalho. Questões presentes em inúmeras reflexões da sociologia e pedagogia do esporte nos dias de hoje, como a refutação à especialização precoce e a busca por promoção do bem-estar do aluno perante a prática, não eram temas freqüentemente abordados. Há, hoje em dia, uma maior preocupação com a educação para o esporte, voltada a possibilitar a prática de forma interessante e prazerosa para a criança, buscando incorporá-la em seu estilo de vida, independente de ela se tornar atleta ou não.

Na contra-mão do consumismo nota-se também uma vontade de indivíduos ligados à pedagogia e gerenciamento do esporte, em transmitir valores ligados à compreensão e criticidade a respeito da espetacularização pela qual passa esse fenômeno, seus pontos positivos e negativos, visando formar cidadãos críticos e autônomos frente às manifestações esportivas contemporâneas e seus apelos ao consumo, que saibam utilizar o universo esportivo de forma positiva para sua vida.

É possível perceber que pensadores do esporte preocupam-se, nos tempos atuais, em buscar alternativas para que a prática, principalmente na escola e a de lazer, sejam positivas em relação a valores transmitidos e formas de atividade física presentes no estilo de vida dos indivíduos.

Nota-se no fenômeno contemporâneo um cenário dicotômico entre o uso comercial do esporte, inclusive de produtos que não necessariamente se ligam à prática de atividade física, e de movimentos ligados ao uso do esporte como fenômeno de melhoria social, tanto voltado à inclusão, como educação ou promoção de saúde.

Por tudo isso é possível assumir que a ética educacional do esporte contemporâneo se apóia na diversidade de manifestações, a preocupação sobre os valores transmitidos e a criticidade e autonomia frente ao seu consumo, substituindo a ética do

associacionismo (TUBINO, 1992), fruto de uma lógica aristocrática do século XIX, que propunha a segregação de classes e costumes frente o acesso à prática esportiva.

É possível separar o esporte contemporâneo em atividades orientadas para o mercado e atividades sem finalidades econômicas, porém, com íntima relação entre eles (PRONI, 1998). Essa ligação se dá no fato de a segunda forma servir de fator enriquecedor da primeira, visto que auxilia na divulgação desta e na maior incorporação de um *habitus* esportivo, além de ser influenciada por certa cultura hegemônica e comercial.

Se por um lado, a expansão, divulgação e heterogeneização ampliam as fronteiras do esporte, tornando-o mais acessível, por outro, esse crescimento também amplia a esfera de possíveis consumidores desse fenômeno. Essa diversidade de manifestações pode tanto oferecer oportunidades de melhorias sociais, como também auxilia na divulgação e comercialização do espetáculo e de produtos ligados a ele.

No mundo contemporâneo o acesso ao esporte se faz facilitado em relação ao esporte moderno, principalmente por causa de sua mercantilização e divulgação, e de seu uso para ações sociais. Portanto, o esporte contemporâneo se configura como um fenômeno diferente do esporte moderno devido sua capacidade mercadológica potencializada, a maior heterogeneidade de práticas apresentadas através de suas inúmeras formas de manifestação, o convívio entre o culto e o questionamento a valores e exacerbações do alto rendimento e a relação complexa entre esses fatores.

Tais características assumem um papel de transformação dos estilos de vida das pessoas ligadas a esse fenômeno, seja como profissionais, não-profissionais ou simplesmente consumidores, sedentários ou não, do esporte. As inúmeras formas de manifestação oferecem um amplo leque de oportunidades de prática e convivência com atividades e valores transmitidos, sendo esse um campo de possibilidades de manifestações humanas, que exercem influência sobre a forma como as pessoas vivem e, conseqüentemente, sobre sua Qualidade de Vida.

4.2. Formas de manifestação do esporte contemporâneo

Uma das facetas do esporte contemporâneo se apresenta na heterogeneidade de suas formas de manifestação. Embora contenha características específicas, o esporte apresenta traços diferentes de acordo com o ambiente em que se insere (STIGGER, 2002). Ao observar

manifestações esportivas, não é difícil notar semelhanças e diferenças entre elas. Assim como outras produções culturais humanas, apresenta uma grande elasticidade semântica. Logo, oferece uma significativa disponibilidade para usos diferentes, até opostos, podendo mudar de sentido.

Porém, o grau dessas possibilidades não é infinito, pois embora as disposições para o esporte sejam inúmeras, o espaço dos possíveis é restrito, preso ao que se considera como pertencente ao universo esportivo (BOURDIEU, 1990).

Essa elasticidade pode ser justificada de acordo com a influência de três premissas básicas, que interferem nas ações dos sujeitos (BOURDIEU, 1983b): o conhecimento praxiológico, aquele que se dá no cotidiano de forma empírica; a noção de *habitus*, sistema de conhecimento do sujeito a partir de vivências em um meio social; e o conceito de campo. As variáveis derivadas dessas três fontes possibilitam formas distintas de interpretação e ação frente ao fenômeno esportivo, pois o esporte se adapta e deriva de características e imposições do ambiente em que está inserido, se manifestando de forma a atender às exigências e necessidades de quem o pratica, sendo um resultado das condições sociais e da carga cultural de quem se envolve com ele.

“Sabemos não existir hoje um sentido único para o desporto, sendo que convém perceber qual o essencial. Velhos, novos, mulheres e crianças, de todas as condições, para todos o desporto só pode ter um significado – o da realização humana” (MARQUES, 2000, p. 10). O esporte existe no plural, de acordo com a clientela, modelos, cenários, modalidades, sentidos e significados (BENTO, 2004b).

Como exemplo empírico da premissa de que o esporte é um fenômeno heterogêneo, tem-se a pesquisa de campo realizada por Marco Paulo Stigger (2002). Nesse trabalho o autor conviveu com três grupos distintos de praticantes de esporte em momentos de lazer, e analisou as diferentes normatizações e sentidos dados à atividade, próprios de cada grupo.

Notou-se que os grupos, que se reuniam em locais diferentes e não praticavam necessariamente as mesmas modalidades, criavam suas próprias regras de funcionamento, com lideranças se expressando de formas distintas e normas de conduta pautadas em valores próprios, porém, com o sentimento e a certeza de que estavam praticando esporte. E de fato estavam, porém sob formas de manifestação distintas.

Esse trabalho (STIGGER, 2002) é um exemplo específico, não generalizante, porém válido como ilustração de observação empírica que demonstra o esporte de forma

heterogênea de acordo com os participantes, seus princípios, objetivos, possibilidades e intenções para com a prática. Nesse universo de escolhas mora, além de variações quanto à modalidade praticada, o sentido que se dá para a atividade.

Mesmo considerando o papel de cada modalidade no universo esportivo, é possível que estas possam ser praticadas de inúmeras formas, de acordo com os praticantes e o espaço em que a atividade ocorre. As alterações no sentido dominante se dão, de forma primordial, pelas interpretações dos participantes, principalmente os novatos. Essas diferentes formas de compreensão derivam da origem cultural e das disposições dos indivíduos constituídas socialmente (BOURDIEU, 1983b).

É na relação entre o espaço das diferentes modalidades e das relações sociais que se define as propriedades pertinentes de cada forma de prática esportiva (BOURDIEU, 1990).

Uma das dificuldades na análise das práticas esportivas reside no fato de que a unidade nominal (tênis, esqui, futebol) considerada pelas estatísticas (inclusive as melhores e mais recentes delas, como a do Ministério do Assuntos Culturais) mascara uma dispersão, mais ou menos forte, conforme os esportes, das maneiras de praticá-los, e no fato de que essa dispersão cresce quando o aumento do número de participantes (que pode ser apenas o efeito da intensificação da prática das categorias já praticantes) é acompanhado de uma diversificação social desses praticantes (BOURDIEU, 1990, p.210).

Cada sujeito se apropria das regras e normas do esporte de acordo com sua perspectiva e transforma a prática a partir desse mesmo modelo. Esse processo denomina-se *efeito de apropriação*, no qual o ator se apodera da prática, moldando-a de acordo com seus interesses e história pessoal (BOURDIEU, 1990). Por isso, é possível afirmar que para compreender as diversas manifestações esportivas é preciso considerar o significado dessas para os participantes (STIGGER; SILVA, 2004).

Porém, é preciso ter claro que o esporte se configura como um universo único e próprio de características específicas, mas que se desmembra em diversas formas de manifestação. Nesse contexto, torna-se um equívoco afirmar que existem vários tipos de *esportes*. Muito pelo contrário, esse é um fenômeno ímpar, dotado de algumas características maleáveis (como o ambiente, a modalidade e o sentido dados à prática) e não-maleáveis (sua história, a competição inerente à prática e o uso do corpo para a atividade). Considerar o esporte somente como um fenômeno ligado ao alto rendimento, ou denominar diferentes modalidades como

futebol, basquetebol, boxe, entre outras, como *esportes*, simbolizam ações de reducionismo ou de generalização desse fenômeno. Todas as manifestações esportivas são - um único - *esporte*, apresentando-se de acordo com o ambiente em que se insere, cabendo aos exemplos citados a denominação de modalidades esportivas.

Uma forma de exemplificar essa realidade é a existência de inúmeras modalidades esportivas e as infinitas possibilidades dessas se apresentarem em diversos contextos.

“Não se pode atribuir uma função social exclusiva a cada modalidade esportiva. Sem dúvida, uma mesma modalidade pode ser desfrutada como prática recreativa, ser ensinada como atividade pedagógica, ou ser comercializada como espetáculo de massa” (PRONI, 1998, p. 75).

Tem-se nesse quadro inúmeras modalidades esportivas, pautadas por suas histórias, regras, normas, costumes, ambientes, materiais e objetivos próprios, que, dotadas de um sentido (significado) para a prática, produzem uma forma de manifestação do esporte.

Um campeonato profissional de voleibol se insere num ambiente (alto rendimento), tem um sentido (oficial) e deriva de uma modalidade esportiva (voleibol). A inter-relação entre esses três fatores compõe o contexto (campeonato), ou seja, uma forma de manifestação do esporte. Um grupo de idosos que se reúne para jogar voleibol (modalidade) como prática de lazer (ambiente), visando diversão e a possibilidade de praticar atividade física (sentido), com equipes que se revezam e regras adaptadas às suas necessidades, intenções e limitações, também pratica esporte, sob outra forma de manifestação. Ambos os grupos estão envolvidos com a prática esportiva, porém sob aspectos diferentes e expostos a situações e valores distintos.

Refletindo sobre as formas de manifestação do esporte, é possível considerar que são compostas por três esferas interligadas:

- a – Ambiente da prática;
- b- Modalidade da prática;
- c - Sentido da prática.

O ambiente da prática engloba a esfera social em que se realiza a prática esportiva. Diz respeito aos meios profissional, não-profissional e escolar. É o campo de

realizações nos quais as modalidades esportivas se concretizam, pautadas em sentidos que a contextualizam e lhe dão significado.

A modalidade da prática diz respeito às diversas modalidades esportivas que se caracterizam por regras, normas de ação e formas de disputa próprias, e compõem universos diferentes. São autônomas quanto às suas determinações legais e, em alguns casos, à sua história. Muitas delas têm entidades reguladoras próprias (federações, associações, confederações, ligas, entre outros) que normatizam e regulam a prática. São exemplos de modalidades esportivas o futebol, o boxe, a natação, o badminton, entre outras.

O sentido da prática diz respeito às razões e os valores transmitidos por ela. O sentido deriva das condições sociais, culturais e históricas dos indivíduos envolvidos, que exercerão influência sobre a concepção da atividade (*Efeito de apropriação* - BOURDIEU, 1990), e lhe dão significado.

Por se tratar de um fenômeno que exerce transmissão e renovação cultural, pois deriva das características de seus praticantes, o esporte transmite valores, e por isso interfere na formação humana. Esses valores são diferenciados de acordo com o sentido da prática. Por exemplo, uma atividade que transmita segregação e comparações objetivas se diferencia de outra que transmita inclusão e autovalorização.

O sentido do esporte em si mesmo não existe, depende dos valores que ligam as pessoas a ele (BENTO, 2004b). Isto é, o esporte não se expressa por si só, mas de acordo com o significado que lhe é dado. Afirmações deterministas como *Esporte é saúde; Esporte não é saúde; Esporte é segregação; Esporte é integração*, se fazem insuficientes, pois qualquer ação esportiva tem de ser contextualizada com relação ao seu ambiente, sentido e modalidade.

O sentido do esporte passa pelo “o que está em jogo”, elemento relacionado a interesses materiais, prestígio pessoal e de grupo, e que dá significado à cultura esportiva (STIGGER; SILVA, 2004). A competição é algo inerente a esse universo (PAES, 2001), e o “valor” do jogo está submetido ao papel que se dá a ela. Se for o ponto central da prática, induz à busca primordial pela vitória, caso contrário, pode direcionar a atividade para outros fins.

Toda prática esportiva expressa uma forma de manifestação do esporte, e é concebida na inter-relação de um sentido (uma razão de ser, transmitindo valores) e de determinada modalidade (mesmo que as regras adotadas sejam adaptadas em relação às

formalizadas por entidades normativas da modalidade em questão, ou criadas pelos praticantes), que se apresentam num determinado ambiente social.

As formas de manifestação não são elencáveis ou classificáveis na sua essência, pois derivam de infinitas combinações de possibilidades de prática. Para compreendê-las é necessário uma análise complexa desse fenômeno. Por exemplo, uma partida de futebol se diferencia de uma de basquetebol como formas de manifestação, por serem pautadas em modalidades diferentes. Da mesma maneira, uma partida de handebol de jogadores profissionais se diferencia de uma amadora por possuírem sentidos difusos, em ambientes diferentes.

4.2.1. Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte

Para compreender uma manifestação esportiva é preciso observá-la como um fenômeno complexo, que pode estar presente em diversos ambientes de prática. Uma maneira de executar tal análise se apresenta no *Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte*, proposto neste trabalho.

Para a configuração deste modelo, que considera que toda forma de manifestação do esporte se configura na relação entre três esferas (ambiente da prática, modalidade da prática, sentido da prática), faz-se necessário compreender, num primeiro momento, os ambientes de manifestação do esporte, e num segundo, refletir sobre os valores transmitidos pelos seus diversos sentidos. Quanto às modalidades esportivas, apresentam maior especificidade, variedade e autonomia frente à regras e história, podendo estar presentes em qualquer ambiente, sob qualquer sentido.

4.2.1.1. Ambientes de manifestação do esporte

O artigo 3º do capítulo III da Lei federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, intitulada Lei Pelé (BRASIL, 1998), estabelece que o esporte pode ser reconhecido no Brasil de acordo com as seguintes manifestações:

I - **desporto educacional**, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação

para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - **desporto de participação**, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - **desporto de rendimento**, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo Único - O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

Porém, essas formas são interligadas, como por exemplo, a existência de manifestações não-profissionais vinculadas a competições formais no lazer, ou objetivos de promoção da saúde no meio educacional, por exemplo. Além disso, esse modelo proposto pela “Lei Pelé” faz uma idealização frente ao esporte educacional e de participação, visto que na realidade, o que se apresenta são mais do que somente manifestações que evitem a hipercompetitividade e seletividade, promovendo a participação de todos.

Muitas vezes, nota-se tanto no ambiente educacional, quanto no de participação, ações de segregação e comparação de performances atléticas. Independente dos objetivos tidos como ideais para tais ambientes, esse modelo exige uma sistematização menos idealizada e mais realista, visando uma melhor compreensão sobre as formas de manifestação do esporte na sociedade contemporânea.

Além disso, a denominação esporte de rendimento não especifica uma compreensão sobre o objeto, visto que qualquer manifestação esportiva demanda certa performance, certo rendimento, que pode ser alto ou baixo.

Com o objetivo de estabelecer um outro modelo, otimizado, de análise do fenômeno esportivo, quanto aos seus ambientes de manifestação e possíveis sentidos adotados para a prática, é apresentada nesse trabalho uma caracterização mais específica de tais categorias.

Neste caso, propõe-se uma estruturação diferenciada, não desconsiderando a legislação federal, porém, tomando-a como base e adaptando-a para outros três ambientes de manifestação do esporte: *esporte escolar*, *esporte de lazer* e *esporte de alto rendimento*.

Dessa forma, busca-se um modelo mais apropriado de análise sociológica frente ao fenômeno estudado, diminuindo possíveis pontos de confusão entre as categorias em questão, e principalmente idealizações exageradas, generalizações e reducionismos frente aos conceitos e manifestações presentes nos ambientes esportivos.

Nota-se que são apresentados três ambientes de formas de manifestação do esporte. A ocorrência desta diferenciação apresenta finalidades à prática esportiva. Por se basear em meios distintos, o esporte não apresenta fim em si mesmo. Sempre há algo que o transcende, como por exemplo, entre outros tantos possíveis, o aspecto mercadológico no alto rendimento, a educação e formação de cidadãos no escolar, e a prática voltada à diversão e promoção da saúde no lazer. Isso não atribui a esse fenômeno um caráter utilitarista, muito pelo contrário. Tais finalidades criam o interesse e enriquecem a prática, dando sentido às suas ações e características.

O *esporte educacional* se apresenta como uma prática voltada tanto à educação formal quanto assistemática, o que indica para ambientes específicos em que este fenômeno estaria exercendo função de educar quem se relacione com ele. Porém, ao assumir que toda prática esportiva é dotada de sentido e que esse direciona para valores morais transmitidos, tem-se que o esporte sempre é educacional ou formativo, independente do significado que lhe seja atribuído (PAES, 2001, 2002). Dessa forma, o que se ensina pode ou não ser coerente com a concepção de educação adotada ou desejada, compatível ou não com o ambiente em que se insere a prática. Além disso, a forma de esporte praticada, principalmente dentro de instituições educacionais formais, pode transmitir valores de forma orientada, de acordo com o sentido adotado (BRACHT, 1997).

Educação seria, segundo Ferreira (1985, p.172), “o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral”. Dessa forma, o sentido do desenvolver-se é ditado de acordo com o grupo social, a história e carga cultural de que se faz constituinte o sujeito. Logo, a concepção de educação a ser adotada em processos pedagógicos limita-se aos valores tidos como positivos no ambiente em que se faz referência.

Na sociedade contemporânea é mais comum observar noções relativas à garantia de cidadania, integração social e formação de sujeitos autônomos e críticos frente à sociedade como um processo ideal de formação humana. Porém, isso não pode ser tomado como o único conceito de educação possível.

Pode-se compreender educação de duas maneiras, uma no sentido lato, que, segundo Tani e Manoel (2004), está presente em toda parte e se desenrola em todos os espaços e segmentos de convivência social, ou seja, no lar, na rua, no clube, na igreja, e assim por diante. Tem como meta contribuir para a formação integral da personalidade das pessoas preparando-as para a vida; e também num sentido sistematizado, que visa transmitir a produção cultural de conhecimento humano historicamente constituído, de forma organizada e num ambiente próprio, a escola. Ambas as perspectivas se apóiam em conceitos e valores morais, formadores da concepção de educação a ser adotada.

O esporte educacional, segundo a “Lei Pelé”, se configura como um ambiente no qual há transmissão de valores morais e direcionamento para formação humana, porém, essa nomenclatura se mostra reducionista, o que gera certas questões: qual forma de esporte não apresenta tal perspectiva já que sempre transmite valores? O alto rendimento não ensina nada? Além disso, o que se observa em ambientes de educação formal, como por exemplo em competições interescolares, são também manifestações ligadas à rivalidade e hipercompetitividade. Independentemente dos valores morais que isso transmite, um modelo de compreensão do esporte deve considerar as ocorrências da aplicação prática e analisá-las a ponto de poder, num segundo momento, sugerir caminhos para uma aplicação ideal do fenômeno.

A denominação esporte educacional poderia ser melhor direcionada se considerada como a prática própria de um ambiente formal de educação (a escola), e um dos conteúdos de uma de suas disciplinas curriculares (a Educação Física), visto que ao assumir que sua presença em ambientes não-formais amplia suas margens a ponto de ser um ambiente irrestrito pedagogicamente, e muitas vezes com objetivos distintos do meio formal. Dessa forma, é possível afirmar que ambientes não-formais de educação, como escolinhas de futebol, por exemplo, se apresentam com maior proximidade a um espaço de lazer, no qual os praticantes têm contato com determinadas modalidades esportivas de forma orientada por instrutores, sem a obrigatoriedade de vinculação a um projeto pedagógico.

Logo, nesse processo de desenvolvimento de um novo modelo para a compreensão dos possíveis ambientes das formas de manifestação do esporte, toma-se como esporte educacional o ocorrente na escola, próprio de aulas de Educação Física, visto que nesse ambiente ele faz parte de todo um projeto pedagógico próprio dessa área de conhecimento e da instituição em que se encontra, o que direciona para determinada concepção de educação que se julgue adequada. Por esse motivo, tomar-se-á uma nomenclatura mais específica, *Esporte Escolar*, como um primeiro ambiente de manifestação do esporte.

É importante considerar também que o esporte se manifesta na escola tanto em aulas curriculares quanto extracurriculares, o que pode significar mudança no sentido da prática. Isso deriva do projeto pedagógico da instituição e do professor envolvido.

Quanto à idéia de *esporte de participação*, pautado na forma voluntária, se apresenta de maneira não-profissional, uma categoria também tida como própria do esporte de rendimento na lei citada. Nota-se que os objetivos do primeiro – Interação social, promoção da saúde e educação para preservação do meio ambiente – podem ser alcançados tanto em locais de práticas esportivas formais quanto não-formais. Dessa forma, essa categoria se configura como manifestações esportivas voltadas ao acesso facilitado à prática e a maiores possibilidades de inserção social dos interessados, pois não é pautada, prioritariamente, pela busca por resultados.

Por outro lado, não é somente o ambiente participativo que pode transmitir valores ligados à integração social e facilitação à participação, o esporte escolar pode possuir também essa tendência, e por quê não dizer, esse intuito.

Por esse motivo, com a intenção de especificar o conceito de esporte participação, tomar-se-á como nomenclatura para o segundo ambiente de manifestação o *Esporte de lazer*, pautado eminentemente por atividades não-profissionais, vinculadas ou não a formas de ensino não-formais. Esse objeto se configura a partir do voluntarismo para a prática, ou seja, a busca pela mesma pautada por qualquer motivo que seja desvinculado do profissionalismo. Englobam-se também nesse ambiente tanto manifestações desprovidas de regulamentação, assim como práticas com sentido ligado à busca pela vitória, pois uma atividade regulada por um órgão oficial, que busca a determinação de campeões e seja somente disputada por não-profissionais, se configura como momento de lazer, visto que os envolvidos não se sustentam financeiramente dessa forma.

É preciso ter claro que, embora seja um ambiente delimitado, o *esporte de lazer* ainda apresenta certa heterogeneidade, pois um mesmo garoto que joga futebol na rua e, num outro momento disputa uma partida da mesma modalidade sob as regras da federação competente, ainda o faz em seu momento de lazer, porém, com sentidos diferentes.

O terceiro ambiente em questão, o *esporte de rendimento* estabelece a busca por resultados em competições esportivas formais e tem implícita a idéia de representatividade e melhora de performance. Porém, a questão que se coloca é: Quando o esporte não se relaciona com a busca por rendimento? Principalmente porque segundo Ferreira (1985), esse termo está ligado à idéia de produtividade, ou seja, de realização.

É possível encontrar tanto numa aula de Educação Física escolar, quanto num jogo de voleibol entre idosos numa praça, quanto na final da Copa do Mundo de futebol, o desejo de melhorar suas realizações, de conseguir fazer algo que antes era impossível, de superar seu limite anterior. Mesmo que isso signifique não bater um recorde mundial, mas conseguir chutar uma bola no gol, para alguém que não conseguia fazer isso antes.

Mesmo que a idéia de superação não esteja presente, a perspectiva de rendimento não pode ser apenas atrelada ao fato de busca por altas performances atléticas, visto que da mesma maneira do termo *Qualidade*, o *Rendimento* implica a existência de algo, numa escala alta ou baixa, que se faz subjetiva. Por exemplo, independente se uma tarefa qualquer é finalizada ou não, existe um rendimento, uma escala de realização sobre ela. Se o indivíduo consegue realizar uma corrida de 30 metros, independente da velocidade e tempo para tal, ele tem um certo rendimento atlético frente a essa ação. Logo, todo sujeito que pratica esporte apresenta certa performance, certo rendimento, que pode ser bom ou ruim.

Para fazer parte de uma atividade esportiva, o indivíduo necessita de um rendimento mínimo ligado à prática e ao ambiente em que se encontra, por mais simples que seja sua atuação. Por exemplo, para jogar basquete é necessário que haja um mínimo de movimentação do corpo em campo de jogo, independente da forma, meio e qualidade da performance, visto que a prática de atividade física é algo intrínseco ao esporte.

Quando há referência à busca por melhora por rendimento, isso ocorre porque a competição é inerente ao esporte (PAES, 2001), e ela implica superar uma tarefa, oponente ou seus próprios limites. Para tal, se um desempenho mínimo não é alcançado, esse objetivo não se

concretiza. Logo, a competitividade esportiva exige do praticante que ele alcance um limite mínimo de rendimento atlético para que a prática se configure como efetiva.

Por essas razões é que no desenvolvimento desse modelo de formas de manifestação do esporte tomar-se-á a nomenclatura *Esporte de alto rendimento* para fazer referência a manifestações formais que buscam a melhora de performance visando otimizar resultados em competições esportivas profissionais, visto que o rendimento atlético existe nos três ambientes em questão.

É importante destacar que esse meio remete-se diretamente ao esporte profissional, que se molda e se nutre a partir de investimentos, e a busca por lucros. Dessa forma, os atletas atuam de acordo com gratificações e recompensas financeiras e o ponto central e motivador da prática é a busca por melhores resultados e por ascensão financeira.

Manifestações não-profissionais serão tidas como *esporte de lazer*, pois não caracterizam vínculo direto com a busca por lucros financeiros, embora se pode notar a forte influência de valores próximos ao alto rendimento em alguns ambientes dessa forma de manifestação.

4.2.1.2. Sentidos da prática esportiva

Nos três ambientes de formas de manifestação do esporte descritos nesse trabalho (escolar, lazer, alto rendimento) nota-se diferentes maneiras de expressão desse fenômeno, ou seja, diversos sentidos da prática.

Numa primeira análise, uma distinção que se faz clara é entre práticas controladas por órgãos reguladores oficiais (confederações, federações, ligas, entre outros) e outras sem regulamentação legal. Por exemplo, de um lado o voleibol pautado nas regras internacionais da modalidade, numa partida válida por um campeonato nacional, promovida por determinada confederação, e de outro uma rede armada entre dois postes de iluminação numa rua pública e marcas de limitação da área de jogo pintadas no asfalto.

Nota-se que ambas as formas são voleibol (modalidade esportiva), porém uma se pauta em caráter legal e regulamentado, enquanto a outra em consenso entre os participantes (dois sentidos diferentes). Na primeira, o sentido é a comparação de performances atléticas e o

estabelecimento de vencedores, enquanto que a outra pode ter outros fins, como por exemplo, apenas diversão.

Como diferenciação para tais formas pode-se denominá-las, sucessivamente, de *esporte oficial* e *esporte ordinário* (GOMES, 2007), sendo o primeiro pautado na regulamentação, sistematização e universalização das regras por órgãos específicos, com o objetivo primordial de busca por vencedores e comparação direta de performances; enquanto o outro lida com a relatividade e subjetividade de significados atrelados ao consenso entre os praticantes, com o objetivo de atender às necessidades, capacidades, possibilidades, intuítos e expectativas dos mesmos frente à atividade esportiva.

Toda prática ligada ao esporte exige um mínimo de rendimento atlético do participante, seja para superar o oponente, ou simplesmente para que a mesma ocorra. Nessa direção, para que o sujeito consiga participar de práticas com o sentido do *esporte oficial* ele deve apresentar um *rendimento obrigatório* (GOMES, 2007) para o evento em questão. Ou seja, ele tem restrições e possibilidades de ação previstas por regras e normas específicas, e, além disso, como o objetivo é a superação do oponente, deve apresentar performance adequada ao nível de disputa em que se encontra (o que diferencia o nível de dificuldade do confronto entre jogadores profissionais e um campeonato interno de uma empresa).

Já o *esporte ordinário*, por apresentar objetivos variados, permite que o participante apresente somente um *rendimento necessário* (GOMES, 2007) para a prática, ou seja, que ele consiga realizar um mínimo de ações para que a atividade ou a disputa aconteça de forma interessante (por exemplo, alguém que não consiga patinar terá dificuldades em participar de uma prática de hóquei sobre patins). Essa categoria tem seus limites vinculados à forma (modalidade + sentido) que é dada à prática esportiva em questão. Por sua vez, estas podem ser observadas nos ambientes de formas de manifestação do esporte (*escolar, lazer e alto rendimento*), porém, com certos limites.

Enquanto que o *esporte oficial*, pautado na formalidade e regras determinadas por órgãos reguladores, e por ser um modelo hegemônico e formalizado, pode ser observado nos três ambientes, o *esporte ordinário* se faz próprio somente para o ambiente escolar e de lazer, pois é fruto de um processo de re-significação da prática hegemônica.

Ambas as formas se apresentam como possíveis sentidos para a prática esportiva. Seja como *esporte oficial*, visando a superação do adversário e derivado de regras e

normas estipuladas por órgãos reguladores, criados no ambiente de alto rendimento e transpostos para a escola e lazer, ou *esporte ordinário*, uma re-significação das formas regulamentadas, com objetivos distintos.

Dessa forma, os sentidos da prática esportiva adotados nesse modelo serão o *esporte oficial* e o *esporte re-significado* (processo de formação do *ordinário*), que podem ser observados nos ambientes de manifestação do esporte (alto rendimento, lazer e escolar), e transmitem os seguintes valores morais:

Esporte oficial (BRACHT, 1997; KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002)¹⁷: sobrepujança ao adversário, segregação, comparações objetivas, busca por melhor rendimento e vitória, representação, supervalorização do vencedor e desvalorização do perdedor, comércio e consumo do esporte, disciplina, racionalidade técnica e concorrência.

Esporte re-significado (KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002)¹⁸: autovalorização e reconhecimento de capacidades individuais próprias, influência positiva sobre a auto-imagem e concepção de vida, vivências coletivas, atuação social, prazer na vivência esportiva desvinculado do desprazer de outros participantes, resistência ao sobrepujar e intenção de colaborar, valorização da ludicidade, cooperação, competição sem rivalidade, valorização do processo competitivo e não somente do resultado da competição, crítica à violência em competições e incentivo à não-discriminação de sexo, raça ou características físicas.

4.2.1.3. Relações entre os ambientes de manifestação do esporte e seus diversos sentidos

4.2.1.3.1. Ambiente 1: Esporte de alto rendimento

O esporte de alto rendimento é pautado na comparação direta e análise objetiva de performances através da valorização do resultado. Tais características apontam para uma prática voltada à constante busca pela melhora de performance atlética e competitiva,

¹⁷ É importante citar que os autores em questão não usam o termo *esporte oficial*, porém, remetem-se à essa forma de prática através do termo *alto rendimento*.

¹⁸ Kunz (1994) faz menção ao esporte re-significado a partir do termo *transformação didático-pedagógica do esporte*, que propõe ações e sentidos similares ao esporte ordinário.

exigindo grande dedicação dos praticantes e condições estruturais e materiais de treinamento, o que indica para um ambiente profissional.

As categorias do esporte moderno – Secularidade; Igualdade de chances; Especialização; Racionalização; Burocracia; Quantificação e Recordes (GUTTMANN, 1978) – podem ser consideradas como uma síntese do esporte de alto rendimento, sendo acrescentadas ainda, a mercantilização e a representatividade como características desse ambiente de manifestação, visto que se pauta pelo profissionalismo e, conseqüentemente, na busca por lucros financeiros, sendo parte constituinte do fenômeno esporte contemporâneo.

O marco fundamental de diferença estabelecido entre esporte de lazer (não-profissional) e esporte de alto rendimento (profissional) é a inexistência de ação econômica direta sobre o praticante do primeiro. O interesse material, tal como é colocado no segundo, não pode existir no lazer, pelo menos em relação à recompensa financeira imediata (pode-se incluir no lazer a prática amadora que objetiva, num momento futuro, vir a se profissionalizar).

O profissionalismo se configura como algo inerente ao esporte de alto rendimento e diferenciador entre essa prática e a de lazer, pois possibilita e exige a dedicação integral do atleta à atividade, assim como sua especialização e o financiamento de toda a estrutura necessária para a realização e aprimoramento do espetáculo esportivo. Isso acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar racionalmente o treinamento e a manutenção do capital físico dos profissionais. Tem-se, por exemplo, o futebol americano, no qual o corpo de treinadores, médicos, relações públicas, excede o corpo de jogadores e serve, quase sempre, de apoio publicitário a uma indústria de equipamentos e de acessórios esportivos (BOURDIEU, 1983b).

O profissionalismo não deve ser visto como uma característica negativa do esporte, muito pelo contrário, ele colaborou com o crescimento, a divulgação e difusão desse fenômeno no passado, e ainda o faz. Além disso, não se apresenta vinculado a todas as formas de manifestação desse fenômeno, assim como seus valores morais.

É possível observar inúmeras críticas ao esporte de alto rendimento, tanto no ambiente acadêmico quanto em outros meios de comunicação. Porém, esse ambiente também se apresenta como uma manifestação cultural importante e presente em muitos momentos de forma positiva na sociedade contemporânea.

O atleta profissional sofre as conseqüências e implicações de sua profissão assim como qualquer profissional de outra área. Críticas a respeito da mecanização dos corpos, ou adestramento das atitudes no alto rendimento em busca de melhora de performances não podem ser tomadas como a expressão de uma realidade de exploração pura e simples, pois fazem parte de uma rotina do atleta na qual ele se submete por dinheiro, assim como o médico faz plantões noturnos e abdica de horas de sono pelo mesmo motivo.

O ambiente profissional não pode ser condenado como um vírus que contamina os princípios morais do esporte, pois é uma profissão como qualquer outra. O problema é a invasão de valores e sujeição do homem aos ditames do mercado (MARQUES, 2000), como a corrupção, o *doping* e a exploração do trabalho. As explorações existentes no esporte profissional, como más condições de trabalho, não pagamento de salários, entre outras, ocorrem também em qualquer outro campo de trabalho na sociedade contemporânea. O atleta profissional tem como garantia de sobrevivência o alcance dos resultados e a melhora de performance, por isso sua dedicação ruma nesse sentido.

[...] o objetivo do esporte profissional é chegar a um meio de sobrevivência. Um atleta pratica o esporte como profissão e, como profissional, convive com as implicações inerentes ao seu trabalho. No caso do atleta, uma melhor performance pode significar melhor salário, e esta busca por melhores salários pode ser observada em todas as profissões; portanto, isto não é privilégio do esporte profissional (PAES, 2001, p. 76).

Como o ambiente profissional envolve não só o interesse pela vitória, mas também a busca por capital, é interessante que um maior número possível de pessoas o conheça e o consuma, e que sua estrutura seja acessível em inúmeras formas de cultura. Para facilitar essa compreensão faz-se necessária uma incorporação cultural universal e hegemônica das práticas, através da homogeneização de regras e normas. Esse processo é denominado *Mundialização do esporte* (GEBARA, 2002b), padronizando os processos de práticas e facilitando a difusão dos valores próprios.

No alto rendimento é necessário que as regras e normas de condutas sejam uniformes, possibilitando a prática em qualquer lugar do mundo com igualdade de chances para os participantes e a possibilidade de confronto entre sujeitos de culturas e regiões diferentes. Nesse sentido, é necessário que as regras sejam respeitadas de forma integral e homogênea por atletas e árbitros, o que facilita a difusão e entendimento da prática por um número maior de sujeitos.

A homogeneidade das regras foi um fator determinante para a criação do esporte moderno, pois possibilitou a disputa entre regiões e grupos diferentes (ELIAS; DUNNING, 1992b), e isso perdurou até o esporte contemporâneo.

Nota-se somente a presença do sentido de *esporte oficial* no esporte de alto rendimento, pautado em regras e normas universais e reguladas por órgãos específicos, transmitindo os valores morais que lhes dizem respeito, indicando para uma forma de compreensão da prática.

Indivíduos que aceitam, equivocadamente, o alto rendimento como único ambiente e o esporte oficial como o único sentido de um fenômeno que na verdade é heterogêneo, ao incorporarem seus valores pautam-se na vitória e na sobrepujança ao adversário como o ponto central e único da prática esportiva (MARQUES, 2005).

É necessário compreender o esporte de alto rendimento como uma forma assumidamente pautada no profissionalismo, busca por lucros, e melhora de rendimento e comparações, sendo um ambiente no qual os atletas se expõem, estando sujeitos à consagração ou frustração.

É um equívoco advogar contra essa prática na sociedade contemporânea, pois ela desempenha um papel social importante frente ao comércio, Estado, lazer e exerce influência significativa sobre hábitos da população. Porém, além de incentivar atitudes de superação, cooperação, ações em grupo, vivência da vitória e derrota, responsabilidade, compromisso e disciplina, transmite valores de rivalidade, segregação e sobrepujança, os quais devem ser considerados, pois não é em qualquer ambiente da sociedade contemporânea que tais ações se fazem adequadas e positivas.

O fato é que o esporte profissional se configura como uma prática na qual quem entra, e se submete a suas normatizações, deve estar ciente dos sacrifícios e dificuldades desse universo. Para que isso ocorra é necessária uma análise prévia sobre o ambiente em que se insere a atividade esportiva, seus anseios e necessidades, e a ponderação sobre a compatibilidade dos valores do alto rendimento e tais características. Ninguém é obrigado a praticar esporte pautado nessas normas, a não ser atletas profissionais ou indivíduos que aspiram alguma ascensão social somente através do esporte. Em ambientes que demandem valores diferentes dos transmitidos por esse sentido, sua prática não se faz indicada, exigindo adaptações.

Outro ponto que merece atenção é que essa forma se apresenta como meio de trabalho somente para o atleta e para outros profissionais envolvidos com o espetáculo, sendo um meio de lazer para os espectadores e consumidores. Isso acarreta na transmissão de valores específicos para quem assiste e consome esporte, através de ações dos sujeitos envolvidos, e de uma *falação esportiva* própria, por parte dos meios de comunicação (BETTI, 2002). Mais uma vez, torna-se necessária certa criticidade e consciência de quem se envolve com esse ambiente para incorporá-lo de forma positiva em sua realidade. E o desenvolvimento dessa capacidade não é somente papel do alto rendimento e dos meios que o divulgam, mas sim, de todo um processo de educação voltado para o relacionamento do sujeito com o esporte profissional.

Nota-se que a educação para o consumo do esporte é tão necessária quanto uma formação moral para acompanhar outros espetáculos, como os televisivos, por exemplo, que transmitem valores que nem sempre se colocam como positivos em todos os ambientes e concepções de educação.

Portanto, o esporte de alto rendimento não é uma prática a ser banida da sociedade, muito pelo contrário, é um universo que exige conhecimento para ser utilizado, consumido e adequado a ambientes sociais que comportem seus valores e normas de forma positiva, ficando para outros meios, incompatíveis com tais manifestações, formas de atividade esportiva pautadas em outros sentidos e valores. Claro que ele apresenta sérios desvios, como a corrupção e o *doping*, que devem ser questionados e quem sabe até banidos, porém, não é o esporte de alto rendimento que representa um problema, mas sim, o que se faz com ele e como o é praticado e consumido.

4.2.1.3.2. Ambiente 2: Esporte de lazer

O esporte de lazer se caracteriza pelo não-profissionalismo e tem como características principais a busca por prazer e socialização, compensação, recuperação ou manutenção da saúde, equilíbrio psicofísico, restauração e relaxamento (DIECKERT, 1984).

Em atividades de trabalho as ações do indivíduo têm como principal referência outros indivíduos. No lazer, a referência é o próprio sujeito. Isso significa que as decisões tomadas no trabalho são estruturadas sob as ordens ou necessidades de outros, embora o “eu” não esteja ausente, enquanto que no lazer o sujeito é mais autônomo (ELIAS; DUNNING, 1992c). A

principal diferença entre esses dois ambientes é a existência da obrigação do trabalho e do alto rendimento em um, e a opção pessoal por busca de melhor rendimento, ou a simples prática pelo prazer, em outro. “Sem a ambição pela performance e sem o desejo de melhorar, nenhum esportista de lazer alcançará prazer através do esporte e do jogo, pois a performance pertence às categorias básicas de existência humana” (DIECKERT, 1984, p.69).

A competição e o desejo de superação (seja do adversário, ou de seus próprios limites, ou de um objetivo a ser cumprido) são inerentes ao esporte e presentes também no esporte de lazer. Porém, nota-se nesse ambiente que essa característica pode tanto remeter à rivalidade (tomando como sentido o *esporte oficial*), quanto à realização da prática como principal objetivo (sentido *re-significado*).

Por isso, é possível afirmar que o esporte de lazer é heterogêneo, pois se percebe tanto a existência de práticas (sempre não-profissionais) com normas oficiais, quanto outras que destas divergem em relação ao sentido das ações. Essas manifestações ampliam-se sob formas diversas, podendo exprimir tanto os valores dominantes do esporte profissional, quanto a reconstrução da modalidade através da vontade dos praticantes (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006, p.30)¹⁹:

Esporte de lazer pautado nas normas do alto rendimento: Tem suas regras padronizadas, iguais ao ambiente profissional e muitas vezes controladas por órgãos reguladores, visando determinar vencedores através de comparação objetiva de performances. Como exemplo: um campeonato federado de voleibol para crianças, ou entre clubes amadores adultos;

Esporte de lazer re-significado: visa proporcionar a melhor participação possível para os praticantes, adequando a prática às necessidades e limitações, não excluindo a competição, mas redirecionando-a de forma a produzir prazer desvinculado à rivalidade ou desprazer de outros. Como exemplo: uma partida de voleibol adaptado entre idosos.

É possível praticar esporte oficial durante o tempo de lazer (DIECKERT, 1984)²⁰. No esporte de lazer pautado no sentido oficial, as regras fixas e padronizadas valorizam mais o jogo do que o jogador, pois impõem uma lógica interna que determina as condutas e os atos motrizes (PAES, 2001). Ou seja, é estabelecido um padrão de funcionamento do processo

¹⁹ Essa citação considera o esporte de alto rendimento com um único sentido, o *esporte oficial*, por isso a menção direta a esse ambiente.

²⁰ Este autor não se refere à nomenclatura *esporte oficial*, porém, o sentido ao qual faz menção é o mesmo que o descrito nesse trabalho.

esportivo, no qual os participantes devem se adequar às normas para poder participar, e o resultado da disputa é mais importante do que a satisfação e bem-estar dos praticantes.

Esse processo de reprodução das especificações do esporte oficial no lazer privilegia os atletas com maior capacidade de adaptação ao jogo, e estimula a ocorrência de situações de comparação de performances e rivalidade. Quando influenciada por tais determinações, a prática esportiva de lazer transmite os mesmos valores do ambiente profissional, como a segregação e busca por vencedores, sem, contudo, reproduzir a relação de trabalho.

O fato de transmitir os mesmos valores do ambiente profissional faz dessa forma um meio pautado em exigências de alto rendimento e tolerância a frustrações as quais nem todos os participantes se encontram preparados. Isso ocorre porque no alto rendimento o sujeito é treinado e recebe recompensa financeira pelos sacrifícios e situações de exposição pessoal às quais se submete, o que não acontece no lazer.

Quando essas normas são aplicadas de forma integral no lazer, o que se observa são praticantes se submetendo às mesmas exigências de performance de profissionais, utilizando processos de disputa similares e comparação direta de performances, porém, sem recompensa financeira.

É importante salientar que isso não representa um desvio de comportamento na sociedade contemporânea, mas sim, a reprodução de uma prática hegemônica, comercializada pelos meios de comunicação (BRACHT, 1997). Além disso, é preciso pontuar a existência de atletas não-profissionais que conseguem, mesmo sem a estrutura e incentivos financeiros, alcançar um *rendimento obrigatório* frente às exigências do esporte oficial de alto nível. Como exemplo, tem-se modalidades disputadas em Jogos Olímpicos e Pan-americanos em que nem todos os participantes se profissionalizaram. Tais sujeitos praticam esporte de lazer pautado no sentido do *esporte oficial*. Embora consigam um rendimento obrigatório para fazerem parte do grupo de disputa entre atletas profissionais, não têm seu sustento e ganho financeiro na atividade esportiva.

Já modalidades esportivas não-profissionalizadas também possuem um rendimento obrigatório exigido, porém, mesmo se praticadas sob o sentido de esporte oficial, não fazem parte do ambiente de alto rendimento. Têm o significado de lazer para os praticantes (que não obtém seu sustento nem recompensas financeiras através da prática) e até podem estabelecer certos atrativos financeiros para terceiros e importância competitiva frente ao quadro de medalhas

olímpicas, por exemplo. Somente a partir do momento em que existir um movimento de profissionalização, pode-se atestar sua frequência no ambiente do alto rendimento, visto que isso envolverá não só bons resultados e alta performance atlética, mas também toda uma estrutura mercantil que envolve esse meio.

De fato, a entrada de um atleta ou modalidade no alto rendimento não é somente seu alto padrão de performance, mas o significado de busca por lucros financeiros que se atribui nesse movimento. Por isso, é possível observar altos níveis de realização atlética no ambiente de lazer, pois são sujeitos que alcançam altas performances, porém sem se profissionalizar.

Não é o esporte oficial o fator de desequilíbrio entre exigência e capacidade de realização dos sujeitos, mas sim, o que se faz com ele. O esporte de lazer, quando pautado nessas normas, por exemplo, num campeonato de crianças, regido por uma federação, reproduz as realizações adequadas a um ambiente específico, próprio do esporte oficial, porém, num meio diferente. Por isso, inúmeras aberrações são observadas nessas práticas: especialização precoce²¹, exigência de vitória sobre atletas de final-de-semana, lesões em atletas amadores, entre outras, que representam um desvio sobre os objetivos do esporte como lazer.

Não é que as normas do esporte oficial não sejam adequadas ao ambiente de lazer, mas demandam dos praticantes capacidades físicas, emocionais e até de interações sociais, de relacionarem-se com as exigências e ocorrências desse meio para transformá-lo numa prática saudável.

Tem-se como outros exemplos dessa forma de sentido para o esporte de lazer: um campeonato interno de empresa, com regulamento igual ao de federação esportiva; campeonatos universitários e escolares; encontros aos finais-de-semana para futebol em clubes sociais, nos quais as regras são idênticas à modalidade institucionalizada, e atrelado a isso, soma-se a ocorrência de manifestações meritocráticas (um reflexo dos princípios de comparação e objetividade, presentes no esporte oficial) de valorização exacerbada do resultado e dos vencedores em detrimento dos perdedores, como a corriqueira troca de jogadores segundo o critério de que a equipe que perde sai de campo e a vencedora permanece.

²¹ Especialização precoce: Autores que tratam desse tema com grande competência e riqueza: PAES (1992, 2001) e SANTANA (1996, 2004, 2005).

Num outro sentido, se apresenta o esporte de lazer re-significado, que deriva das normas e valores hegemônicos do esporte oficial. É, na verdade, uma transformação que apresenta objetivo distinto da busca exclusiva pela vitória, e prima pela valorização do processo da prática e as vivências que ele proporciona, através da mudança de sentido e significado que os participantes dão à atividade e à possível alteração das regras da disputa.

Isso permite ao praticante que determine as regras e normas a serem cumpridas, moldando-as, assim como o sentido da atividade, de acordo com os interesses e possibilidades do grupo. Essa mudança de sentido pode tornar a prática mais atraente e integrativa, visto que visa excluir a rivalidade do processo competitivo. O adversário passa não mais a ser o inimigo, mas um oponente que possibilita a prática (ASSIS DE OLIVEIRA, 2001). Assim, a competição continua presente, visto que é algo inerente ao esporte, porém não constitui necessariamente o ponto central da atividade.

O sentido dado à prática deriva da competição. Na verdade, é o valor que se dá ao resultado desta que determina o sentido a ser adotado na atividade. Se a determinação de vencedores é prioridade, toma-se proximidade ao *esporte oficial*. Já se a competição tem um caráter de estimular a prática, estabelecendo maiores possibilidades de adaptação da mesma aos participantes, há o apontamento para o *esporte re-significado*.

“Embora a tentativa de vencer seja um aspecto processual necessário para se engajar no esporte, isso não significa que vencer seja a razão pela qual as pessoas nele se engajam” (TANI, 2002, p. 108).

A competição no esporte de lazer re-significado pode ocorrer de diferentes maneiras, seja como uma tarefa a ser realizada pelos participantes (uma corrida em longa distância), a superação pessoal de marcas anteriores (melhora dos índices de um nadador de academia), ou como meio de motivação para a atividade (dois grupos de amigos que jogam futebol na praia).

A simples alteração de regras não garante uma mudança de sentido do jogo (SANTANA, 1996), visto que esse depende também de um consenso entre os participantes em relação aos objetivos da prática. Em alguns momentos, o exagero de adaptação das normas pode alterar em demasia a dinâmica do jogo, descaracterizando-o ou retirando sua atratividade. É preciso que o objetivo final seja contextualizado e informado aos participantes, para que se torne algo de conhecimento de todos (ASSIS DE OLIVEIRA, 2001).

No esporte de lazer re-significado as modificações das regras oficiais da modalidade ocorrem para que haja uma vinculação destas aos objetivos e possibilidades dos participantes e, conseqüentemente, ao prazer pela atividade (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006). O clímax da prática ocorre tanto no alcance da vitória quanto no processo de participação e disputa, e a excitação produzida pode ser diminuída tanto com a seqüência de vitórias, quanto com um processo que não privilegia a ação dos participantes (ELIAS, 1992c), por isso, a necessidade de re-significação em alguns momentos.

A adaptação de regras no esporte de lazer re-significado é uma forma de direcionar a prática para um sentido que agrade aos participantes e que transmita valores coerentes com o ambiente em que se insere. A principal meta dos envolvidos não é somente ganhar (claro que isso está presente, pois é um fator motivador para o jogo), mas é também vivenciar sensações provocadas pela disputa e esforço físico dentro de um contexto de oposição.

O esporte como lazer re-significado implica numa mudança de sentido da prática esportiva hegemônica onde, ao invés dos participantes se adequarem às normas (o que acontece no esporte de alto rendimento e causa a segregação e comparação de capacidades individuais), é a atividade que é moldada para atender aos objetivos, expectativas e capacidades dos participantes, através do *esporte ordinário*, estabelecido pelo consenso entre os envolvidos, e transmitindo valores morais que fortaleçam a participação de todos e incentivem a incorporação do hábito esportivo no estilo de vida de cada envolvido.

Nesse processo, tanto as normas quanto as formas da disputa podem ser gerenciadas e determinadas pelos participantes (o que não ocorre no esporte oficial). Essa heterogeneidade na ação criativa mantém vivos o desejo e a possibilidade do jogo, do divertimento e da sociabilidade (STIGGER, 2002).

Stigger (2002), em seu trabalho já citado com grupos de praticantes de esporte no lazer, afirma que os jogos foram considerados “bons” pelos participantes quando houve: a ocorrência de jogo, convivência com os amigos, jogos equilibrados, divertimento, assiduidade e continuidade do grupo. É válido frisar que nessa pesquisa o autor se deparou com dois grupos que re-significavam o esporte constantemente, buscando o prazer na prática com alteração de regras e condições de jogo, e um outro que se pautava no seguimento das regras formalizadas do futebol, o que, por algumas ocasiões, impossibilitou a realização de jogos devido ao número “insuficiente” e “inadequado” de participantes, o que não se apresenta como um problema num

processo de re-significação, pois regras, como o número igual de participantes nas equipes, podem ser alteradas, visando tornar a prática mais interessante²².

A idéia de re-significar o esporte não é um processo de desconstrução e reconstrução desse fenômeno, muito menos da negação ao esporte oficial, mas sim de desenvolvimento de um olhar crítico e alternativo sobre a ação hegemônica de uma forma de manifestação esportiva (BRACHT, 1997). A transmissão de valores ocorre de acordo com o direcionamento dado pelo grupo participante, e interfere no processo de formação humana dos envolvidos.

Caracterizadas as duas possibilidades de sentido para o esporte de lazer, cabem algumas considerações.

É importante salientar que, embora transmita valores voltados ao individualismo e superação do oponente, o esporte oficial não pode ser tomado como o “mal a ser combatido”, pois sua prática pode ser positiva em determinados contextos e colaborar num processo de formação moral. É necessário que o sentido adotado para a prática esportiva seja adequado ao ambiente em que ela ocorre, e seus valores transmitidos de forma consciente pelos participantes e promotores da atividade.

Em cada ambiente a presença do esporte re-significado tem uma razão de ser, em parques e praças esportivas a presença deste fenômeno pode ser creditada a programas sociais ou simplesmente como forma de lazer sem vínculos organizacionais, além é claro, de reuniões de grupos de praticantes independentes (MARQUES, 2005).

O esporte de lazer como um todo se manifesta de acordo com a inter-relação de modalidades esportivas e um sentido dado à prática. Isso deriva da vontade e disposição dos participantes e sujeitos envolvidos com a atividade. O importante nesse panorama é a compreensão do esporte como um fenômeno complexo, que transmite valores de acordo com a forma de manifestação realizada e, por isso, não deve nunca ser tratado com preconceito ou reducionismo, sendo tanto taxado como totalmente positivo ou negativo para a sociedade. É necessário analisar a sua forma de expressão e o ambiente em que ela se insere.

²² Esse trabalho (STIGGER, 2002) cita experiências do pesquisador com grupos específicos de esportistas de lazer portugueses que refletem manifestações próprias e particulares. Por esse motivo, o uso do mesmo como exemplo se faz útil como ilustração de um processo de re-significação, porém, é necessário certo cuidado para não interpretá-lo de forma generalizante.

Além disso, é preciso considerar que nem só de atletas vive o esporte. Como atividade de lazer ele pode ser vivenciado por um mesmo indivíduo tanto como espectador como praticante (BRACHT, 1997), e isso implica em especificidades de tratamento e exposição a valores morais que devem ser considerados em processos de estudos desse fenômeno.

4.2.1.3.3. Ambiente 3: Esporte escolar

O esporte praticado no âmbito escolar pode ser considerado como a primeira manifestação desse fenômeno, visto que foi nas escolas públicas inglesas, no século XVIII, que houve as primeiras sistematizações de regras de jogos populares (ELIAS; DUNNING, 1992a; DUNNING; CURRY, 2006). Porém, sob circunstâncias sociais diferentes das atuais, pautadas em quadros sócio-econômicos e políticos conformadores do esporte moderno.

O ambiente escolar tratado no modelo apresentado neste trabalho diz respeito a uma forma que se relaciona com o esporte contemporâneo, apresentando sentidos heterogêneos não observados no fenômeno anterior.

O reconhecimento do caráter pedagógico do jogo, e em especial da prática esportiva como um meio de educação dos jovens, foi um dos fatores que favoreceu sua disseminação nas escolas e em outras instituições educacionais (KORSAKAS, 2002). A escola teve papel fundamental na gênese do esporte moderno e ainda hoje ocupa local de destaque frente à disseminação da prática contemporânea, visto que é nas aulas de Educação Física escolar que muitas crianças têm seus primeiros contatos com manifestações esportivas sistematizadas.

O esporte na escola é importante por várias razões: ser um dos conteúdos da Educação Física, de ser a escola uma agência de promoção e difusão da cultura e até mesmo por questão de justiça social, uma vez que em outras agências o acesso ao esporte será restrito a um número reduzido de crianças e de jovens associados de clubes esportivos ou clientes de academias e/ou de escolas de esportes (PAES, 2002, p. 95).

Atualmente, o esporte é tido como um dos conteúdos da cultura corporal. Por ser esta forma de conhecimento objeto específico da Educação Física escolar, esse fenômeno toma o status de um dos componentes próprios dessa disciplina. Porém, pode-se perceber que nesse ambiente o esporte não se manifesta somente em aulas curriculares. É muito comum a ocorrência de práticas extracurriculares, às vezes até com sentidos diversos dos aplicados nas aulas ligadas ao currículo básico da escola.

O ambiente próprio do esporte escolar se diferencia dos outros dois já citados por sua vinculação ao ideal de educação, ou seja, ele não tem como objetivo único o ensino e disseminação da cultura esportiva. Na verdade, deve ter objetivos pedagógicos que transcendam os do esporte com fim em si mesmo (PAES, 2001), com o principal intuito de formação do indivíduo cidadão, através dos conteúdos e valores que transmite, porém sem desconsiderar seu conhecimento específico.

A intenção do esporte na escola é desmistificar esse fenômeno através da oferta do conhecimento que permita aos alunos compreendê-lo dentro de um determinado contexto social. Esse processo deve promover também a compreensão do sentido e valores que assegurem o direito de todos à prática do esporte.

Dessa forma, o objetivo do esporte escolar não é apenas o desenvolvimento das ações corporais próprias desse universo, mas propiciar a compreensão crítica das diferentes formas de manifestação esportiva, seus interesses e seus problemas vinculados ao contexto sócio-político (KUNZ, 1994). Além disso, o foco principal não se faz na formação de atletas, mas sim na garantia de que todos os alunos exercitem o direito de aprender esporte (PAES, 2001).

Nota-se que essa perspectiva leva a um ensino baseado não só no realizar técnico do esporte, mas também a uma reflexão acerca dos valores transmitidos por ele. Dessa forma, o esporte escolar se apresenta como um ambiente amplo de possibilidades, onde podem ser observados tanto o sentido de *esporte oficial*, quanto o *re-significado*. Porém, a questão que se coloca é, considerando os objetivos do ambiente escolar, ambos os sentidos se fazem coerentes com esse meio?

Para justificar e fazer sentido sua presença no currículo de educação formal, o esporte escolar deve estar vinculado ao projeto pedagógico da escola em que é ensinado (PAES, 2002). Essa afirmação abre flancos para uma compreensão heterogênea desse ambiente de prática esportiva, pois considerando que é um fenômeno que sempre transmite valores e mantém, em qualquer hipótese, seu caráter educacional e formativo, o esporte se manifesta na escola de acordo com a concepção de educação adotada, ou seja, pode-se tanto perceber seu uso para transmitir valores ligados ao sentido oficial quanto re-significado.

Tomando como concepção ideal de educação a perspectiva de formar cidadãos conscientes e críticos frente às manifestações esportivas na sociedade contemporânea, possibilitando o direito de vivenciar a prática e os valores transmitidos por ela, o *esporte oficial*

se coloca como um reforçador da lógica meritocrática e comercial do alto rendimento. Não que esse modelo deva ser extinto do ambiente escolar, muito pelo contrário, mas a prática vinculada somente a manifestações ligadas a um modelo hegemônico leva à transmissão de valores como a segregação, comparação de performances, prazer no desprazer do outro, entre outros já citados nesse trabalho.

Nessa perspectiva em questão, re-significar o esporte se coloca como uma forma de possibilitar aos alunos a vivência prática desse fenômeno sócio-cultural e a transmissão de valores e significados como a valorização e reconhecimento de capacidades individuais, integração social, competição sem rivalidade, entre outros já citados nesse trabalho.

O ato de re-significar o esporte na escola não significa uma crítica estrutural e definitiva ao esporte oficial, pelo contrário, é uma forma de transmitir conteúdos, regras e formas de disputa desse modelo, porém pautado em situações mais propícias à vivência prática de todos os alunos, respeitando suas limitações, capacidades, objetivos e expectativas. Além disso, implica numa formação crítica sobre um modelo único de prática, colaborando para a formação de cidadãos que irão consumir o esporte de alto rendimento, porém, de forma mais consciente em relação às questões sociais, políticas e econômicas que envolvem a perspectiva comercial desse fenômeno.

“A tendência de crescimento do esporte implica, para nós, uma necessidade de melhor preparação do cidadão brasileiro, até mesmo para o acesso a esse mercado, além de prepará-lo para seu consumo, com sabedoria e de forma crítica” (PAES, 2001, p.77).

Por essa razão, ao citar a re-significação do esporte na escola não se sugere somente a alteração de regras e objetivos da prática esportiva nesse ambiente, mas também alternativas quanto a condutas, e a possibilidade de momentos de reflexão e discussão sobre valores transmitidos pela atividade esportiva. Dessa forma, a Educação Física escolar não será uma mera reprodutora e reforçadora de valores de consumo do esporte profissional (KUNZ, 1994).

Porém, é preciso considerar também a importância e a forte presença do esporte de alto rendimento na sociedade contemporânea. Negá-lo ou educar para a sua negação significa um equívoco. A questão é formar para um consumo preparado, crítico frente aos abusos desse ambiente (*doping*, corrupção, exploração), e adepto aos seus acertos (entretenimento,

manifestações de *fair play*, respeito às regras, disciplina), que também se fazem positivos num processo educacional.

Nessa adequação do esporte à realidade e objetivos da escola, pode-se ainda observar manifestações ligadas ao esporte oficial, como por exemplo, competições interescolares que seguem as mesmas regras e modelos do alto rendimento, visando a busca por campeões.

A discussão a respeito da validade e importância da competição interescolar para o âmbito do ensino formal não se faz como um objetivo desse trabalho, por isso, não será abordada reflexão profunda sobre esse tema. De toda forma, nota-se no meio escolar uma preocupação em educar de forma consciente o aluno através do esporte, mantendo também modelos do esporte oficial.

Isso se faz coerente do ponto de vista de que ensinar o esporte é mostrá-lo e desenvolvê-lo dentro de suas regras e normas (TANI; MANOEL, 2004), porém, a adoção única desse modelo pode reforçar a lógica própria do alto rendimento, o que se faz insuficiente, não exatamente inadequado, ao ambiente escolar.

Dessa forma, os conteúdos do esporte escolar se fazem (KUNZ, 1994): O ensino de gestos técnicos próprios das modalidades; Compreensão de regras e normas; Conhecimento sobre o jogo popularmente praticado; Compreensão do esporte-espetáculo como um produto a ser consumido de forma crítica e consciente.

É possível encontrar tanto manifestações de um sentido oficial do esporte, quanto re-significado, no ambiente escolar. Independente da forma adotada, é necessário que a instituição e o professor responsável tenham a noção dos valores que a prática está transmitindo.

Independente do sentido aplicado é necessário cuidado com o processo de especialização esportiva precoce (PAES, 2002). Por isso, deve ser oferecido ao aluno a maior gama possível de oportunidades de vivência e conhecimento dentro das modalidades esportivas nas aulas de Educação Física, cabendo o treinamento e a especialização para outros momentos mais adequados, como por exemplo, um outro ambiente de manifestação (Lazer, através de clubes), ou aulas extracurriculares na própria escola.

Um exemplo dessa preocupação nota-se na criação, por parte da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE), de turmas de Atividades Curriculares Desportivas (ACD), que se caracterizam como um momento de treinamento e aprendizado de práticas esportivas específicas, fora do horário de aulas curriculares, com a intenção de oportunizar ao

aluno que se interesse por determinada modalidade, seu aperfeiçoamento e aprimoramento, objetivando a formação de equipes representativas das escolas. O avanço desta iniciativa é proporcionar um ambiente específico e propício ao ensino do esporte oficial, porém sendo voluntária a participação e desvinculada das aulas curriculares de Educação Física, estando esse outro momento destinado a um processo vinculado aos princípios de re-significação do esporte e maior democratização da prática, com finalidade de integração social de todos os alunos.

Com esta iniciativa a SEE procura ao mesmo tempo proporcionar um treinamento organizado àqueles alunos-atletas que demonstram habilidades específicas para os diversos esportes, bem como garantir que durante as aulas regulares de Educação Física todos os alunos possam participar sem a preocupação com o desempenho, uma vez que não existe a necessidade de se sobressaírem para obter a atenção especial dos professores. Com esta medida é garantido o princípio da inclusão nas aulas regulares de Educação Física uma vez que a “especialização” é reservada às turmas de ACD (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2002).

A necessidade dessa iniciativa vem da forte influência tradicional do esporte oficial sobre as aulas de Educação Física, e a existência de competições interescolares, o que levava muitos professores a usarem o momento de aula regular para a preparação de equipes, ocasionando direcionamento de atenção aos alunos esportivamente tidos como mais aptos, desprestigiando os outros.

Essa iniciativa reserva às aulas curriculares de Educação Física o objetivo de ensinar os conteúdos da cultura corporal, sem preocupação e direcionamento para práticas esportivas “oficializadas”. É um avanço, pois dedica um espaço adequado na escola para tal prática e ainda garante o direcionamento do conteúdo para o atendimento às necessidades de todos os alunos durante as aulas regulares.

Dessa forma, busca-se caracterizar o ambiente do esporte escolar como um meio voltado ao desenvolvimento de um conteúdo da Educação Física escolar, que deve ser ensinado de acordo com o projeto pedagógico próprio da instituição em que se encontra, com o intuito de colaborar na formação de cidadãos críticos e autônomos frente sua sociedade, através de vivências de aprendizagem de práticas esportivas. Além disso, tem o papel de criar raízes positivas do esporte na vida dos sujeitos, para que eles saibam, gostem e possam incorporar tais práticas em seus hábitos e compreendam o universo esportivo como positivo para suas vidas, desde que encarado com consciência e senso crítico.

Este se caracteriza como um ambiente heterogêneo, pautado na concepção de educação que se julgue adequada, mas que exige, tanto do professor quanto de outros profissionais reguladores desse processo, o conhecimento sobre os valores transmitidos pelos diversos sentidos que a prática pode tomar num processo de educação. A presença do esporte no ambiente escolar deve garantir a todos os alunos a vivência e oportunidade de aprendizagem de ações e valores que a atividade esportiva pode oferecer, e ser um meio de prática de atividade física que incentive o interesse e incorporação desta no hábito dos alunos.

Assim se conclui a apresentação do *Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte*, ratificando que toda prática esportiva é uma dessas formas, gerada pela relação complexa do ambiente (Alto rendimento, Lazer e Escolar), sentido (oficial e resignificado) e modalidade da prática. Essas manifestações são formadas de acordo com os indivíduos envolvidos, seus objetivos e intenções para com a atividade esportiva.

Dessa forma se define o esporte contemporâneo, um fenômeno com manifestações heterogêneas, e vinculado à comercialização de seus símbolos e objetos.

5. ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

Este capítulo tem como objetivo desmistificar lógicas reducionistas, tanto ligadas à melhoria quanto à piora, sistemática e diretamente causal, dos níveis de Qualidade de vida dos indivíduos através do esporte contemporâneo. O avanço que se busca é que a prática de atividades esportivas pode colaborar, como inúmeros outros fatores, para bons níveis de percepção de Qualidade de Vida, desde que associada com as condições, objetivos, expectativas e necessidades dos envolvidos, e de forma coerente com o campo e a forma de manifestação deste fenômeno.

Como premissa para tais reflexões tem-se que a Qualidade de Vida é um fator complexo que depende de percepção objetiva e subjetiva do indivíduo, o que estabelece certa relatividade de impactos das manifestações esportivas e seus valores sobre a vida. Por isso, tem-se como um reducionismo equivocado afirmar que certa forma de manifestação esportiva será sempre positiva ou negativa para o bem-estar dos seus envolvidos.

Para uma análise mais cautelosa e complexa sobre essa relação se faz necessário tratar o esporte como uma forma de atividade física e um fenômeno humano, criado pelo Homem e para o Homem (KREBS, 2002). Ou seja, um universo de práticas heterogêneas que tem de ser moldado e articulado de forma a ser o mais positivo possível para o grupo envolvido em suas manifestações, sendo mais importante o praticante do que a prática (PAES, 1992).

Como base para essa reflexão tem-se que é possível que qualquer indivíduo que se relacione com o esporte pode ter uma boa percepção de Qualidade de Vida, do atleta de alto rendimento ao praticante de lazer, desde que haja boas condições de prática e a satisfação dos seus anseios e necessidades.

Para a realização de reflexões nesse sentido, este capítulo estabelece três frentes de análise sobre a relação entre esporte e Qualidade de Vida. A primeira é relativa às possibilidades de acesso dos diversos atores sociais à prática esportiva. A segunda é ligada à questão de formas de consumo e de oferta do esporte como produto na sociedade contemporânea. E a terceira tem como foco as relações entre prática esportiva e melhoria ou manutenção dos níveis de saúde.

5.1. Relações entre condição, modo e estilo de vida, e o consumo do esporte contemporâneo

O esporte tanto sofre quanto exerce influência sobre a formação humana dos envolvidos com suas práticas. Isso expõe a existência de diversas formas de expectativas e intenções. Algumas pessoas praticam esporte com propósito de superação constante de resultados e limites, embora nem todos que possuem tal perspectiva tenham a competição com outros participantes como objetivo central. Muitas vezes a disputa é intrínseca, voltada à auto-superação. Outras praticam esporte visando prazer, bem-estar e auto-satisfação. Outras visam estética e melhoria da auto-imagem. Para muitas, a prática esportiva significa uma possibilidade de interação social e convivência humana (TANI, 2002).

Tais variações são fruto das possibilidades de acesso do indivíduo à prática, dos objetivos do mesmo frente a essa forma de atividade física e da incorporação desta em seu cotidiano. A condição e modo de vida estabelecem alguns limites de acesso ao conhecimento e a bens de consumo, o que direciona para certas esferas de possibilidades de hábitos. O estilo de vida implica na subjetividade frente à prática e o valor que essa toma no cotidiano do sujeito, assim como a forma de relação do mesmo com valores morais transmitidos pelo esporte.

Um exemplo dessa relatividade entre acesso a bens e diferentes perspectivas quanto ao esporte e compreensão de boa vida tem-se na obra de Pierre Bourdieu. Este autor afirma que existe uma forte relação entre a modalidade esportiva praticada e a classe social dos atores, tendo essa diferentes significados sociais.

Para Bourdieu (1983b), as diferentes camadas populares têm expectativas diferentes quanto à prática esportiva. Isso explica uma maior identificação de determinadas faixas sociais com certas modalidades. Nessa perspectiva, a escolha por determinada modalidade se dá nas condições sócio-econômicas, e num segundo plano, pelo capital cultural e tempo livre. Não que essa relação seja extremamente mecânica, mas a condição de vida e acesso a bens de consumo proporcionam aos indivíduos maiores ou menores possibilidades de acesso a práticas e, conseqüentemente, diferentes expectativas frente às mesmas. Por esse motivo, uma mesma partida de certa modalidade pode ter valor e significado diferente para sujeitos de esferas sociais distintas.

Esse autor utiliza como exemplo a procura das classes mais pobres por modalidades esportivas que valorizem a força, virilidade, enquanto que classes mais ricas tendam por práticas mais ligadas a valores que primam pela manutenção da mesma com o avanço da idade e a preservação de integridade física. Dessa forma, a escolha por determinada modalidade se dá pelas condições econômicas, e num segundo plano, pelo capital cultural e tempo livre (BOURDIEU, 1983b). Essa é uma tentativa de estabelecer uma forma de organizar a diferenciação frente ao acesso e compreensão de diversas modalidades esportivas por diferentes grupos sociais.

Com base no referencial adotado nesse trabalho em relação a Qualidade de Vida, se faz possível afirmar que a condição e modo de vida, sendo fatores sócio-econômicos limitantes, proporcionam acessos diferenciados a esses grupos sociais, o que acaba por desenvolver compreensões e valorizações diferentes frente às atividades. Associando essa afirmativa com a teoria de Bourdieu, toma-se essa relação como um todo complexo que envolve o capital cultural criado por valores próprios de determinadas estruturas sociais, e a forma de consumo do esporte contemporâneo por parte desses grupos. Ou seja, não é que o boxe, por ser tido como mais bruto do que o golfe, somente gera interesse em classes mais pobres. Na verdade, o que se pode perceber é que sujeitos com maior capital financeiro têm condições de consumir o boxe não somente como praticantes (visto a existência dessa prática em academias de clientes com alto poder aquisitivo), mas também como espectadores, vivenciando-o como produto a ser admirado da mesma forma que sujeitos de classes menos favorecidas. Porém, o acesso a certas modalidades, como o golfe, se faz mais restrito a classes mais abastadas, criando-se um estereótipo de diferenciação social nesses ambientes. Ou seja, existem modalidades em que o acesso é mais fácil, e se apresentam em diferentes estruturas sociais, enquanto que outras exigem certas condições sócio-econômicas, sendo mais restritas.

Um efeito que resulta desse complexo é o distanciamento de algumas modalidades devido à exigência de materiais e *habitus* tidos como apropriados em certos ambientes, como no tênis e no golfe. Além de serem modalidades de menor contato físico entre os participantes, se caracterizam como práticas de difícil acesso econômico para possíveis praticantes e também para espectadores, visto que não são transmitidos com frequência em televisão aberta e na mídia em geral, o que dificulta a criação de interesse e entendimento de

quem não tem possibilidades de acesso mais direto, além da exigência de certos materiais de alto valor de venda.

Nessa relação dos atores com a prática esportiva, além de fatores sócio-econômicos e de limites de aptidão física, tem-se, segundo Bourdieu (1983a), um outro fator que interfere na formação do estilo de vida, o gosto. Esse gerador de preferências dá um tom de subjetividade à formação dos hábitos, pois além das variáveis objetivas, que estabelecem os limites de escolhas, existe uma variação de preferências e atitudes pessoais na formação do estilo de vida. Esse diferenciador tem relação com os valores culturais dos sujeitos.

Logo, para a incorporação de determinada prática esportiva de forma positiva no estilo de vida de um sujeito, ou seja, adequada às suas expectativas, necessidades, possibilidades e limites, é necessário que haja uma condição de vida que permita a escolha de certas atividades por parte do mesmo, mas que ainda assim, não sana a dependência da vontade pessoal de incorporação dessas em seu cotidiano.

Essa questão se coloca como um fator limitante para a incorporação de práticas esportivas visando melhoria da Qualidade de Vida. Devido a melhores condições e modo de vida, classes privilegiadas têm maiores possibilidades de contato, conhecimento e acesso a uma gama maior de práticas do que classes menos privilegiadas. Isso amplia o leque de escolhas e possibilidades de inserção do esporte no cotidiano dos primeiros e limita essa perspectiva nos segundos. Logo, indo além da perspectiva *bourdiana*, não é apenas o gosto e interesse que direcionam as diferentes classes sociais para determinadas modalidades, na verdade, grupos que detêm maiores possibilidades financeiras têm acesso a maiores oportunidades para contato, prática e consumo do esporte, enquanto que classes menos favorecidas não encontram tais caminhos. Isso gera um quadro no qual, sendo o esporte contemporâneo um produto a ser consumido em diversas formas de manifestação, além da questão ligada ao gosto das classes, nota-se diferenças sociais de acesso e conhecimento à prática esportiva. Enquanto sujeitos socialmente privilegiados usufruem maiores possibilidades, os menos favorecidos consomem e praticam o que é possível, da maneira que se faz viável.

Burgos, Bigueline e Machado (2002) apresentam, numa pesquisa com crianças de 07 a 16 anos de idade, em Santa Cruz do Sul/SC, dados que reforçam essa diferenciação sócio-cultural. Os autores concluíram que o perfil dos praticantes de atividade física esportiva, no caso do basquetebol, demonstra melhor nível sócio-econômico em relação a crianças não-praticantes,

pois dispõem de melhores condições de lazer, habitação e espaços domésticos, de materiais esportivos, de privilégios na organização do cotidiano e de participação sócio-cultural, o que se reflete na maior ou na menor possibilidade de prática de atividades esportivas, sendo que alunos de escolas centrais são privilegiados frente a escolas periféricas.

Assim como em outras questões sobre Qualidade de Vida, o acesso aos bens de consumo e oportunidades de incorporação de hábitos saudáveis no cotidiano não se faz na sociedade contemporânea de forma homogênea. Como mostram esses dados, embora seja um caso específico, no esporte isso não é diferente. Esse quadro gera limites e caminhos diversos na formação do estilo de vida dos indivíduos, o que vai exercer influência sobre a prática de atividade física dos mesmos e, em consequência, sobre a prática esportiva.

Para que o esporte seja um fator de melhoria da Qualidade de Vida, o ideal de percepção na sociedade contemporânea é que seja incorporado como um dos muitos hábitos cotidianos ao estilo de vida dos sujeitos, não somente como um fator de consumo sedentário, mas como objeto de prática de atividade física, desde que adequado às necessidades, expectativas, possibilidades e limites do indivíduo. Porém, é necessário que o acesso a este fenômeno seja facilitado de acordo com as possibilidades sócio-econômicas de cada sujeito. A questão não é só proporcionar diferentes modalidades esportivas, mas sim, condições para sua prática.

A questão de *culpabilização da vítima* (GONÇALVES, 2004) pode ser um risco corrente em discussões de incorporação da prática esportiva em estilos de vida. Se por um lado, com boas condições de vida, não há garantia de adesão a hábitos tidos como positivos devido à necessidade de vontade por parte do sujeito e de abertura para incorporação dessas atividades no cotidiano, por outro, é necessário possibilitar o acesso a práticas não somente para sujeitos com condição sócio-econômica privilegiada, mas também a setores menos favorecidos da população.

O esporte se coloca como uma das possibilidades de prática de atividade física e convívio social pertencentes à idéia de estilo de vida ativo, ou seja, um dos hábitos tidos como saudáveis na sociedade contemporânea, para maiores possibilidades de boa percepção de Qualidade de Vida. Porém, para que essa prática seja incorporada no cotidiano dos sujeitos é necessário que a condição de vida dos mesmos, ou seja, sua possibilidade de acesso a bens de consumo e a serviços de subsistência, permita a escolha e a prática corrente de atividades

esportivas. Depois dessa garantia, é necessário que o sujeito encontre-se em estado de prontidão para a inserção desse universo em sua vida.

Este é o papel tanto de políticas públicas, que exercem interferência direta sobre a condição de vida, através de garantia de saneamento básico e de locais e materiais apropriados para a realização de atividades físicas, quanto de profissionais do esporte, que lidam diretamente com o praticante e têm a responsabilidade de adaptar e gerenciar a prática de forma a atender da melhor maneira possível os sujeitos e promover, além da disseminação da cultura esportiva, o interesse pela atividade e o desejo de incorporação destas no estilo de vida.

No entanto, conseguir que pessoas modifiquem seus comportamentos e se mantenham por muito tempo em uma nova condição de prática de hábitos saudáveis é um imenso desafio. Além do profissional do esporte e também de programas de adesão à prática se preocuparem com a entrada desse fenômeno no hábito dos sujeitos, é necessária uma preocupação voltada à sua manutenção. Uma das discussões presentes em pedagogia do esporte, por exemplo, é o fenômeno da especialização precoce e o efeito negativo que esta causa em crianças e jovens, promovendo frustrações e males que levam muitas vezes ao abandono prematuro da prática esportiva (SANTANA, 2004). Além disso, tem-se também, inúmeras questões sócio-econômicas, que muitas vezes inviabilizam a continuidade de grupos de atividades, ou até a presença do sujeito na prática.

5.2. O caráter efêmero do esporte contemporâneo e a qualidade de vida

Além de ser um fenômeno que necessita ser adaptado ao meio e aos sujeitos para atrair praticantes de forma compatível com suas expectativas, possibilidades e intenções, o esporte têm de ser gerenciado de modo a manter esses adeptos vinculados às atividades cotidianas. É papel do profissional responsável pela prática re-significar o esporte quando necessário, visando além de transmitir valores morais adequados, educar para um consumo não-alienado do espetáculo, promover melhora de saúde, integração social e criar um ambiente agradável que estimule os sujeitos a adotarem determinadas atividades como partes integrantes de seu estilo de vida. Isso não se resume apenas a locais onde se faz possível a *re-significação* do esporte, mas também em práticas ligadas ao *esporte oficial*, na qual profissionais podem adequar

formas de condução do fenômeno de modo a diminuir fatores estressantes e frustrantes, de acordo com as características de seu público.

O esporte contemporâneo se caracteriza por sua heterogeneidade em formas de manifestação e, principalmente, por sua mercantilização. Comercializa-se tudo, desde materiais até espaços para a prática, ingressos para jogos, imagens de televisão, souvenirs de equipes e atletas, entre outros inúmeros produtos que nem ligados ao esporte são em sua essência, mas que se vinculam como estratégia de marketing. Junto com esse movimento nota-se o forte apelo na sociedade contemporânea para uma compreensão de Qualidade de Vida voltada à busca por um estilo de vida ativo e o alcance de um certo poder aquisitivo que permita consumir bens que prometem uma vida mais prazerosa. Nesse processo, Qualidade de Vida, a partir de práticas de lazer e de atenção à saúde, passa a submeter-se à lógica de mercado, tornando-se mercadoria a ser comprada (GUTIERREZ, 2004).

À idéia de estilo de vida ativo está implícita a necessidade de prática de atividade física cotidiana. Muitas vezes esse hábito, que nada mais é do que um dos inúmeros fatores que levam os sujeitos a uma vida mais saudável e, conseqüentemente, a maiores possibilidades de boas percepções de Qualidade de Vida, é tido no meio social como forma de salvação e caminho único e inevitável para uma boa saúde e, de certa forma, para a felicidade. O que acontece é que a atividade física ganhou o poder de resolver todos os problemas, é tido como bom tanto para relaxar quanto para solucionar males de saúde por sedentarismo (LOVISOLO, 2002). Esse “endeusamento” da atividade física acompanha um apelo para seu consumo e comercialização, que se aproveita da idéia de estilo de vida saudável e a busca incessante de Qualidade de Vida na aquisição de bens de consumo e serviços (CARVALHO, 2001).

O esporte se encontra na sociedade contemporânea como um fenômeno mais promissor do que somente a atividade física. Por ser “algo mais” do que isso e transmitir valores morais que podem auxiliar em processos de educação, é uma prática de lazer mesmo para espectadores, ou seja, tanto ajuda a promover estilo de vida ativo quanto provoca efeito de excitação²³ e pode ainda ser visto como uma escola de virtudes. Somando-se a perspectiva de que também é um produto, o fenômeno esportivo toma proporções de salvador dos sedentários, dos químico-dependentes, dos marginalizados socialmente, dos alunos na escola formal, entre outros.

²³ Através da catarse, categoria de Norbert Elias.

Realmente, com a evolução e mudança operadas na concepção das campanhas de promoção de saúde e Qualidade de Vida, passando de estratégias assentes em proibições e restrições para a apologia de medidas de ação, as práticas desportivo-corporais viram-se elevadas à categoria de traves mestras dos estilos de vida tido como ativos (BENTO, 2004b).

Não que o esporte não ajude e produza sensações e efeitos positivos sobre a vida dessas pessoas. Isso acontece. Porém, sozinho, não deixa ninguém saudável, não salva das drogas, não inclui socialmente, não educa de forma integral. Para que tudo isso ocorra, e o esporte seja um fator positivo sobre a percepção de Qualidade de Vida dos sujeitos que com ele se relacionam, é necessário algo que o ajude a exercer esse papel importante, do qual ele é capaz de colaborar.

Na busca por melhor Qualidade de Vida, os sujeitos tentam consumir cada vez mais produtos que prometem bem-estar, saúde e felicidade. Essa busca desenfreada gera um espaço para criação de novos bens a cada dia, um substituindo ao outro no papel de salvação e aproximação de um estilo de vida tido como ideal. Isso faz com que os estilos de vida sejam efêmeros, seguindo a exploração das experiências transitórias e dos efeitos estéticos superficiais (BENTO, 2000). E a prática de atividade física faz parte desse pacote.

A cada dia surgem novas formas de práticas, prometendo melhores resultados para a saúde e bem-estar, ou, seguindo o apelo promovido pelo anti-sedentarismo, são criadas novas formas de praticar as mesmas atividades, e materiais e espaços tidos como indispensáveis para tal. O esporte embarca nesse movimento. Acaba muitas vezes por ser uma das inúmeras opções de sujeitos que buscam um estilo de vida ativo e inserem-se no ambiente esportivo buscando acabar com o sedentarismo, por exemplo. Essa busca torna os indivíduos vulneráveis a um mercado de oportunidades, materiais esportivos e locais para a prática.

Mas esporte é mais do que apenas atividade física. O consumidor de artigos esportivos não consome somente roupas, mas signos, valores e comportamentos embutidos no produto. Nesse sentido, a massificação do esporte tem sido bastante funcional para a expansão dos mercados e das oportunidades ocupacionais relacionadas a esse fenômeno (PRONI, 1998).

Sendo um produto, o esporte assume um caráter efêmero. No qual seus valores transmitem muitas vezes novas necessidades e mitos a serem consumidos. Isso se faz visível no consumo não só de atividades esportivas, mas de materiais esportivos com outros intuitos que não

o uso na prática. Vestir esses materiais toma outro caráter que não o de atividade física. Nota-se nesse meio o papel novamente do *esportista-sedentário*, que consome esporte sem se mexer.

No início da década de 1980, determinadas roupas e calçados eram usados somente por atletas, ou por pessoas que praticavam esporte. Com a comercialização desse fenômeno, qualquer pessoa utiliza essas vestimentas específicas (PAES, 2001). Esse consumo desenfreado privilegia o acesso a manifestações esportivas no século XXI a sujeitos que tenham condições sócio-econômicas para tal. O acesso ao esporte vem se tornando cada vez mais caro, o que dificulta a entrada de certos grupos sociais. Por isso, é necessário não contar somente com iniciativas particulares para a disseminação da prática esportiva, mas principalmente, se faz necessária uma política pública de educação para o esporte e de oferta de atividades esportivas, possibilitando a entrada e consumo a grupos menos favorecidos.

Sendo destinado a um público consumidor, o produto tem que sempre ser interessante e se diversificar, atraindo compradores, gerando uma transitoriedade de significados e valores. Essa efemeridade aumenta o poder do esporte como produto a ser consumido, reforçando o mito de que a atividade física salva e é a solução para quase todos os males. Isso ocorre devido à necessidade de que para nutrir um produto mutável, novidades se fazem importantes e a crença de que ele é poderoso também, aumentando a divulgação de que o esporte pode resolver a maioria dos problemas.

Nota-se a criação de um dos sentidos mercadológicos do esporte contemporâneo. Divulga-se que o esporte resolve muitos problemas sociais e de saúde, sendo um fator de melhoria da Qualidade de Vida, o que o valoriza como produto. Soma-se a isso, que esta é uma prática ligada ao lazer e à *busca por excitação*, o que também a torna interessante.

O esporte ajuda a promover melhor Qualidade de Vida sim, mas se estiver atrelado a condições que permitam aos sujeitos o acesso a um estilo de vida melhor e a valores morais tidos como socialmente positivos. A prática esportiva orientada, adequada às necessidades e capacidades dos atores, somada com necessidades básicas de subsistência, possibilidade de boa alimentação, educação, moradia, transporte, entre outros fatores, pode colaborar para a melhoria da Qualidade de Vida. O simples ato de jogar futebol não resolve os problemas de ninguém, mas o futebol praticado num ambiente saudável, com valores morais apropriados, sujeitos alimentados, pode sim ser muito positivo.

Este se faz como o papel fundamental do esporte, que nenhum outro fenômeno social exerce na sociedade contemporânea. É uma forma de atividade física que pode ainda aumentar seus limites de ação em campos da educação e relacionamento social. Porém, será positivo em ambientes adequados para sua inserção, e com sentidos direcionados de forma apropriada ao público e às intenções formativas.

Quanto a esses ambientes, existem alguns desafios a serem cumpridos. Em questões a respeito de busca por melhora de Qualidade de Vida, atividades de lazer tendem a aparecer cada vez com mais destaque (GUTIERREZ, 2004). Mora nesse aspecto novamente o importante papel do profissional do esporte, pois além de conduzir a prática para um sentido de re-significação de seus valores e atividades de acordo com as expectativas e necessidades dos sujeitos quando necessário, cabe a ele a escolha por fortalecer a efemeridade desse fenômeno, incentivando o consumo relacionado a ele, ou desenvolver em seus alunos ou atletas a capacidade crítica de consumi-lo de forma consciente e não-alienada.

Encontra-se nesse aspecto um ponto importante para o uso do esporte como fator de melhoria da Qualidade de Vida, a busca pelo equilíbrio entre a prática de atividade física-esportiva e o consumo de produtos e espetáculos esportivos (BETTI, 2002). Infelizmente, essa balança muitas vezes pende para o lado do consumo passivo, do esportista-sedentário, que sabe tudo e tem tudo sobre esporte, mas não pratica nenhuma modalidade.

O esporte contemporâneo encontra-se numa encruzilhada. Por um lado, tem-se as inúmeras vantagens de criação de consumidores passivos, que compram canais de televisão a cabo, pagam ingresso, compram bens com a marca de equipes e ídolos, entre outras inúmeras formas de consumo. Por outro, tem-se a necessidade, criada culturalmente na sociedade contemporânea, e que parece ser um ato acertado, de prática de atividade física visando bem-estar e saúde. O que acontece é que o consumo passivo não tem sido um bom estimulador para novos praticantes aderirem a atividades esportivas (BETTI, 2002).

Mais uma vez, tornam-se necessárias políticas públicas e programas de prática esportivas que disponham de espaços e materiais adequados, além de condições de acesso às atividades e profissionais que direcionem a prática num sentido de promover a inclusão da atividade física no hábito cotidiano dos sujeitos, transmitindo valores morais coerentes com suas expectativas e necessidades.

Porém, além disso, permanece o grande problema do esporte contemporâneo que é sua divulgação direcionada ao aumento do consumo e não para o aumento de praticantes. Com a escassez de espaços apropriados e a desvalorização das aulas de Educação Física escolar no ensino formal²⁴, o que resta são clubes esportivos e escolas especializadas, ou seja, que permitem acesso somente a indivíduos com poder aquisitivo suficiente para tal.

É necessário que, além de políticas públicas para melhorar condições de práticas esportivas, que o esporte seja divulgado não como o salvador de todos os males, mas como um hábito positivo que, associado a outros, colabora com a melhoria de Qualidade de Vida. Além disso, se faz necessário o equilíbrio de divulgação do esporte não somente como produto a ser consumido passivamente, mas também a ser praticado. O problema que trava esse processo é que para a atividade esportiva gerar retorno econômico aos financiadores dessa divulgação, ela tem de ser direcionada às classes favorecidas sócio-economicamente, o que não resolve o problema. Isso leva a um interesse do setor privado de investimento no esporte, visando sua venda para tais grupos. Por isso, para classes menos privilegiadas, se fazem necessárias políticas voltadas a melhorias de condições de vida e acesso à prática, além de incentivos para o setor privado investir na prática esportiva popular.

Para sujeitos com acesso a equipamentos e espaços adequados é necessário que a prática esportiva seja aproximada de seu dia-a-dia de forma prazerosa, o que muitas vezes pode ser resolvido com a re-significação de seus valores e a associação dessas atividades com outras ligadas ao convívio social. Quanto a classes menos favorecidas, é necessário que haja melhorias em praças públicas e também a presença de profissionais para o direcionamento a essas atividades, talvez em ações conjuntas entre os setores público e privado, além é claro, de uma urgente re-valorização e re-investimento na Educação Física escolar. Não que esta disciplina do ensino formal seja a salvadora dos problemas, mas processos educacionais bem desenvolvidos nessa área podem também aproximar os alunos da prática de atividade física em seus hábitos cotidianos, e criar o interesse pela busca por essas práticas na fase adulta, mas de forma consciente e autônoma, conhecendo formas de torná-la saudável, além de desenvolver consumidores não-alienados do esporte espetáculo.

²⁴ Referência à diminuição do número de aulas dessa disciplina que toma corpo a cada ano, e programas como a terceirização da Educação Física em algumas instituições. Um fato preocupante para com a qualidade dos conteúdos ensinados.

5.3. Os sentidos heterogêneos do esporte e relações com a saúde

O esporte sempre acaba por manter contato com formas de percepção de Qualidade de Vida, afinal, exerce inúmeras influências sobre o bem-estar e a sensibilidade de boa vida. Transita por esferas ligadas à saúde, educação, convívio social, mercado, lazer e entretenimento.

O esporte contemporâneo se caracteriza pelo caráter heterogêneo de suas formas de manifestação e por sua comercialização como produto. A primeira característica remete a inúmeras possibilidades de relação entre esse fenômeno e os indivíduos que com ele se relacionam, incluindo ainda a subjetividade de expectativas e percepções.

Os diferentes ambientes e sentidos do esporte, por serem pautados em normas e valores próprios, acabam por se relacionar com temas ligados à Qualidade de Vida de forma heterogênea. Isso gera o fato, por exemplo, de que esse fenômeno não necessariamente educa para um sentido tido como ideal, assim como possa vir a colaborar ou não para melhoria dos quadros de saúde.

Não se pode ignorar que a saúde tem uma enormidade de aspectos relacionados ao seu conceito, e nem todos têm uma relação direta com a atividade esportiva (BENTO, 1999). Na relação esporte/saúde é necessário lembrar que esta decorre de uma sociedade historicamente determinada, sendo possível inferir que o esporte, sozinho, não dá nem tira saúde de ninguém (MOREIRA, 2002).

A relação esporte-saúde não é clara, pois as modalidades esportivas produzem efeitos diferentes sobre os organismos, que podem não ser adequados à realidade ou necessidade individual. O ambiente e a forma de manifestação do esporte também exercem efeitos positivos ou negativos sobre a saúde (WEINECK, 2003). Ou seja, as diferentes formas de manifestação do esporte exercem diversos impactos e influências sobre os indivíduos, assim como qualquer outra forma de atividade física. O simples fato de se movimentar sistematicamente não garante boa saúde, porém se essa forma de exercício for adaptada, dirigida e adequada às capacidades, limites e necessidades do sujeito, pode colaborar para melhoria dos seus quadros de saúde. Essa relação acontece da mesma forma com o esporte.

O que diferencia, até certo ponto, a relação atividade física/saúde com esporte/saúde é que o segundo não se caracteriza como o simples movimentar-se. É carregado de

significados, valores e símbolos construídos historicamente e culturalmente. Isso eleva o esporte a outro patamar, no qual pode sim colaborar com a melhora de saúde, desde que adequado às necessidades e possibilidades dos sujeitos, visando transmitir valores morais de acordo com o ambiente e sentido da prática. Desse modo, nota-se atividades esportivas que divergem do sentido de boa saúde, e que muitas vezes acabam por significar sua perda. Pode-se ter como exemplo manifestações de segregação social, contusões ou o uso do *doping*.

Quanto ao primeiro fator, o esporte pode ser re-significado e adaptado ao grupo de praticantes visando promover maior integração social e diminuir frustrações com a prática. Não que isso seja totalmente resolvido, mas pode ser um fator positivo quando direcionado de forma coerente com o ambiente e as necessidades físicas, emocionais e sociais dos envolvidos (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Quanto a contusões, assim como qualquer forma de atividade física, o esporte pode ser uma prática insalubre se não houver uma preparação mínima e aptidão física do sujeito para tal. Isso inclui desde alimentação, quanto atividades periódicas, local propício e hábitos que não atrapalhem o rendimento. Do mesmo jeito, a preparação para a prática não garante a não ocorrência de contusões.

Quanto ao *doping*, é uma resultante dos valores de concorrência e exigência por melhora de performance no ambiente de alto rendimento. A necessidade por superação constante de marcas e adversários, associado com as recompensas desse meio, geram uma esfera interessante para o crescimento dessa prática. O pior dessa situação é que esse uso muitas vezes não se restringe ao alto rendimento. Existem sujeitos praticantes, não-profissionais, que adotam esse comportamento também, com base em valores de busca por superação, estética e auto-satisfação (WADDINGTON, 2006).

A solução para este problema está longe de ser encontrada, se é que um dia será. Porém, a fiscalização e, principalmente, a educação para a prática e consumo conscientes do esporte, são ações interessantes.

Essas três vertentes atestam que o esporte não pode ser tido como sinônimo unilateral de saúde. Por outro lado, também não é falta de saúde. Na verdade, o que se faz com o esporte é o que vai direcionar o sentido da prática para um lado mais ou menos voltado para a manutenção e melhora desse quadro. Ou seja, os cuidados, o direcionamento pedagógico, os

valores transmitidos e o controle de cargas de treinamento é que podem vir a promover boa saúde. Pelo contrário, essa relação pode ser invertida.

O esporte será saudável se for levado em consideração a forma como é praticado. Deve ser adequado às condições de vida, idade, e condição física do praticante (WEINECK, 2003). Logo, esporte não necessariamente é sinônimo de saúde. Assim como pode ser direcionado o sentido de sua prática na escola (sentido oficial ou re-significado), por exemplo, de acordo com a concepção de educação adotada, a relação deste com a saúde ocorre da mesma forma. Direciona-se as condições de prática de acordo com o grupo envolvido.

É preciso então – e esta é uma consequência da situação atual da pesquisa em sociologia do esporte – construir um equilíbrio, orientado pelo modo de vida e pelas necessidades humanas, entre seriedade e diversão, obrigação e livre escolha, inutilidade e eleição de meios para chegar a fins. A consequência disso é que, no lugar de “puros” programas de condicionamento físico e da absolutização do princípio da saúde, as ofertas de programas de atividade física para a saúde devem orientar-se pelas necessidades e interesses do grupo, e devem tentar construir um equilíbrio específico a partir das perspectivas de saúde particulares (PILZ, 1999, p. 11).

Uma educação que enfatiza a saúde no e para o esporte só terá sucesso se, junto do aspecto físico, também o bem-estar psíquico e social for levado apropriadamente em conta (PILZ, 1999). Ou seja, o esporte pode significar saúde se atrelado a valores que priorizem o praticante e não a prática. Que visem manter as condições funcionais, emocionais e sociais dos sujeitos em bom estado, mesmo que em detrimento do resultado e das realizações. Mesmo assim, no alto rendimento, ambiente no qual o resultado da disputa é a prioridade, por exemplo, ainda é possível, com planejamento e preparação, diminuir o risco desse tipo de problema.

A prática esportiva adequada às condições dos sujeitos requer a escolha de modalidades apropriadas, não apenas no que se refere a demandas físicas e fisiológicas, mas sobretudo em relação ao seu significado social e cultural para o praticante. Uma prática adequada pode também promover uma interação interpessoal, grupal e social rica e prazerosa (TANI, 2002). Além dessa escolha, é preciso atenção quanto aos materiais, espaços e sentidos da prática esportiva, além de considerar que este fenômeno pode ser positivo se atrelado a hábitos tidos como saudáveis que o complementam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre esporte e Qualidade de Vida existe e é cada vez mais valorizada na sociedade do século XXI. Por isso, é necessária atenção e estudos sobre essas áreas, visando uma interação positiva para os indivíduos que se relacionam com o campo esportivo.

É nesse aspecto que as Ciências do esporte se fazem importantes para sociedade contemporânea. Na busca por melhor compreender as características desse fenômeno, que se modifica e transforma no decorrer da história, com o intuito de estabelecer formas de direcioná-lo para sentidos que satisfaçam os interesses e as expectativas de todo o meio social.

As diversas áreas de estudos do esporte exercem papel importante e decisivo sobre esse direcionamento, visando sempre uma melhor relação entre a prática e o consumo esportivo com a melhoria da Qualidade de Vida das pessoas. Tanto campos de estudos relacionados às humanidades, quanto a aspectos bio-fisiológicos do esporte dão sua contribuição nesse processo.

A Sociologia do esporte, referencial básico deste trabalho, atua de forma a compreender as manifestações esportivas em relação a suas variadas formas e influências sócio-culturais sofridas e exercidas por esse fenômeno sobre o modo de vida e relacionamento dos sujeitos na sociedade contemporânea. Trabalha num sentido de fornecer subsídios para profissionais do esporte e também para políticas públicas, para melhor desenvolverem oportunidades de contato entre praticantes e o conhecimento e conteúdo do universo esportivo, num sentido de direcioná-lo para melhores percepções de Qualidade de Vida.

Nesse mesmo sentido é que as Ciências do esporte se relacionam com a melhora de Qualidade de Vida. Na descoberta e definição de conceitos, modelos e propostas que visem privilegiar sempre os sujeitos que com esse fenômeno se relacionam, buscando que através do contato com o esporte, possam tornar suas vidas melhores, independente do ambiente em que se insiram (Alto rendimento, Lazer e Escola).

Para tal, esta área de conhecimento se faz útil e necessária, delimitando melhores maneiras e ações para otimizar a relação entre a prática esportiva e a busca por uma vida melhor, evitando equívocos em promoções de atividades esportivas e formulação de políticas de promoção das mesmas de forma incompatível com o grupo social em que se apresenta.

A riqueza do esporte está na sua diversidade de significados e re-significados, podendo (...) atuar como facilitador na busca da melhor Qualidade de Vida do ser humano, em todos os segmentos da sociedade. Entretanto, é preciso ter precaução para com um assunto tão abrangente, pois a falta de definições claras quanto aos objetivos poderá culminar em equívocos. (PAES, 2002, p. 90).

É nesse sentido que se buscou nesse trabalho uma aproximação entre a Sociologia do esporte e a discussão social sobre Qualidade de Vida. Na expectativa de colaborar com reflexões sobre a forma com que esse fenômeno é transformado e se apresenta na sociedade contemporânea, fornecendo subsídios para uma maior compreensão sobre as relações entre a prática esportiva e suas influências sobre a Qualidade de Vida dos sujeitos que interagem com esse fenômeno no século XXI.

Certos temas se fazem importantes num aprofundamento reflexivo sobre esporte e Qualidade de Vida. Alguns deles são: Programas de inclusão social; Possíveis contribuições específicas de cada ambiente de prática para melhoria da Qualidade de Vida dos sujeitos envolvidos com o fenômeno; Papel e formação do profissional que se relaciona com o esporte.

Quanto a programas sociais, tem-se na sociedade contemporânea que o esporte é um fenômeno de integração social e de transmissão de valores ligados à cidadania e preservação da saúde. Como já discutido nesse trabalho, a simples realização de atividades esportivas não garante esses resultados, pois o esporte sozinho não é capaz de solucionar todos os problemas sociais, porém, é sem dúvida um facilitador e colaborador na formação de cidadãos.

Historicamente o esporte é associado com mensagens como *esporte é saúde*, *esporte educa*, *esporte afasta os sujeitos das drogas*. Quanto às duas primeiras afirmações tem-se que pode ser um fator de melhora da saúde e sempre educa, desde que, em ambos os casos, haja um direcionamento de seu sentido de acordo com o intuito da prática. Quanto à terceira, é uma discussão mais complexa que envolve além da presença ou não de atividade esportiva periódica na vida do sujeitos, questões sociais abrangentes que impossibilitam o esporte de ser o único fenômeno a resolver tal problema. Não é a falta de esporte que induz os sujeitos a consumirem drogas, mas sim conformações sociais que provocam esse acesso. Visto o uso de *doping* no esporte de alto rendimento.

O esporte é um fenômeno sócio-cultural que apresenta compreensão mundial e, de alguma forma, se faz presente na vida de muitas pessoas. Pode, se direcionado de forma re-

significada aos anseios, necessidades e características do meio em que se encontra, ser um fator que contribua a estimular a auto-estima e o desejo de melhoria dos hábitos e estilos de vida.

Dessa forma se estabelece a ajuda do esporte contra distúrbios sociais da sociedade contemporânea. Se direcionado de forma adequada, oferecendo boas condições de prática, sendo acessível e interessante para a inclusão no estilo de vida dos sujeitos, se promover a vontade de se cuidar e cuidar de seu ambiente, esse fenômeno se faz como uma prática positiva à sociedade contemporânea.

Programas sociais que se utilizam do esporte como “carro-chefe” podem considerar, em seu desenvolvimento e execução, que é necessário, além de proporcionar oportunidade de prática, apresentar boas condições para tal, que assegurem o alcance de seus objetivos e estimulem os participantes a incorporarem as atividades em seus estilos de vida. Além disso, é interessante que sejam acompanhados de ações complementares, como facilitação ao acesso a locais de prática, instrução nutricional, médico e educacional, assim como oferta de materiais e boas condições de prática. Dessa forma, com a companhia de profissionais preparados, tem-se a construção de todo um ambiente mais propício à melhoria das percepções de Qualidade de Vida, visto que essa noção engloba um todo complexo, que esbarra em inúmeras relações sócio-econômicas, afetivas e culturais.

Outro tema importante diz respeito às possíveis contribuições específicas de cada ambiente de presença do esporte na sociedade contemporânea (alto rendimento, lazer e escola) para a melhoria da Qualidade de Vida dos sujeitos envolvidos. Seria muita pretensão listar todas as possibilidades de interação desses meios com o esporte, que produzem influências sobre a melhoria da Qualidade de Vida dos sujeitos participantes. Porém, é possível apontar alguns destaques como:

- Ambiente de alto rendimento: necessidade de transparência e combate à corrupção e ao *doping*. Embora esses fatores sejam consequência da dependência do esporte-espetáculo ao capital financeiro e à busca prioritária por vitórias, é importante que esses dois males sejam combatidos. O esporte de alto rendimento se apresenta como uma vitrine de valores e exemplos a espectadores e consumidores desse fenômeno em todo o mundo, por isso, tem grande responsabilidade em transmitir disputas ligadas à lealdade e *fair play*. Não é o esporte de alto rendimento que é um mau a ser combatido, mas sim os desvios que se realizam com ele. Além disso, por ser uma forma muito veiculada em meios de comunicação, pode ser

transformado num agente divulgador dos benefícios da atividade física (controlada e adaptada às condições, possibilidades e limitações dos sujeitos), e motivador para projetos de políticas públicas para a prática esportiva.

- Ambiente escolar: por ser parte do conteúdo de uma disciplina do currículo formal, o esporte tem o papel na escola de, além de transmitir um conhecimento próprio e específico ligado a suas práticas, formar cidadãos preparados para se relacionarem com esse fenômeno de forma autônoma e consciente frente suas possibilidades de atividades e de consumo. Cabe ao profissional que conduz o esporte na escola direcionar as aulas para um sentido de ensinar formas de prática esportiva de forma saudável e ligada ao bem-estar dos participantes, independente do ambiente para qual cada sujeito escolha se inserir, além de propor questões ligadas ao esporte como produto e formas de consumo consciente e não-alienado desse fenômeno. Faz-se importante a melhoria do setor educacional como um todo, oferecendo melhores condições de trabalho aos professores e de aprendizado e convivência aos alunos.

- Ambiente de lazer: este ambiente expressa maiores possibilidades de interação dos sujeitos com o esporte, porém, pode colaborar para a promoção de boa Qualidade de Vida a partir de políticas públicas que considerem aspectos sócio-econômicos e adequem a proposta às necessidades dos envolvidos. Em atividades ligadas ao *esporte oficial*, é interessante que o ambiente de lazer seja direcionado de forma a não reproduzir a lógica profissional do alto rendimento e, principalmente, os desvios de corrupção e *doping*, sendo um espaço de práticas ligadas ao *fair play* e uma forma de transmitir valores de forma justa. Num sentido *re-significado*, que haja preocupação por transmissão de valores morais coerentes com as necessidades e possibilidades dos praticantes e a facilitação de acesso e permanência dessas práticas no estilo de vida dos sujeitos.

Independente do ambiente em que se encontra a prática, ainda existem duas vertentes do esporte contemporâneo que não foram abordadas com detalhes neste trabalho devido à necessidade de especificidade de suas atividades e de tratamento mais direcionado. São elas o esporte de aventura e o esporte adaptado.

Quanto ao primeiro, se traduz numa prática relativamente nova, explorada não somente num ambiente de alto rendimento, mas também de lazer, através principalmente do turismo de aventura, que estabelece relações estreitas entre o Homem, o meio ambiente e a noção

de perigo. Categoria essa que pode ser associada à busca da excitação através da *catarse*, categoria de Norbert Elias (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2005).

O segundo se configura como a adaptação de modalidades esportivas visando facilitar a participação de sujeitos portadores de necessidades especiais, ligadas tanto a um sentido oficial quanto re-significado. Trata-se de um universo em franco crescimento tanto ligado ao número de adeptos, quanto à sua divulgação e importância mundial, visto caso dos Jogos Paraolímpicos e Parapanamericanos.

Ambas as vertentes são passíveis de serem tratadas com sentidos diferentes, o que confere a essas práticas não um paralelismo frente ao esporte contemporâneo, mas sim o status de parte constituinte desse fenômeno, porém com algumas características específicas, sempre preservando suas manifestações pautadas num ambiente, com sentido e modalidade esportiva.

Em todo esse processo de relação entre esporte contemporâneo e Qualidade de Vida se faz de grande importância a presença de profissionais preparados para conduzir a relação da sociedade com esse fenômeno. Inúmeros eventos distorcidos ligados ao esporte colaboram para uma formação contrária à promoção dessa forma de percepção: promoção de especialização precoce, políticas públicas sem preocupação pedagógica, transmissão de valores de segregação e comparação pessoais em locais de lazer ou de práticas infantis, entre outros.

É importante que o profissional ligado ao esporte seja preparado para interferir de forma a sempre adaptar a prática às necessidades, expectativas e possibilidades do grupo participante. Isso inclui desde professores de Educação Física, que atuam diretamente com alunos e atletas, até políticos, coordenadores de espaços de prática, equipe de cuidados à saúde, divulgadores e patrocinadores, membros da imprensa²⁵, entre outras funções que envolvem o universo esportivo. Seria interessante que, numa perspectiva ideal, todos esses sujeitos tenham conhecimento acerca das diferentes implicações das modalidades e sentidos que o esporte pode se manifestar. Saibam considerar os objetivos e necessidades dos sujeitos envolvidos e analisar de que ambiente de prática está se falando (alto rendimento, lazer, escola), seus objetivos, obrigações e possibilidades de abrangência, além de qual o sentido mais apropriado em cada momento (esporte oficial e re-significado), e os valores transmitidos por essas escolhas.

²⁵ Essa categoria se faz importante como formadora de opiniões e, principalmente, por vincular sentidos e valores sobre o esporte que exercem influência sobre a vida das pessoas. Por isso, é de enorme responsabilidade e deve ter conhecimento específico sobre esse tema.

Numa visão ideal, seria importante que os profissionais que se relacionam com esse fenômeno tenham a compreensão do todo complexo que ele envolve, suas variáveis sociais, principalmente ligadas à saúde e educação, para que tenham uma inserção mais positiva para a sociedade em geral. Por isso, se faz interessante que esse profissional saiba como interferir na prática esportiva de modo a criar ambientes saudáveis e não somente reproduzir lógicas de promoção do esporte-espetáculo que não visem o bem-estar dos envolvidos, independente do ambiente em que se encontra. De fato, para tal, é preciso maior divulgação dos conteúdos ligados à sociologia do esporte, pedagogia do esporte, fisiologia do esporte, entre outras áreas de conhecimento que se relacionam com esse fenômeno, para que enriqueçam a compreensão por parte dos profissionais envolvidos com ele.

Portanto, tendo-se como objeto o esporte contemporâneo e sua relação com as percepções de Qualidade de Vida na sociedade contemporânea, tem-se que essa noção descende principalmente das relações interpessoais estabelecidas entre os participantes, da relevância que a prática assume para eles e das expectativas impregnadas nos papéis desempenhados pelas pessoas envolvidas.

A melhora da Qualidade de Vida pelo esporte passa pela liberdade de escolha da forma de prática esportiva a ser realizada, utilizando e respeitando os limites de performance do corpo e as relações sociais de modo a proporcionar bem-estar, e não somente de acordo com o modo como os interesses de outros determinam.

O esporte é um dos inúmeros fatores sociais da sociedade contemporânea que podem ser tidos como colaboradores, se direcionados de maneira adequada, para a melhoria da Qualidade de Vida de quem se relaciona com ele. Pode ser positivo se houver compatibilidade entre suas formas de manifestação e a expectativa e necessidade dos sujeitos para uma boa percepção em relação ao seu bem-estar e à sua própria vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O Lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. **Conexões Revista Digital**, Campinas: Unicamp, v.3, n°1, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes>>. Acesso em: 10 abr 2006.

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. **A reinvenção do esporte**: possibilidade da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). **A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM**. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401-423.

BENELI, Leandro de Melo; RODRIGUES, Eduardo Fantato; MONTAGNER, Paulo César. O modelo de Brohm e a organização do basquetebol masculino brasileiro. **Conexões Revista Digital**, Campinas: Unicamp, v.4, n.1, 2006, p. 52-69. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2007.

BENTO, Jorge Olímpio. Contexto e perspectivas. In: BENTO, Jorge Olímpio; GARCIA, Rui; GRAÇA, Amandio. **Contextos da pedagogia do desporto**: perspectivas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.19-112.

_____. Do futuro do desporto e do desporto do futuro. In: GARGANTA, Julio (ed) **Horizontes e órbitas nos treinos dos jogos desportivos**. Porto: Universidade do Porto, 2000, p.189-206.

_____. Porque se estuda desporto. In: BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto**: discurso e substância. Porto, Universidade do Porto: Companhia das Letras, 2004a, p.51-60.

_____. Do sentido do desporto. In: BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto**: discurso e substância. Porto, Universidade do Porto: Companhia das Letras, 2004b, p.61-89.

BETTI, Mauro. Esporte e sociologia. In: TAMBUCCI, Pascoal. Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; SOBRINHO, José Coelho. **Esporte e jornalismo**. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p.39-49.

_____. Esporte espetáculo e mídias: implicações para a Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002, p. 25-36.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a, p. 82-121.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: BORDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 207-220.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. Os Jogos Olímpicos. In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 121-128.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Lei Pelé. **Diário Oficial Federal**. Brasília. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9615.htm>>. Acesso em: 22 jun 2007.

BURGOS, M. S.; BIGUELINE, G.; MACHADO, D. de O. Jogo e lazer enquanto dimensões do estilo de vida: um estudo com crianças e adolescentes do projeto Cestinha – UNISC. In: BURGOS, M. S.; PINTO, L. M. S. de M. (orgs). **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2002.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e Qualidade de Vida. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 163-177, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2006.

CARVALHO, Yara Maria de. **O mito da atividade física e saúde**. 3 ed., São Paulo: Hucitec, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina. As Olimpíadas de Sydney: o desempenho do Brasil e algumas implicações pedagógicas. **Revista Motriz**. V.6, n.2, p.101-105, 2000.

DESLANDES, Sueli Ferreira Prefácio. In: GONÇALVES, Aguinaldo (org.) **Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004, p.VII - XI.

DIECKERT, Jurgen. Peculiaridade e autonomia do esporte de lazer. In: DIECKERT, Jurgen. (org.). **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1984, p.1-12.

DUNNING, Eric. Prefácio. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992a. p. 11-37.

_____. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992b. p.299-325.

_____. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e suas transformações. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992c. p. 389-412.

DUNNING, Eric; CURRY, Graham. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (orgs). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p.45-76.

ELIAS, Norbert. Introdução. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992a. p. 39-99.

_____. A gênese do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992b. p. 187-222.

_____. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992c. p. 223-256.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992a.

_____. O futebol popular na Grã-bretanha medieval e nos inícios dos tempos modernos. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992b. p. 257-278.

_____. A dinâmica dos grupos desportivos – uma referência especial ao futebol. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992c. p.279-297.

_____. O lazer no espectro do tempo livre. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992d. p. 139-185.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 1ºed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Nilda Tenes. Qualidade de Vida, meio ambiente e esporte: focos de complexidade. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 37-51.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 33-38, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7077.pdf>>. Acesso em: 24 set 2006.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, Ondina Fachel; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lizandra dos; PINZON, Vanessa. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.21, n.1, p.19-28, 1999. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v34n2/1954.pdf>>. Acesso em: 30 set 2006.

FREITAS, Clara M. S. M. de. As classes sociais na sociedade do espetáculo: o olhar dos torcedores de futebol. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. V.5, n.3, p.329-334, 2005. Disponível em: <http://www.fcdef.up.pt/RPCD/_arquivo/artigos_soltos/vol.5_nr.3/1.08.c_freitas.pdf> Acesso em: 13 jan 2007.

FREITAS, Maria Ester de. A gestão contemporânea está doente? In: VILARTA, Roberto; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo; GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). **Qualidade de Vida e fadiga institucional**. Campinas: IPES, 2006, p. 47-72.

GARCIA, Rui. Da esportivização à somatização da sociedade. In: BENTO, Jorge Olímpio; GARCIA, Rui; GRAÇA, Amandio. **Contextos da pedagogia do desporto: perspectivas e problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.115-163.

_____. Desporto, formação profissional e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 163-172.

GEBARA, Ademir. Norbert Elias e a Teoria do Processo Civilizador: contribuição para a análise e a pesquisa no campo do lazer. In: BRHUNS, Heloísa Turini (org.) **Temas sobre lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 33-46.

_____. Sociologia Configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUHNS, Heloísa Turini. **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002a, p. 77-91.

_____. História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, Marcelo Weischaup.; LUCENA, Ricardo. Ferreira. (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002b, p.5-29.

GOMES, Antonio Carlos. **Curso de pós-graduação em treinamento desportivo**. Universidade Federal do Estado de São Paulo - UNIFESP. (Impresso). Abril de 2007.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

_____. A saúde e a atividade física no trabalho, sociedade e meio ambiente: reféns de velhos totens? In: VILARTA, Roberto; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo; GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). **Qualidade de Vida e fadiga institucional**. Campinas: IPES, 2006, p. 7-17.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto. Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri, Manole, 2004, p.03-25.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Aspectos organizacionais e lúdicos da Qualidade de Vida: abordagem multidisciplinar. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri, Manole, 2004, p.165-183.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Norbert Elias visita o Bung Jump: comentário sobre o processo civilizador e o controle das emoções nos esportes radicais. In: CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos de Fonseca. (orgs). **Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias**. São Paulo: Avercamp, 2005, p.151-166.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University Press, 1978.

KORSAKAS, Paula. O esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In: ROSE JR. Dante de. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 39-49.

KREBS, Ruy Jornada. Esporte, meio ambiente e Qualidade de Vida: um entrejogo mediado pela perspectiva ecológica. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002, p. 17-24.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, Ed. Unijuí, 1994.

LOVISOLO, Hugo. Atividade física e saúde: uma agenda sociológica de pesquisa. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 277-296.

LUCENA, Ricardo Ferreira. Elias: individualização e mimesis no esporte. In: PRONI, Marcelo Weischaup.; LUCENA, Ricardo. Ferreira. (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p.113-137.

MALCOLM, Dominic. O desenvolvimento do críquete com especial referência à teoria dos processos civilizadores de Elias. In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luis Alberto (orgs). **Ensaios sobre história sociologia nos esportes**. Coleção Norbert Elias, v.2, Jundiaí: Editora Fontoura, 2006, p.77-102.

MARCHI JR, Wanderlei. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo Weischaup; LUCENA, Ricardo Ferreira (orgs). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p.77-111.

_____. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

_____. Como é possível ser esportivo e sociológico? In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luis Alberto (orgs). **Ensaios sobre história sociologia nos esportes**. Coleção Norbert Elias, v.2, Jundiaí: Editora Fontoura, 2006, p.159-195.

_____. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: redimensionando as possibilidades de aproximações teóricas. **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador: sociabilidades e emoções** (versão digital em CD-ROM). 1 a 4 de abril de 2007. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MARQUES, Antonio. Desporto do futuro. O futuro do desporto. In: GARGANTA, Julio (ed) **Horizontes e órbitas nos treinos dos jogos desportivos**. Porto: Universidade do Porto, 2000, p.7-20.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. Integração e bem-estar dos funcionários na empresa. O esporte como caminho. In: GONÇALVES, Aguinaldo; GUTIERREZ, Gustavo Luis; VILARTA, Roberto (orgs.) **Gestão de Qualidade de Vida na empresa**. Campinas: IPES editorial, 2005, pp.33-46.

_____. Influência da tecnologia sobre a prática cotidiana de atividade física. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo. **Qualidade de Vida e Novas Tecnologias**. Campinas: IPES editorial, 2007, pp. 139-148.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Esporte na empresa: a complexidade da integração interpessoal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan/mar, 2006.

MELO, Victor Andrade de. Esporte é saúde: desde quando? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.22, n.2, p.55-67, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de Vida: um debate necessário. **Revista Ciência e saúde coletiva**, v.5, n.1, p.7-18, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2006.

MONTEIRO, Antonio; LÉO, Carla Cristina Cuoco; GONÇALVES, Aguinaldo. Aspectos epidemiológicos da força muscular. In: GONÇALVES, Aguinaldo. (org.) **Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004, p.145-161.

MOREIRA, Wagner Wey. Qualidade de Vida: como enfrentar esse desafio? In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). **Qualidade de Vida: complexidade e educação**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Projeto desporto de base: o corpo da criança na educação através do esporte. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 117-138.

NAHAS, Markus. **Atividade física, saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2ª ed. Londrina: Midiograf, 2001.

OLIVEIRA, Diná Teresa Ramos de. **Por uma re-significação crítica do esporte na Educação Física**: uma intervenção na escola pública. (2002). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science and medicine**. v.41, n.10, p.403-409, 1995. Disponível em: <<http://www.who.int/about/es/>>. Acesso em: 05 jun 2006.

PAES, Roberto Rodrigues. **Aprendizagem e competição precoce**: o caso do basquetebol. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Educação Física escolar**: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental. Canoas: Editora Ulbra, 2001.

_____. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JR. Dante de. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.89-98.

PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v.86, p.30-52, 2000. Disponível em: <http://origin-hdr.undp.org/docs/events/global_forum/2000/paixao.pdf>. Acesso em: 23 out 2006.

PEREIRA, Cilene; TARANTINO, Mônica. 9 lições de Qualidade de Vida: mudanças que você pode promover no seu dia-a-dia para conquistar um novo padrão de bem-estar físico e mental, e viver melhor. **ISTO É**, Cajamar/SP: Editora Três, n. 1897, p.60-64, mar. 2006.

PILATTI, Luis Alberto. **Os donos das pistas**: uma efígie sociológica do esporte federativo brasileiro (2000). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Guttman e o tipo ideal do esporte moderno. In: PRONI, Marcelo Weischaupt; LUCENA, Ricardo Ferreira (orgs.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 63-76.

_____. Pierre Bourdieu: apontamentos para uma reflexão metodológica do esporte moderno. **Revista digital Efdeportes**. Buenos Aires, ano11, n.97, Junho de 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd97/bourdieu.htm>>. Acesso em: 14 nov 2006.

_____. Tempo e capitalismo: elementos estruturais do esporte moderno. **Revista digital Efdeportes**. Buenos Aires, ano 12, n.109, junho de 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd109/tempo-e-capitalismo-elementos-estruturais-do-esporte-moderno.htm>>. Acesso em: 12 jun 2007.

PILZ, Gunter A. Sociologia do esporte na Alemanha. **Revista Estudos históricos: esporte e lazer**. v.1, n.23, p. 3-17, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/256.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2007.

PRONI, Marcelo Weischaup. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. (1998). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo Weischaup; LUCENA, Ricardo Ferreira (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 31-61.

REIS, Heloísa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

REIS, Heloísa Helena Baldy dos; ESCHER, Thiago de Aragão. **Futebol e sociedade**. Brasília: Líber livros, 2006.

ROSÁRIO, Trovão do. Cuidemos do nosso jardim. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 181-188.

ROSE JR, Dante de. A criança, o jovem e a competição esportiva: considerações gerais. In: ROSE JR, Dante de. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**. Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 67-76.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, v.2, n.16, p.130-143, 2002.

SANTANA, Wilton Carlos de. **Futsal: Metodologia da participação**. Londrina: Lido, 1996. p. 29-48.

_____. **Futsal: Apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. In: PAES, Roberto Rodrigues e BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas**, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p.1-23.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de estudos e normas pedagógicas. **Atividades curriculares desportivas**. 2002. Disponível em: <<http://cenp.edunet.sp.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 26 jun 2007.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Cecília Maria Lana da Costa Qualidade de Vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Caderno Saúde Pública**, v.20, n.2, p.580-587, Rio de Janeiro, Março/abril, 2004. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2006.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Educação Física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

STIGGER, M. P.; SILVA, R. da A. A prática da “bocha” na SOERAL: entre o jogo e o esporte. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.37-53, maio/agosto, 2004.

TAMBUCCI, Pascoal Luiz. O esporte e a comunicação. In: TAMBUCCI, Pascoal Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; COELHO SOBRINHO, José (orgs.) **Esporte e jornalismo**. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p. 11-18.

TANI, Go. Esporte, educação e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Unimep, 2002. p. 103-116.

TANI, Go; MANOEL, E. de J. Esporte, Educação Física e Educação Física escolar. In: GAYA, A. MARQUES, A.; TANI, G. (orgs). **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.

_____. Esporte, política e Jogos Olímpicos. In: TAMBUCCI, Pascoal. Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; SOBRINHO, José Coelho. **Esporte e jornalismo**. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p.19-23.

_____. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Qualidade de Vida e sua complexidade. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 263-268.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e Desportos** (1978). Disponível em: <<http://www.efmuzambinho.org.br/manifesto/carta68.htm>>. Acesso em: 15 fev 2007.

VILARTA, Roberto; GONÇALVES, Aguinaldo. Qualidade de Vida – concepções básicas voltadas à saúde. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004a, p.27-62.

_____. Condições de vida, modo de vida e estilo de vida. In: GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004b, p.63-78.

WADDINGTON, Ivan. A história recente do uso de drogas nos esportes: a caminho de uma compreensão sociológica. In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (orgs). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 13-43.

WEINECK, Jurgen. **Atividade física e esporte:** para quê? Barueri: Manole, 2003.